

DIREITO A DIGNIDADE

Centro de Acolhimento Temporário e
Apoio a População em Situação de Rua

Gabriel Ferreira
Arquitetura e Urbanismo

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS
ARQUITETURA E URBANISMO
GABRIEL FERREIRA**



GABRIEL FERREIRA

DIREITO À DIGNIDADE

Centro de Acolhimento Temporário e Apoio a População em Situação de Rua

Varginha – MG
2020

GABRIEL FERREIRA

DIREITO À DIGNIDADE

Centro de Acolhimento Temporário e Apoio a População em Situação de Rua

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. M.e Pedro Henryque Melo de Oliveira.

Varginha – MG
2020

GABRIEL FERREIRA

DIREITO À DIGNIDADE

Centro de Acolhimento Temporário e Apoio a População em Situação de Rua

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. M.e Pedro Henryque Melo de Oliveira.

Varginha, 25 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. M.e Pedro Henryque Melo de Oliveira.

Orientador – UNIS/MG

M.a D. Sc. Luciana Bracarense Coimbra Veloso.

Examinador Interno – UNIS/MG

M.e Valmir Ortega

Examinador Interno – UNIS/MG

Dedico este trabalho aos meus pais: Valério e Cátia. Meus maiores incentivadores e apoio nessa caminhada. Meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter, a cada dia da minha vida, mostrado seu amor, sua misericórdia e sua bondade, o que permitiu que tudo acontecesse e que eu continuasse firme diante das dificuldades. Que minha vida possa em tudo ser uma declaração de gratidão e amor a Ele. A minha família a quem amo tanto e onde encontro incentivo e conforto em vocês tenho o exemplo de determinação, coragem e persistência. Espero poder retribuir tudo o que me ensinaram. À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e força foi o que me deu a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que nunca estive sozinho nessa caminhada. Aos meus amigos que mostraram na prática o significado de esperança e companheirismo e em especial, que esteve comigo a todo momento e também agregou muito nos diálogos quanto ao tema e desenvolvimento intelectual, Jackson, te agradeço por ter feito parte desse processo e por aturar meus arroubos de estresse e sentimentos de frustração, dizendo que tudo daria certo, mais uma vez, agradeço por tudo. Através de vocês aprendi que receber ajuda não é falha significa que não estamos sozinhos. Ao meu orientador Pedro, que aceitou este desafio em meio ao novo mundo que se abre diante de todos os dilemas dos últimos meses e esse novo modelo de orientação a distância e também à Universidade e todo corpo docente, pela oportunidade e preparação oferecida para a minha formação. Enfim, a todos que de algum modo participaram dessa etapa da minha vida e na concretização deste sonho. Não há palavras o suficiente para demonstrar a gratidão que sinto. A todos vocês, minha GRATIDÃO!

"É repartir seu alimento com o esfaimado, dar abrigo aos infelizes sem asilo, vestir os maltrapilhos, em lugar de desviar-se de seu semelhante." Isaías 58, 7.

RESUMO

Partindo do estudo sobre o sujeito urbano morador de rua, o presente trabalho se dá na busca e compreensão da cultura da vida nas ruas e o funcionamento da acolhida para esta população, que frequentemente é ignorada, estigmatizada e invisíveis perante a sociedade. Possui como foco principal a criação de um projeto arquitetônico capaz de atingir os indivíduos que se encontram em situação de rua, e vai de encontro com a declaração dos direitos humanos onde todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. A partir disso, considerando os perfis, cotidianos e modos de vida dessa população em situação de rua, estabelece como proposta, a relação do indivíduo com o lugar, visando acolhimento temporário e também permanente, além de assistência imediata à população de rua.

Palavras-chave: Indivíduo em situação de rua. Acolhimento. Reintegração. Inclusão. Visibilidade.

ABSTRACT

Starting from the study of the urban subject living on the street, the present work is in the search and understanding of the culture of life on the streets and the functioning of reception for this population, which is frequently ignored, stigmatized and invisible before society. Its main focus is the creation of an architectural project capable of reaching the individuals who find themselves in a street situation, and it meets the declaration of human rights where every human being has the right to a standard of living capable of assuring himself and his family health and well-being, including food, clothing, housing, medical care and indispensable social services. From this, considering the profiles, everyday and ways of life of this population in street situation, establishes as proposal, the relationship of the individual with the place, aiming temporary and also permanent reception, besides immediate assistance to the street population.

Keywords: Individual in street situation. Reception. Reintegration. Reintegration. Inclusion. Visibility.

LISTA DE SIGLAS

- BPC** Benefício de Prestação Continuada
- CATAPSR** Centro de Acolhimento Temporário e Apoio a População em Situação de Rua
- CadÚnico** Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CAU** Conselho de Arquitetura e Urbanismo
- Centro POP** Centro de Referência para a População em Situação de Rua
- CFESS** Conselho Federal de Serviço Social
- CNAS** Conselho Nacional de Assistência Social
- CRAS** Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS** Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- GTI** Grupo de Trabalho Interministerial
- IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IT's** Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros
- LOAS** Lei Orgânica de Assistência Social
- MDS** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PETI** Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil
- PNAS** Política Nacional de Assistência Social
- PNDH-3** Programa Nacional de Direitos Humanos III
- SAGI** Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
- SRS** Secretaria de Estado e Saúde de Minas Gerais
- SEDESE** Diretoria Regional de Desenvolvimento Social de Varginha
- SEHAD** Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social
- SENARC** Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
- SNAS** Secretaria Nacional de Assistência Social
- SUAS** Sistema Único de Assistência Social
- WWP** World Without Poverty

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Arquitetura Hostil (A).	23
Figura 2: Arquitetura Hostil (B).	23
Figura 3: Brasil, Minas Gerais e Varginha.	48
Figura 4: Centro da cidade de Varginha.	48
Figura 5: Avenida Rio.	49
Figura 6: Antiga Estação 1927.	49
Figura 7: Vista superior com lote demarcado e pontos de visada.	50
Figura 8: Vista posterior 1, ao lado da Av.dos Viajantes. Fonte: acervo do autor.	50
Figura 9: Vista Lateral direita 2. Fonte: acervo do autor.	50
Figura 10: Vista da fachada 3. Fonte: acervo do autor.	50
Figura 11: Vista lateral esquerda 4.	50
Figura 12: Panorâmica. Fonte: acervo do autor.	50
Figura 13: Mapa de setorização do projeto.	52
Figura 14: Mapa de Condicionantes Ambientais.	53
Figura 15: Mapa de Vias e Conexões.	54
Figura 16: Mapa de aspectos ambientais.	55
Figura 17: Mapa de Gabarito.	56
Figura 18: Perspectiva fachada Shelter Home.	42
Figura 19: Planta térreo do projeto Shelter Home.	42
Figura 20: Planta primeiro pavimento do projeto Shelter Home.	42
Figura 21: Vista lateral do projeto Shelter Home.	43
Figura 22: Vista fachada do projeto Shelter Home.	43
Figura 23: Perspectiva fachada principal do Centro CAPSLP.	43
Figura 24: Perspectiva pátio externo Centro CAPSLO.	44
Figura 25: Planta térreo Centro CAPSLO.	44
Figura 26: Planta Primeiro Pavimento Centro CAPSLO.	44
Figura 27: Perspectiva entrada principal do edifício.	44
Figura 28: Vista em perspectiva.	44
Figura 29: Perspectiva fachada principal do Centro HOMELESS.	45
Figura 30: Localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dallas.	45
Figura 31: Localização do terreno do projeto The Bridge e vista do terreno.	45
Figura 32: Planta de Situação do The Bridge.	46
Figura 33: Pilares conceituais.	60
Figura 34: Croqui.	61
Figura 35: Croqui em perspectiva.	62
Figura 36: Croqui lateral esquerda.	62
Figura 37: Setorização geral; térreo, primeiro e segundo pavimentos.	63
Figura 38: Fluxograma A.	64
Figura 39: Fluxograma B.	64
Figura 40: Fluxograma C.	65
Figura 41: Fluxograma D e E.	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual Sexo Masculino e Feminino.	27
Gráfico 2: Idade da População em Situação de Rua.	27
Gráfico 3: Raça/Cor.	27
Gráfico 4: Ganho mensal da População em Situação de Rua.	27
Gráfico 5: Escolaridade da população em situação de rua.	28
Gráfico 6: Motivos para a ida às ruas.	28
Gráfico 7: Último município.	29
Gráfico 8: Última área de moradia.	29
Gráfico 9: Número de cidades que já viveu.	29
Gráfico 10: Tempo que se encontra em situação de rua.	29
Gráfico 11: Lugar onde se costuma dormir.	30
Gráfico 12: Lugares onde se costuma dormir.	30
Gráfico 13: Local de preferência para dormir.	30
Gráfico 14: Motivos pela não preferência em dormir em albergue.	30
Gráfico 15: Motivos pela não preferência em dormir na rua.	30
Gráfico 16: Possui parentes que moram na cidade?	31
Gráfico 17: Frequência do contato com parentes.	31
Gráfico 18: Qualidade do contato com parentes.	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Usos do solo.....	38
Tabela 2: Classificação e Requisitos.....	39
Tabela 3: Classificação. Risco quanto carga de incêndio.....	39
Tabela 4: Previsão de impactos sócio-econômicos quanto à implementação do projeto.....	57
Tabela 5: Tabela do programa de necessidade.....	63
Tabela 6: Cronograma – Fundamentação Teórica.....	80
Tabela 7: Cronograma2 – Projeto.....	81

SUMÁRIO

[INTRODUÇÃO].....	15
1.1. Contextualização.....	16
1.2. Justificativa.....	17
1.3. Objetivos.....	17
1.4. Problema e Hipótese.....	18
1.5. Metodologia.....	18
[REFERENCIAL TEÓRICO]	20
2.1. O Direito à Cidade.....	21
2.2. A Questão do Desabrigo.....	22
2.3. Perfis e modos de vida de quem vive nas ruas.....	25
2.4. Panorama nacional sobre as Políticas Públicas de Assistência Social.....	31
2.5. Panorama sobre as Políticas Sociais, Legislações e Diretrizes.....	35
2.5.1. <i>Legislação</i>	38
2.5.2. <i>Diretrizes</i>	39
[REFERÊNCIAS PROJETUAIS]	41
4.1. Shelter For The Homeless – Javier Larraz.....	42
4.2. Capslo Homeless Center – São Luis Obispo.....	43
4.3. The Bridge Homeless Assistance Center.....	45
[ANÁLISE E DIAGNÓSTICOS DA ÁREA]	47
3.1. Caracterização e Breve histórico do município de Varginha.....	48
3.2. Unidade de Análise.....	49
3.2.1. <i>Caracterização do Bairro</i>	51
3.2.2. <i>Análise de Impactos Urbanísticos e Ambientais</i>	57
[O PROJETO].....	58
5.1. Conceito.....	59
5.2. Partido Arquitetônico.....	60
5.2.1. <i>Programa de Necessidades e pré-dimensionamento</i>	63
5.2.2. <i>Setorização</i>	63
5.2.3. <i>Fluxogramas</i>	64
[CONSIDERAÇÕES FINAIS]	66
[REFERÊNCIAS]	69
[APÊNDICES].....	72

[INTRODUÇÃO]

1.1. Contextualização

Acelerados pelo cotidiano, deslocamo-nos quase sempre com pressa, ocupados e (pré)ocupados com os diversos agendamentos que a vida na cidade nos exige e como consequência, conhecemos somente uma parte do local onde vivemos, passamos sem perceber como, de fato, a vida na rua acontece. Limitamos nosso olhar para aquilo que nos é familiar ou funcional, vemos e sabemos pouco acerca dos muitos e complexos contextos de vida na cidade, principalmente os que produzem as mais profundas mazelas sociais.

O morador de rua faz parte da sociedade e participa da vida urbana das cidades. Seja em cidades de grande ou pequeno porte, em países desenvolvidos ou emergentes, a população de rua engloba uma parcela de indivíduos que, de forma geral, são ignorados pela sociedade, além de serem estigmatizados, carregando a imagem de pessoas perigosas, preguiçosas e viciadas.

De-Alcântara, De-Abreu e Farias (2015) dizem que o Estado deu a devida atenção a esse grupo social há pouco tempo, e logo as pesquisas qualitativas que buscam compreender a população em situação de rua, por meio de histórias de vida, como também os serviços de proteção social, ainda são limitadas. Os autores apontam que:

conhecer o cotidiano das pessoas em situação de rua -seu modo de vida, suas estratégias de sobrevivência, seus processos de adoecimento físico e psíquico e, sobretudo, os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao processo de existir e subjetivar-se em situação de rua- torna-se imprescindível para a efetivação de políticas públicas emancipatórias (DE-ALCANTARA; DE-ABREU; FARIAS, 2015).

No entanto, a verdade é que são pessoas destituídas de seus direitos estabelecidos pela Constituição Federal, tratando-se de uma “população em situação de rua [que] carece da maioria dos recursos de que dispomos cotidianamente para suprir essas necessidades” (HONORATO, 2014, p.17). Portanto, essas pessoas sofrem com relação ao acesso às condições mínimas de subsistência, no tocante à alimentação, necessidades fisiológicas, atendimento médico e psicológico, entre outros, além do preconceito sofrido por parte do restante da população urbana, deixando latente a necessidade de efetivação de políticas públicas que auxiliem na sobrevivência desses sujeitos. Nesse sentido, este trabalho estuda a temática urbana da população em situação de rua, bem como uma visão geral desta parte da sociedade, seu estilo de vida e ocupação do espaço público que está em constante mudança.

1.2. Justificativa

A abordagem do tema deste trabalho é necessária por ir de encontro com o art.º 25 da declaração dos direitos humanos, em que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis (...)” (DIREITOS HUMANOS). Apesar desse trecho afirmar que todos possuem o direito à habitação digna, ainda existem milhões de pessoas vivendo nas ruas, e não é uma condição fácil de lidar: existem uma série de questões inoportunas que são vivenciadas diariamente como edificações precárias, patologias inerentes à higiene, violência e falta de alimentação.

Nesse contexto, a lei municipal -LEI Nº 2868-2006 institui as diretrizes de política social do município de Varginha. Tal lei tem por objetivo promover o atendimento global ao indivíduo, visando sua reintegração, abrangendo a promoção social, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade. A principal justificativa se dá por meio do Direito à Cidade, trazendo à tona o acesso à saúde, à educação, ao transporte, ao lazer e ao saneamento básico, entre outros princípios básicos e indispensáveis à dignidade humana, como descrito no decreto de nº7.037-2009.

1.3. Objetivos

O objetivo deste estudo é a inserção de um centro de acolhimento e apoio temporário à população em situação de rua na cidade de Varginha-MG. Nesse sentido, a criação desse centro tem a finalidade de assistir à população vulnerável, garantindo seu acesso à moradia digna, atendimento psicológico, além de assegurar a possibilidade de reintegração do indivíduo à sociedade, visando o fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares como forma de contribuir para a construção de novos projetos e trajetórias de vida.

Especificamente, objetiva-se:

- compreender a importância da contribuição e das possibilidades de atuação da arquitetura para o planejamento de um espaço de amparo e reinserção social de qualidade;
- proporcionar um arcabouço de informações referentes aos equipamentos de cunho social da rede de serviços socioassistenciais de serviços de políticas públicas setoriais e

institucionais, como os órgãos do sistema de garantia dos direitos existentes na cidade de Varginha-MG e que possibilite uma maior e melhor compreensão por parte da população;

- Viabilizar a proposta desse projeto com a real necessidade de um equipamento público de assistência social diante da necessidade da população em situação de rua da cidade de Varginha-MG.

1.4. Problema e Hipótese

Diante dos objetivos desta pesquisa, cabe problematizar quais os impactos urbanos, sociais e econômicos decorrentes de uma implantação de um Centro de acolhimento temporário e apoio a população em situação de rua próxima a uma região residencial, que visa atender a população contemplada.

Para tanto, baseando-se na literatura específica da área de Arquitetura e Urbanismo, hipotetiza-se que um espaço capaz de promover a qualidade de vida e bem-estar da população em situação de rua possa trazer benefícios psicossociais para todos que forem atendidos por ele.

1.5. Metodologia

Diante da pergunta estabelecida para este trabalho e da hipótese que dela se deriva, equacionou-se metodologicamente este trabalho em quatro tarefas, a saber:

Tarefa 1 – Referencial teórico: Esta tarefa consistiu no estudo da literatura vigente que correlaciona questões relativas a vida da população em situação de rua e arquitetura e urbanismo. Para tanto, investigaram-se bases de dados bibliográficos que disponibilizassem trabalhos que discutissem temas sobre o acolhimento a essa parcela vulnerabilizada da população. Apresenta-se esta tarefa na Seção 2 deste trabalho.

Tarefa 2 – Análise e diagnóstico da área: Esta tarefa consistiu em levantar as informações características específicas de Varginha onde será proposto o projeto do Centro de Acolhimento Temporário e Apoio à População em Situação de Rua (CATAPSR)¹ e da população em situação de rua do município, bem como de aspectos relevantes ao espaço/ambiente de implantação do projeto e suas adjacências. Tal tarefa está apresentada na Seção 3.

¹ Por questões de fluxo textual, decidiu-se criar essa sigla para o nome “Centro de Acolhimento Temporário e Apoio a População em Situação de Rua”.

Tarefa 3 – Levantamento das referências projetuais: Nesta tarefa, objetiva-se levantar um conjunto de referências para a construção dos projetos arquitetônicos desta pesquisa. Esta tarefa está apresentada na Seção 4.

Tarefa 4 – Construção do projeto: Esta tarefa consistiu na elaboração das plantas do projeto dada suas viabilidades através do programa de necessidades e pré-dimensionamento, setorização, fluxograma e a proposta de intervenção, apresentando o conceito e o partido do projeto. Esta tarefa está apresentada na Seção 5 deste trabalho.

Por fim, além das seções já apontadas, destaca-se que na Seção 6 tecem-se considerações finais sobre este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a partir dos resultados discutidos nesta pesquisa.

[REFERENCIAL TEÓRICO]

2.1. O Direito à Cidade

O “direito à cidade” deve ser entendido como uma luta pela defesa de um modo de vida imerso em uma ética substantiva, de igualdade e liberdade. Em certa medida, é o direito às coisas que existem em toda a cidade, principalmente se for possível transformá-la em um espaço completamente diferente do lugar daquele em que vivemos e poder alçá-lo em um novo modelo de organização da vida social.

A população em situação de rua é estigmatizada pela sociedade, transformando-a em um alvo de intolerância e preconceito. As medidas higienizadoras sociais, caracterizadas por ações que expulsam e obrigam essas pessoas a abandonarem as ruas, destinam-se a ocultar essa parte da população. O não-acesso às políticas sociais e serviços urbanos, associado às violações cotidianas ao direito de ir e vir, à negação do direito de permanência nas cidades e de acesso a todos os direitos destinados aos brasileiros expressam as variadas violações de direitos sofridas por essa população.

Nesse sentido, é urgente que a população em situação de rua não seja mais tratada como caso de polícia, mas sim que, para elas, sejam adotadas políticas públicas estruturantes, intergovernamentais, que dialoguem entre si de forma transversal. O direito à cidade esbarra na contradição que estrutura a sociedade capitalista, e é a partir dessa afirmativa que entende-se a existência da grande necessidade de realização de programas fiscalizadores que de fato façam vales os direitos, em sua plenitude, e nessa sociabilidade.

Atualmente, no Brasil, essa parcela vulnerabilizada da população é definida pelo decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, como o “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular”. Tal decreto, compreendido como uma vitória dos movimentos sociais, significa no quadro atual, um mecanismo legal de garantia de direitos para esse grupo populacional, através do seu acesso às políticas públicas da cidade. Somado a isso, o Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH-3), instituído pelo decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, ratifica o processo de criação de leis e medidas que atendam a esse grupo populacional, determinando uma série de ações voltadas à população em situação de rua, como o desenvolvimento de políticas sociais de geração de emprego e renda, assistência social, habitação, saúde, educação, segurança pública, entre outros.

O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são

titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos.

Assim, o direito à cidade envolve uma concepção mais ampla: pensar como a cidade é produzida de maneira desigual. Dito de outra forma: Na cidade não queremos só terra, nós queremos o direito à cidadania, à vida na cidade. Com isso, de acordo com Jacobi (1986), existe uma associação entre direito à cidade e cidadania:

Todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos? Não é bem assim. Na verdade, todos têm direito à cidade e têm direito de se assumirem como cidadãos. Mas, na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desurbanizada. [...] Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro (JACOBI, 1986, p. 22).

Ainda, segundo o autor, “o direito à cidade, representa, acima de tudo, pensar em uma cidade democrática, uma cidade que rompa as suas amarras com o passado.” Frente a isto, pensar o desenvolvimento de políticas públicas levando-se em consideração o Direito à Cidade, as camadas populares tem uma tarefa árdua para fazer valer seus direitos e de todas as pessoas que têm compromisso com a emancipação política, humana e social, tendo em vista elevar o padrão de vida das majorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais, como forma de fomentar a liberdade e igualdade e transformar as cidades em espaços vitais de uma sociabilidade que se evidencia na lógica dos direitos (CFESS, 2009).

2.2. A Questão do Desabrigo

Independente das causas, sejam catástrofes, transformações econômicas, políticas e sociais, ou mesmo estilos de vida, pessoas que passam por estas situações experimentam em algum nível, o desabrigo (1998). No entanto, os cidadãos que foram submetidos pelo ambiente da rua ou que decidiram assim viver, experimentaram o nível mais alto de falta de moradia em todos os aspectos e se tornaram indivíduos em sua maioria sem bens materiais, relações familiares e estigmatizados pela comunidade, que os enxergam como inúteis, fracassados e perigosos.

Ao ser submetidos à situação de rua, o indivíduo, em primeiro lugar, passa pela etapa

de desabrigo físico. Conseqüentemente, a inexistência de moradia justapõe à falta de bens materiais, ou a pouca quantidade de objetos pessoais, que, na maioria das vezes, se resume a alguns documentos e roupas adquiridas por meio de doações.

Nesse sentido, a circunstância de fazer do espaço público um local de residência e abrigo produz uma série de dificuldades, principalmente em relação às necessidades pessoais básicas. A partir do momento em que atividades básicas, como alimentação, higienização, entre outras, são realizadas à vista da sociedade, um fator que afeta e dificulta ainda mais essa condição é a criação de “estratégias” e “instrumentos” no âmbito da arquitetura, urbanismo e design para que essa parcela da população seja de fato excluída, especialmente na perspectiva da comunidade.



Figura 1: Arquitetura Hostil (A).
Fonte: Batente (2018).



Figura 2: Arquitetura Hostil (B).
Fonte: Batente (2018).

Esse pensamento reproduz-se na chamada “arquitetura hostil”, definida pela construção de elementos e formas que impedem um morador de rua abrigar-se no local, ou mesmo incentivando-o a distanciar-se, conforme ilustra-se nas Figuras 1 e 2, como relatado por Souza e Pereira (2018), ao questionarem se a cidade é para todos, dada sua arquitetura hostil:

Os exemplos são muitos: em Guangzhou, na China, em uma área livre coberta abaixo de um dos viadutos da cidade, foram introduzidos milhares de pedras pontiagudas para evitar que moradores de rua se apropriassem do espaço como abrigo. [...] Os exemplos podem ser ainda mais ríspidos. Cercas elétricas, arames farpados, grades no perímetro de praças e gramados, bancos públicos com larguras inferiores ao recomendado pelas normas de ergonomia, bancos curvados ou ainda assumindo geometrias irregulares, lanças em muretas e guarda-corpos, traves metálicas em portas de comércios, pedras em áreas livres, gotejamento de água em intervalos estabelecidos sob marquises, e tudo que puder de alguma forma afastar ou excluir pessoas “indesejáveis” dos locais públicos urbanos. (SOUZA; PEREIRA, 2018)

Embora as adversidades e hostilidades sejam excessivas, nota-se a resistência da população em situação de rua, mesmo diante de estratégias que não os auxiliem na residência em ruas. Locais com camas e casas provisórias são vistas frequentemente no território urbano, inclusive em áreas inusitadas, por meio da utilização de materiais descartados pela sociedade, uma vez que o lixo urbano torna-se “fonte renovável de recursos naturais e campo para uma

estratégia de sobrevivência ligada à coleta do reciclável do descarte urbano” (BURSZTYN, 2003, p.13).

Partindo do princípio da vulnerabilidade social e muito além da ausência de moradia, o que falta aos indivíduos em situação de rua é o conceito de lar, do compartilhamento da sua vida pessoal com outras pessoas, de relacionamentos permanentes. Na rua, os laços familiares atenuam-se ou rompem-se com o tempo, em que muitos não querem falar sobre a família, não têm contato ou nem mesmo se lembram dela. Esse fator é fortalecido, num primeiro ponto, pela desconfiança e falta de relacionamento entre a própria população de rua e também por parte da sociedade e das próprias instituições, sejam assistenciais, governamentais ou filantrópicas, que auxiliam as pessoas nessas condições.

Primeiro, porque, embora dentro da cultura das ruas existam valores morais como companheirismo, ajuda ao próximo que se encontra na mesma situação (SNOW; ANDERSON, 1998), ainda há indivíduos que exploram e se aproveitam dos seus companheiros, chegando a se apropriar de objetos que pertencem a outros ou agirem com “má fé”. De acordo com Snow e Anderson (1998), apesar de haver uma postura moral entre eles, essas pessoas acabam vitimando umas às outras criminalmente em uma proporção maior do que os não-moradores de rua.

Segundo, porque nota-se a indiferença e a hostilidade por parte da sociedade, que, muitas vezes, é negligente ao problema urbano, e “finge” estar cega ao problema urbano ou cria meios para “tirar da vista” e excluir esta parte da população, além de algumas instituições que, mesmo auxiliando, podem criar preconceitos e algum nível de oposição e desprezo pelos que vivem nas ruas.

Apesar das intensas variações de desabrigo pelas quais os moradores de rua passam, entende-se que eles são uma parcela da população urbana que necessita ser incluída e percebida pela comunidade como cidadãos detentores dos mesmos direitos civis inalienáveis. Os processos que influenciam seu modo de vida não os fazem menos humanos, apesar de a sociedade os façam viver de maneiras diferentes. A partir disso, pode-se traçar qual é o perfil dessa parcela da população, e quais as medidas mitigadoras são necessárias, para que o poder público proponha projetos que facilitem o modo de vida.

2.3. Perfis e modos de vida de quem vive nas ruas

A ausência de residência, a quebra de vínculos familiares e sociais, além da má reputação agregada a si podem caracterizar uma pessoa em situação de rua, embora de forma genérica. Essa população é um dos principais símbolos da desigualdade social e de um sistema excludente, os quais parecem dispensar esses cidadãos de uma vida produtiva para a sociedade.

Segundo Silva (2006), cada uma das pessoas em situação de rua é marcada por trajetórias e histórias conturbadas, caracterizadas em sua maioria por problemas familiares, aditivos químicos, pelo preconceito e falta de acesso a condições mais dignas de sobrevivência. Muitas dessas pessoas optam por morar nas ruas e conseqüentemente os levam a dificuldade de oportunidades de reintegração à sociedade e ao mercado de trabalho os tornando desesperançosos e tendo poucas perspectivas de reintegração à sociedade.

Silva (2006), juntamente com a Pastoral Social da Paróquia São Luis Gonzaga – entidade social de São Paulo sem fins lucrativos, fundada em 1995 por empresários, profissionais liberais e alguns fiéis da própria Paróquia – classificou a População em Situação de Rua em:

- a. *Outsiders*: considerados os que moram permanentemente nas ruas e que já perderam todos os vínculos familiares/sociais. Esse grupo se desprende da ideia de sair das ruas e se concentra em meios para sobreviver nelas.
- b. Recém-deslocados: considerados os que recentemente se encontram na rua, mas que ainda possuem vínculos familiares e sociais. Esse grupo é o que procura com mais frequência sair das ruas, então há uma maior busca por empregos tanto formais quanto informais pelos indivíduos que acabaram de ingressar nessa realidade;
- c. Vacilantes: considerados os que acabam vivendo nas ruas por motivos circunstanciais e diversos. Esse grupo passa a ter o que pode-se chamar de *conformismo*, em que a pessoa começa a se habituar com a situação de rua, mas ainda possui perspectivas de mudar sua realidade;
- d. Andarilhos: esse grupo é composto por trabalhadores migratórios; suas viagens costumam ser padronizadas e não são aleatórias. Possuem uma aceitação da situação de rua que vivenciam, que os levam, muitas vezes, a abandonar seus nomes de batismo e a adotarem novos nomes;
- e. Mendigos: tradicionalmente, indica um indivíduo não trabalhador e não migrante. Geralmente não realizam trabalhos remunerados e, ao invés disso, sobrevivem de atividades de mendicância, comércio, catação de lixo e papel e de doações de instituições e de apoio de serviços sociais. Parecem resignados com esse estilo de vida, uma vez que demonstram ser

desesperançosos acerca de um futuro com condições melhores;

- f. Doentes mentais: é o grupo mais imóvel de população de rua. Sobrevivem aceitando doações, mendigando e fazendo buscas por comida em lixos. São os mais isolados da sociedade, não costumam fazer uso de álcool e de bebidas alcoólicas.

Vale ressaltar que o IBGE não faz o censo da população de rua no Brasil, uma vez que seus dados são baseados apenas na população que possui domicílio registrado. A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em parceria com Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi desenvolvida entre agosto de 2007 e março de 2008. Como resultado, fez-se a contagem e a caracterização da população em situação de rua no Brasil. Desse modo, com base em pesquisas de campo, em formato de entrevistas (c.f. Apêndice E) e dados nacionais do MDS e IPEA, pôde-se estabelecer perfis tipológicos para as pessoas que vivem nesta situação em Varginha, local escolhido para a realização deste projeto.

De partida, um fator a ser destacado é a importância do contexto na definição dos perfis existentes na população de rua. Como afirmado por D. Snow e L. Anderson:

“É um mundo social que não é criado ou escolhido pela grande maioria dos moradores de rua, pelo menos não inicialmente, mas para o qual a maioria foi empurrada por circunstâncias além de seu controle. É, contudo, um mundo social no qual os habitantes partilham um destino singular: o de ter de sobreviver nas ruas [...]”
(SNOW; ANDERSON; 1998, p.77)

Nesse sentido, mesmo usando o trabalho de Snow e Anderson (1988), o cuidado na análise foi constante, entendendo que os dados só se tornam comuns quando há semelhanças também no contexto em que ocorrem. Com o objetivo de captar informações sobre a população de rua, para subsidiar políticas públicas voltadas para essa camada da sociedade, além de atender a demanda dos movimentos sociais existentes nesse setor, por visibilidade diante da sociedade e do poder público, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2007, desenvolveu a Pesquisa Nacional voltada para a População em Situação de rua, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Como parte da pesquisa, no período entre agosto de 2007 e março de 2008 foi realizado o 1º Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua, sendo efetuado pelo Instituto Meta, abrangendo 71 municípios, incluindo as capitais e cidades com mais de 300.000 habitantes, o censo identificou 31.922 pessoas em situação de rua, com idade acima de 18 anos (BRASIL, 2009). Essas informações foram importantes, pois, a partir delas, é possível mensurar e caracterizar os perfis que estão presentes na trajetória de rua e por isso,

os resultados estão apresentados e analisados a seguir.

a) *Características socioeconômicas*

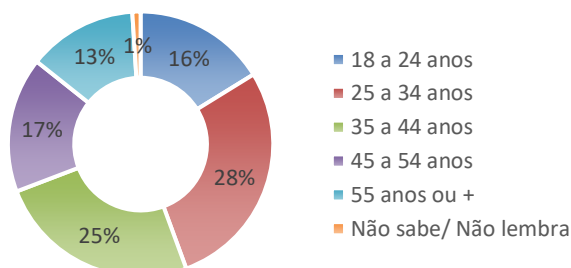


Gráfico 1: Idade da População em Situação de Rua.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

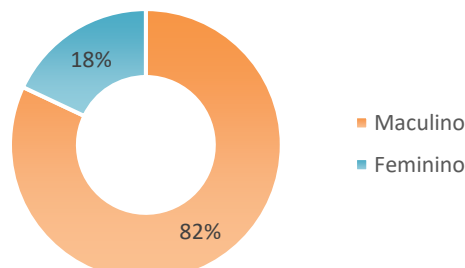


Gráfico 2: Percentual Sexo Masculino e Feminino.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

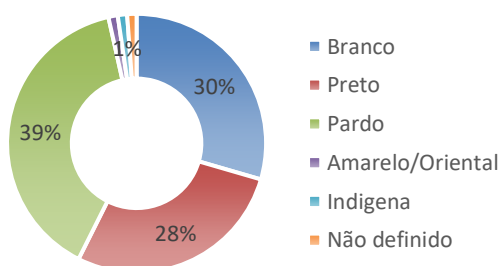


Gráfico 3: Raça/Cor.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

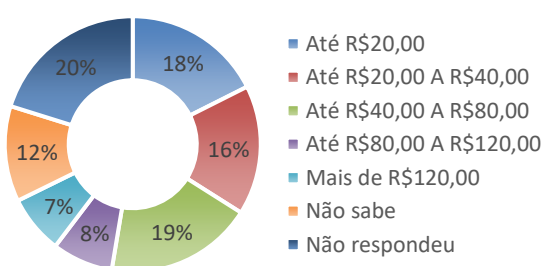


Gráfico 4: Ganho mensal da População em Situação de Rua.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

Conforme observa-se nos Gráficos 1, 2 e 3, os quais apresentam dados estatísticos sobre a relação entre idade, sexo e raça/cor da população em situação de rua, respectivamente, 82% sendo do sexo masculino (Gráfico 2), dos quais 53% possuem idade entre 25 e 44 anos. A população de rua brasileira é constituída por pouco mais de 39% pessoas declaradas de cor parda (Gráfico 3), sendo este fator semelhante à realidade da população brasileira (MDS, 2008); somando com a percentagem de negros tem-se o número de 67%, uma proporção que é bem maior ao relacioná-la com a proporção da população geral nacional, 44,5%, da época da pesquisa (WWP², 2016). Os níveis de renda são baixos, visto que os salários variam entre R\$20,00 e R\$120,00 semanais, como apresentados no Gráfico 4, embora 52,6% dos entrevistados recebem até R\$80,00 semanais, bem como 17,5% recebem até R\$20,00, o que dificulta a sobrevivência nas ruas (MDS, 2010). Os níveis de escolaridade também são baixos, uma vez que 48,4% das pessoas não terminaram o 1º grau de escolaridade, seguidos de 15,1% que nunca estudaram (Gráfico 5). Dentre os entrevistados, 17,3% não sabem escrever e 8,3%

² A Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza foi uma parceria interinstitucional firmada em 2013 entre o Banco mundial e o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) que tem a finalidade de prospectar soluções inovadoras com os avanços expressivos na redução da pobreza e desigualdade social.

somente assinam o próprio nome. Este fator dificulta na obtenção de empregos formais, além de ser, conseqüentemente, uma das causas de baixos salários.

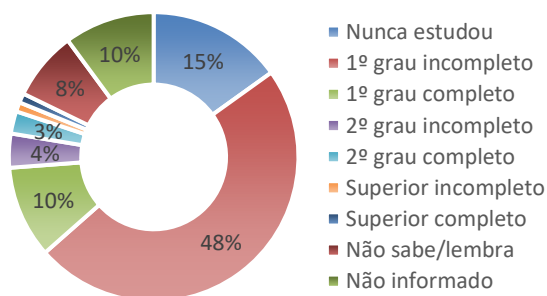


Gráfico 5: Escolaridade da população em situação de rua.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

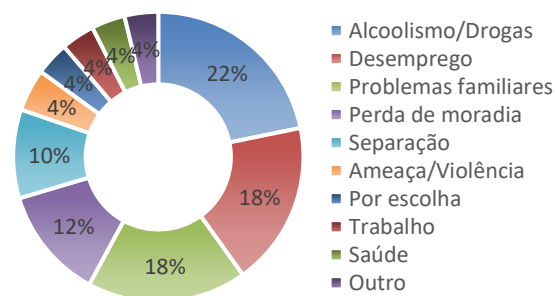


Gráfico 6: Motivos para a ida às ruas.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

b) *Trajatória de rua*

Com relação às principais causas que os levaram à situação de rua, o Gráfico 6 demonstra que problemas com alcoolismo e/ou drogas, desemprego e conflitos familiares estão em evidência como os maiores motivos, contudo, o uso de substâncias prevalece representando 21,8% das causas, fato que foi ilustrado nas pesquisas de campo realizadas, quando percebeu-se muitos usuários de substâncias entre os moradores de rua encontrados. Em seguida, o desemprego constitui 18,3% e problemas com parentes próximos, 17,6%.

Dentre a população estudada, a maioria dos entrevistados estavam situados no município em que viveu, constituindo porcentagem de 45,7%, enquanto 30,3% viveu em municípios do mesmo estado onde se encontram e 23,2% em outros estados (Gráfico 7) contradizendo a crença de que a população e rua vem de outras regiões do país (WWP, 2016).

O Gráfico 8 mostra que houve pouca decorrência de migração do campo para a cidade, sendo que somente 21,2% dos entrevistados tinha a última moradia em área rural, mesmo assim, nota-se que há uma parcela da população de rua que tem sua origem na zona rural, situação que geralmente seguida de baixo nível de escolaridade e formação.

Dos indivíduos que participaram da pesquisa, quase 60% viveu em até três cidades. A existência de um percentual da população que viveu em mais de 6 cidades, cerca de 12%, como ilustra o Gráfico 9, indica-se a presença de uma tipologia de moradores de rua caracterizadas pelo deslocamento frequente, conhecida como “trecheiros”, apresentada posteriormente. Quanto ao tempo que se encontram vivendo e morando nas ruas, nota-se que, no Gráfico 10, 49,7% dos indivíduos estão a mais de 2 anos nesta situação. Outro fator a ser destacado é a presença de um grupo dentre a população de rua que está nesta situação por um período curto

de tempo, os chamados recém-deslocados, constituindo cerca de 22,4% dos entrevistados, contemplando o tempo de até 6 meses de vivência em ruas.

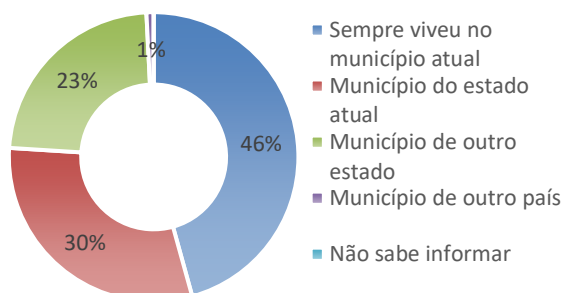


Gráfico 7: Último município.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

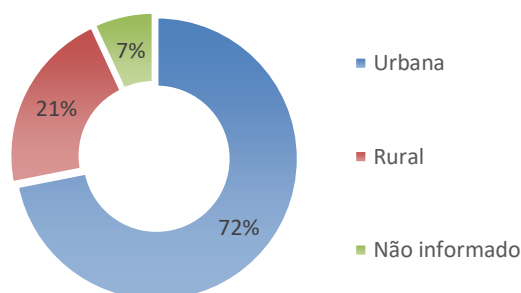


Gráfico 8: Última área de moradia.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

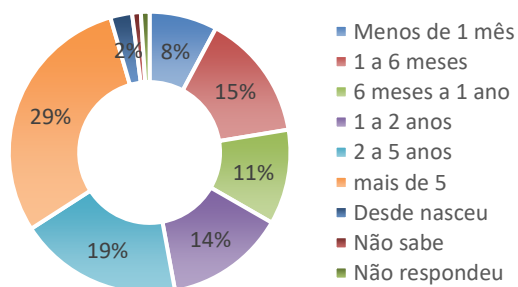


Gráfico 9: Número de cidades que já viveu.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

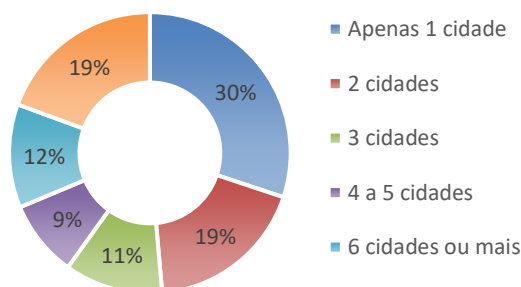


Gráfico 10: Tempo que se encontra em situação de rua.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

c) Rua e Albergue

Observa-se que muitas pessoas em situação de rua já passaram por internações em instituições, principalmente clínicas de reabilitação e abrigos. O Gráfico 11 demonstra a constatação ao apresentar que 60% dos entrevistados já passou por pelo menos 1 instituição, e entre eles, 28,1% já passou por Clínicas de Reabilitação.

Entre as pessoas que vivem nas ruas, 69,6% dormem no logradouro público, de acordo com o Gráfico 12. De todos os indivíduos entrevistados, percebe-se uma divergência de preferências quanto ao local para pernoite, sendo que 46,5% preferem dormir na rua, enquanto 43,8% preferem albergues (Gráfico 13).

Dentre os principais motivos que levam as pessoas a escolherem a rua estão a falta de liberdade (29,5%), os horários e regras estabelecidos (18%) e a proibição do uso de álcool e drogas dentro de abrigos assistenciais (14,3%), como demonstra-se no Gráfico 14, ao passo que as pessoas que escolhem os albergues citam a violência encontrada, desconforto e fatores climáticos como as causas da escolha, representando 35,4%, 23,1% e 19,5%, dos motivos, respectivamente (Gráfico 15).

Instituições

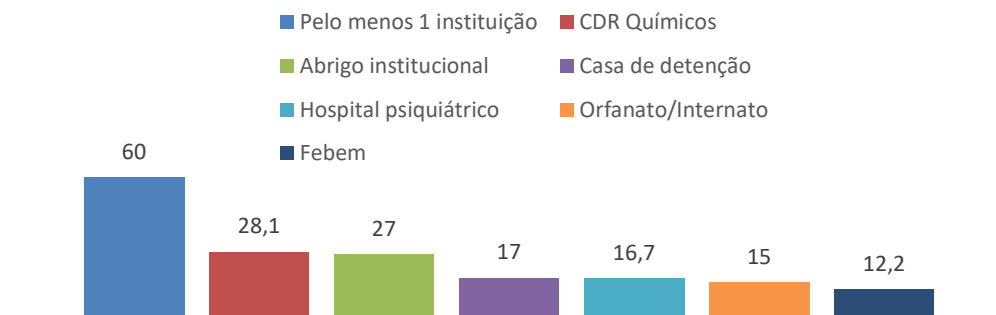


Gráfico 11: Lugar onde se costuma dormir.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

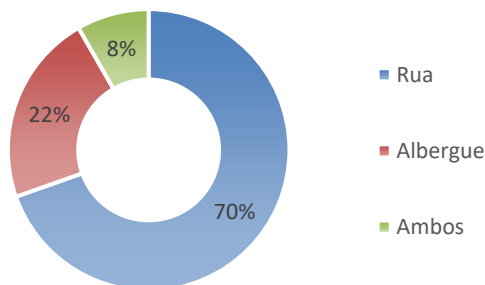


Gráfico 12: Lugares onde se costuma dormir.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

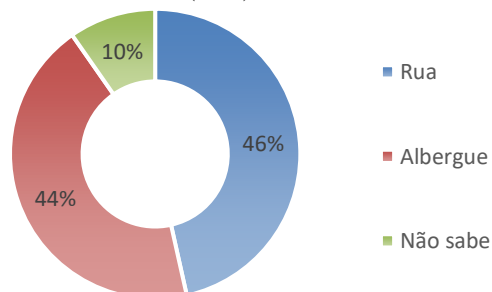


Gráfico 13: Local de preferência para dormir.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

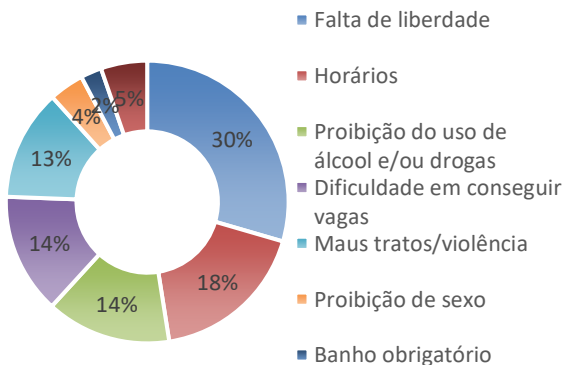


Gráfico 14: Motivos pela não preferência em dormir em albergue.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

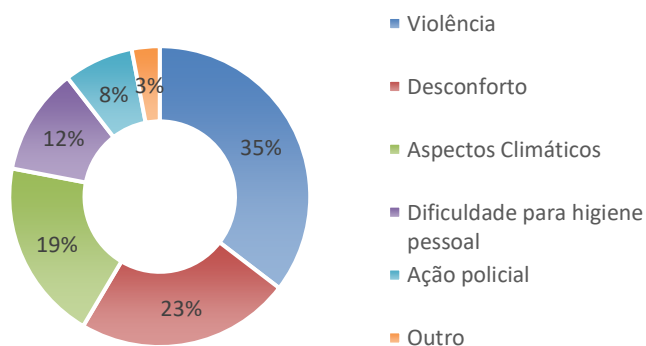


Gráfico 15: Motivos pela não preferência em dormir na rua.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

d) Vínculos familiares

As relações familiares na vivência de uma pessoa em situação de rua acabam atenuando-se ou não se mantendo. Este fato é demonstrado ao observar os Gráficos 16, 17 e 18, em que se verifica quase 60%, um pouco mais que a metade dos entrevistados, possuem parentes no local em que residem atualmente, em contrapartida, 38,9% não mantêm contato e 14,5% mantêm contato em intervalos maiores, encontrando os familiares após períodos de 2 meses a 1 ano (Gráfico 17). Aqueles que possuem contatos com parentes e familiares de forma diária, semanal

ou mensal totalizam 34,3%. Os contatos familiares são qualificados como bons numa ordem de 31%. Porém, apesar de parte dos moradores terem contato com a família, cerca de 18% qualificam os encontros como ruins e 11% qualificam como muito ruim (Gráfico 18).

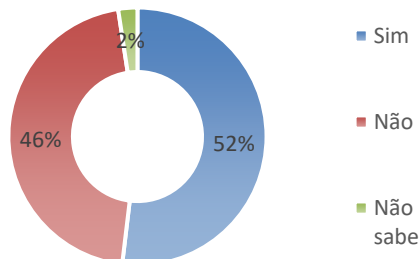


Gráfico 16: Possui parentes que moram na cidade?
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

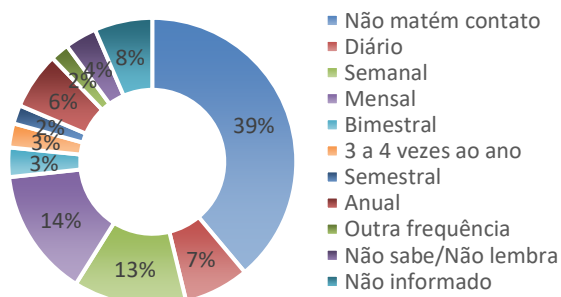


Gráfico 17: Frequência do contato com parentes.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

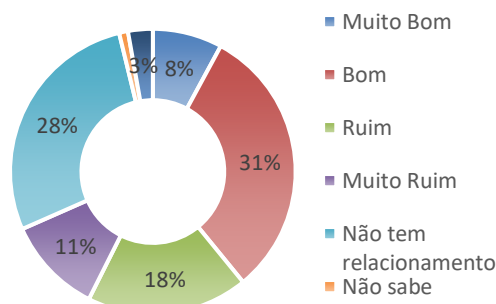


Gráfico 18: Qualidade do contato com parentes.
Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em MDS (2010).

2.4. Panorama nacional sobre as Políticas Públicas de Assistência Social

Para traçar um panorama nacional sobre as políticas públicas de assistência social, é necessário partir do princípio que o cidadão sente-se seguro quando é percebido e assistido pelos mecanismos políticos e legais do Estado. De acordo com o Conselho Nacional de Superação da Pobreza do Chile, referência para as políticas sociais na América Latina:

“As pessoas se sentem seguras quando percebem que são reconhecidas e respeitadas, acolhidas e atendidas pelos demais. Para oferecer segurança, às políticas sociais devem expressar, portanto, o reconhecimento que a sociedade deve a todos e a cada um de seus membros” (CHILE, 1998; apud BARROS, et al., 2000, p.60).

Assim, cabe ressaltar que, para o entendimento da finalidade das políticas públicas de assistência social do papel do Estado e das posteriores reflexões em relação ao tema, tem-se como definição para a política social.

“[...] O conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas a partir do Estado e que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da população e conquistar crescentes níveis de integração econômica e social, especialmente dos grupos socialmente excluídos, nas diversas dimensões pelas quais se expressa a sua exclusão (econômica, política, territorial, social e/ou cultural).” (CHILE, 1999, p.5, apud BARROS *et al.*, 2000, p.49).

Desse modo, pode-se destacar a responsabilidade do Estado em elaborar políticas, sociais de forma a garantir a todos os cidadãos igualdade em oportunidades e transposição das barreiras de pobreza e exclusão. Nesse sentido, de acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), o objetivo dessas políticas de inclusão é claro sob o sistema social vigente em todos os seus aspectos, a saber:

1. Estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues³;
2. Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da população em situação de rua;
3. Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais;
4. Assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de trabalho na rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
5. Inclusão de pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴ e no Programa Bolsa Família⁵, na forma a ser definida;
6. Conferir incentivos especiais para a frequência escolar das pessoas inseridas nos equipamentos da Assistência Social, em parceria com o Ministério da Educação;
7. Promover novas oportunidades de trabalho ou inclusão produtiva em articulação com as políticas públicas de geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social.

³ Entende-se por *acolhimento*, nos termos da atual Política Nacional de Assistência Social, serviços continuados destinados a adultos (idoso, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados) que se encontram em situação de rua ou abandono. A rede de acolhida oferece condições para que as pessoas possam pousar e restabelecer-se. Por meio de acompanhamento profissional, devem trabalhar de modo articulado com os mais serviços da rede, visando ao resgate de vínculos familiares e comunitários ou à construção de novas referências, bem como à conquista de autonomia para a vida independente.

⁴ O BPC corresponde a um direito constitucional na forma de benefício de um salário mínimo mensal para aquelas pessoas com mais de 65 anos ou com deficiência que não têm condições de prover o seu sustento, nem de tê-lo provido pela família. São pessoas que compõem família cuja renda per capita é inferior a ¼ de salário mínimo. Trata-se de benefício intransferível, pessoal, individual, que tem por objetivo assegurar condições dignas de vida.

⁵ O Programa Bolsa Família consiste na transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza, segundo critérios de renda familiar.

Há consenso entre as Políticas de Assistência Social e o Estado de que a melhor forma de lidar com situações de grupos socialmente excluídos e especialmente no caso de pessoas em situação de rua, seja a mudança da situação atual e reinserção na sociedade. Percebe-se, então, que as ações governamentais para retirada de pessoas das ruas ou de locação em albergues, de certo modo, já os disciplinam para que possam atuar no mercado de trabalho (COSTA, 2013).

No Brasil, a assistência social foi um direito instituído a partir da Constituição de 1988, a qual diz, no Art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Embora não apareça especificamente “pessoas em situação de rua” no texto da lei, tais cidadãos devem ser protegidos e auxiliados pelo poder público. Assim, torna-se evidente a afirmação dos direitos de qualquer cidadão, incluindo essa parte da população, a qual está em situação de vulnerabilidade social.

Em 1993, foi criada, a nível nacional, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sendo a primeira que assegurava a assistência social. Tal lei foi alterada em 2005 pela Lei nº 11.258, que mudou o parágrafo único do artigo 23, dizendo que “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo a II - pessoas em situação de rua”. Assim, foi a primeira vez que menciona-se a população de rua, de forma a caracterizar circunstancialmente sua situação de moradia. Ademais, a lei tornou também obrigatória a criação de programas que tenham esse público específico como alvo.

O Decreto S/Nº, De 25 De Outubro De 2006, Institui um grupo coordenado pelo próprio MDS denominado Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tem por finalidade elaborar e apresentar estudos e propostas de políticas públicas que visam a inclusão social da População em Situação de Rua.

A Portaria Mds Nº 381, de 12 de Dezembro de 2006, do MDS garante recursos para apoio às ofertas de serviço destinados à população em situação de rua, por meio de recursos cofinanciados pelo governo federal.

Em 2008, foi proposta a Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua, cujo principal objetivo foi “orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades do poder público” (BRASIL, 2008). A partir disso, os municípios passaram a ter a obrigação em prestar atendimento à essa população. Foi com base nessa política nacional que foram criados os Centros POP nos municípios, isto é, Centros de Referência para a População de Rua, que, junto

às Secretarias de Desenvolvimento Social, servem como mecanismos governamentais de garantia dos direitos à moradia e suporte psicológico à pessoa em situação de rua, com objetivo de reinseri-la socialmente.

Resolução o Conselho Nacional De Assistência Social – CNAS Nº109, De 11 De Novembro De 2009 esse documento especifica os tipos de serviços socioassistenciais a nível nacional, dentre os quais, os serviços destinados à população em situação de rua são especificados como sendo de Proteção Social Especial, Especializado para pessoas em Situação de Rua, Serviços de Acolhimento Institucional, Serviços de Acolhimento em Repúblicas e Especializado em Abordagem Social.

No Decreto Nº 7053, De 23 de Dezembro de 2009, institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento que segundo o MDS “tem como atribuições elaborar planos de ação periódicos, acompanhar e monitorar o desenvolvimento e desenvolver indicadores para o monitoramento e avaliação da Política Nacional para a População em Situação de Rua” e a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Instrução Operacional Conjunta da Secretaria Nacional De Assistência Social – SNAS E Secretaria Nacional De Renda e Cidadania – Senarc Nº07, De 22 De Novembro De 2010 que orienta os municípios e o Distrito Federal para a inclusão da População em Situação de Rua reunindo esse grupo no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

No entanto, embora as políticas existentes sejam claras, a realidade atual mostra que as ações governamentais desenvolvidas nos municípios tendem a seguir um viés que objetiva a eliminação e adoção de uma política “higienizadora”. Tal aspecto é fortalecido pela “necessidade” de tirar essa população em situação de rua do espaço público, o que leva a estigmatização social desses indivíduos. Costa (2013), ao analisar a situação dos moradores de rua no Triângulo Mineiro, aponta que:

Constantemente são criadas políticas públicas para retirar os “mendigos” da rua, seja através das ações voltadas para a ‘integração’ dos moradores de rua na sociedade, abrigos, políticas sociais, etc., seja através de ações da polícia, o que inclui tanto as apreensões como as ações de deslocamento. (COSTA, 2013, p.56).

A cidade de Varginha também apresenta essa realidade em relação às políticas sociais concernente a população de rua, com práticas a serem apresentadas na próxima subseção.

2.5. Panorama sobre as Políticas Sociais, Legislações e Diretrizes no município de Varginha

Com a promulgação da Lei Orgânica do Município de Varginha, em 2014, estabeleceu-se como princípio a ser seguido, conforme o Título I, artigo 1º § 1º, o objetivo de “promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, além de “planos, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade” (VARGINHA, 2014).

Entretanto, como apontado na subseção anterior, conforme observado na "Política Municipal de Assistência Social", o texto da lei municipal não faz menção a “população em situação de rua” na definição do público-alvo e público-alvo das ações e planos a serem implementados:

Art. 1º. A Política Municipal de Assistência Social compreende um conjunto integrado de ações sócio-assistenciais que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, tendo por objetivos: I - a proteção à família, à infância, à adolescência, à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - o apoio social no processo de habilitação e de reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a habilitação e a reabilitação das pessoas com sobrepeso e obesidade de graus I, II e III e sua integração à sociedade. (VARGINHA, 2014).

A realidade vista pela cidade com relação às ações do poder público, no entanto, é a de que o município não foge da mentalidade eugenista presente na sociedade. O Centro Pop de Varginha é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população que utiliza as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. É responsável pela oferta de atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, bem como, de ações que incentivem o protagonismo e a participação social, além de promover a garantia de acesso à alimentação, higiene pessoal, espaços de guarda de pertences, provisão de documentação, encaminhamentos ao mercado de trabalho e atendimentos de saúde na rede pública.

O público atendido pelo Centro Pop corresponde a adultos e idosos que acessam o serviço de forma espontânea ou são direcionados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social. A Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD), por meio do Centro Pop, a partir dos atendimentos semanais, tem proporcionado atendimento humanizado, tratamento, oferta de informações e cuidados de prevenção à saúde dos usuários, de forma complementar as ações das Unidades Básicas de Saúde, que são parceiras fundamentais no

atendimento dessas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Para caracterizar o público atendido pelas políticas de assistência a essa população, foram feitas entrevistas no abrigo temporário da cidade, bem como na Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social de Varginha (SEHAD), em maio de 2019. As entrevistas foram realizadas com três frequentadores do espaço, sendo feitas perguntas acerca da origem, de informações pessoais, dos motivos que os levaram a situação de rua e suas impressões sobre o Centro POP.

O “Frequentador 1”⁶ do Centro POP, de 38 anos, homem, natural da cidade de Varginha, está nas ruas há 5 anos e estudou até a 5ª série. Ele relatou que sempre trabalhou de servente de pintor e ajudante de serviços gerais. A relação com sua família era boa até os 15 anos, idade em que começou o consumo de drogas, o que levou a afastar-se dela.

Já o “Frequentador 2”, de 39 anos, homem, natural da cidade de São Paulo, escolaridade até a 8ª série, sujeito em situação de rua a apenas 3 semanas, trabalhou durante 12 anos como padeiro. Por ter perdido os pais muito cedo; após isso, perdeu sua avó, na qual mantinha seu suporte emocional, foi criado por diferentes familiares que por conta dessa instabilidade familiar, acabou se tornando alcoólatra, o que o motivou a vir para Varginha, afastando-o da família.

Por fim, o “Frequentador 3” também com de 39 anos, homem, escolaridade até a 3ª série, natural da cidade de São João da Boa Vista, São Paulo, sem filhos, não é frequentador constante da organização Centro POP, já que é migrante. O indivíduo foi trabalhador rural, borracheiro e servente, já passou pela cidade antes, na qual essa é sua segunda vez. Optou em ir para as ruas devido aos problemas e desavenças com os familiares com quem convivia.

Além da caracterização dos frequentadores, é pertinente apresentar quais são suas percepções acerca do Centro POP quanto a relação de moradia estabelecida com o espaço, as características do local e seus modos de vida, como respostas a adaptação necessária no andamento da vivência nas ruas.

O “Frequentador 1” conta que, no albergue da cidade, a frequência de migrantes tem aumentado, gerando algumas desconfianças por conta da falta de convívio com esses novos frequentadores, e diz que seu maior medo é morrer. O indivíduo relata que o Centro POP é importante, para manutenção da integridade física (p.ex. lavar as roupas), social (p.ex. vínculo emocional com outros frequentadores) e psicológica (p.ex. afastamento do álcool e das drogas). Por fim, ele aponta que não há variabilidade de atividades oferecidas pelo abrigo, restringindo-

⁶ A terminologia “Frequentador + número” foi utilizada para preservar a identidade dos entrevistados.

se a pintar, ler de revistas, assistir televisão e lavar roupa.

Já o “Frequentador 2” vai à organização diariamente e que frequenta o Centro POP para sobreviver ao inverno pois lá são oferecidos agasalhos. O indivíduo conta que auxilia na limpeza e em outras atividades de manutenção do espaço. Quando questionado se já realizou alguma consulta com o psicólogo da organização, ele disse que não precisa, e não via necessidade de ser atendido. Ao imaginar sendo participante ativo do poder público, indica que promoveria o trabalho remunerado para a população em situação de rua.

O “Frequentador 3” menciona que o Centro POP recebe bem as pessoas em situação de rua, porém, no caso dos migrantes, a permanência no local pode ser de apenas um dia, levando-os à mesma situação que estavam. O indivíduo considera a organização é importante para quem é da cidade, já que mantém os frequentadores longe das drogas e do álcool, além de afastá-los de algumas atividades ilícitas, como furtos e assaltos. Ao ser questionado sobre qual medida pública aplicaria para ajudar as pessoas em situação de rua, ele conta que fiscalizaria o funcionamento das associações de apoio, já que acredita que a proposta do governo é boa, mas que não há uma fiscalização eficiente. Caso ganhasse uma grande quantidade de dinheiro, o indivíduo construiria casas para quem não possui moradia, visto que sua maior vontade é sair das ruas, e um auxílio nesse sentido seria um fator importante para que tal evento ocorresse.

O direito à cidade apresenta uma matriz de cunho humanitário e tem como destinatária toda a coletividade, mas não é isso que se verifica quando se analisa a realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua. Assim, o direito fundamental à cidade sustentável e inclusiva assume dimensão significativa do ponto de vista sociopolítico, vez que revela o compromisso do Poder Público de garantir o respeito e a proteção dos direitos fundamentais para todos os habitantes das cidades, principalmente para as pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade. Considera-se que a garantia desse direito fundamental à cidade credita ao Poder Público o papel de concretizar as funções sociais da cidade em favor de todos os habitantes, particularmente dos segmentos sociais vulneráveis, compreendida de forma ampla e imbricada à qualidade de vida de todos os seus moradores, aí, incluídas, à toda evidência, as pessoas em situação de rua. É inaceitável que a violência verbal, física e simbólica materializadas de forma explícita ou velada, institucionalizada ou não, continue reafirmando o poder da polícia e a lógica da higienização em face da população em situação de rua.

Tendo em vista o relato dos entrevistados, percebe-se que os apontamentos realizados por SILVA (2006) corroboram-se. Os perfis aqui identificados fazem parte de representações genéricas, porém tipologicamente representativas. Nesse sentido, pontua-se que a população em situação de rua tanto residente na cidade de Varginha quanto região é caracterizada por ser

Outsiders, Recém-deslocados, Vacilantes, Andarilhos, Mendigos e Doentes mentais.

2.5.1. Legislação

A Lei Nº 3.181/1999, Art. 1º tem por objetivo ordenar o uso e a ocupação do solo urbano no Município de Varginha. A legislação está disponível no site⁷ da Prefeitura Municipal de Varginha, todos os parâmetros e dispositivos competentes com relação as categorias.

Art. 6º - Para os efeitos desta Lei, ficam definidos os seguintes tipos de uso:

- Residencial;
- Comercial;
- Serviços;
- Misto;
- Institucional;
- Industrial.

De acordo com o dispositivo da legislação do município de Varginha, determina-se que as edificações habitacionais de até 3 pavimentos enquadram-se como *ocupação*, desde que não ultrapasse os 10,60m no gabarito de altura até a última laje de piso da edificação e para habitação de cunho social que represente o interesse da maioria e se for para o bem comum, critérios são adotados na particularidade em consonância com o poder público.

- II - R2: espaço predominantemente destinado a habitação permanente, associada ou não a serviços e comércio, correspondendo a mais de uma unidade por lote, agrupado horizontal ou verticalmente, com no máximo três pavimentos incluindo o térreo.
- III - R3: espaço predominantemente destinado a habitação permanente ou a atividades de serviço e comércio, correspondendo a mais de uma unidade por lote agrupado verticalmente com mais de três pavimentos.

R2	Residência Multifamiliar combinada com C1 / S1	Até 7 m.	0	1 lado 1,50	0	1 vaga p/ cada residência + 1 vaga p/ atividade > 75 m² A.C.	70%	0,9
R3	Residência Multifamiliar de uso Misto acima de 3 pavim.	H	5,00 m	De cada lado H/6	H/6	1 vaga p/ cada residência + 1 vaga p/ atividade a cada 75 m² A.C	70%	0,9
				Mínimo = 1,50 m				

Tabela 1: Usos do solo.

Fonte: Editado pelo autor com base nos dados disponíveis em <http://www.varginha.mg.gov.br>.

⁷ Disponível em: [varginha.mg.gov.br](http://www.varginha.mg.gov.br)

H – GABARITO	medida em altura, contada a partir do nível da rua onde se situa a entrada principal à edificação até a cobertura do último andar, excetuando obras da caixa d'água, casa de máquinas, platibandas e telhado.
Recuo Frontal	a área destes recuos poderá ser utilizada como garagem, no máximo 2/3 da testada do lote.
Recuo Lateral	A área deste recuo poderá ser utilizada como garagem permitindo apenas usar uma profundidade de 5,00 m.
A.C.	Área Construída, exceto áreas de garagens.
C.I.	Coefficiente de impermeabilização - determina a relação entre a área do lote impermeabilizado com construções / calçamentos e a área total do lote.
Vaga p/ Auto	Determina-se a relação entre a área construída e a fração de 75,00 m ² . Para efeito do cálculo, o arredondamento é determinado de modo que até 0,5 arredonda-se para menos e acima de 0,5 para mais.

Tabela 2: Classificação e Requisitos.

Fonte: Editado pelo autor com base nos dados disponíveis em <http://www.varginha.mg.gov.br>.

2.5.2. Diretrizes

a) Responsabilidade técnica

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, são considerados profissionais habilitados a projetar, construir, calcular, fiscalizar e orientar, os profissionais que satisfizerem as exigências da legislação complementar do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)

b) Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros (IT's) de Minas Gerais

As Instruções Técnicas (IT's) no Portal do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais disponibiliza-se as regulamentações: Objetivo proporcionar proteção contra incêndio e pânico nas edificações; reduzir os riscos de propagação do fogo em eventual situação de incêndio na edificação e em áreas confrontantes; proporcionar condições de acesso para ao agentes de operações da Corporação e garantir o acesso de socorristas em situação de urgência, também garantir a segurança dos ocupantes das edificações proporcionando meios de controle e extinção do incêndio e pânico.

Ocupação/Us	Descrição	Divisão	Carga de incêndio (q _n) em MJ/m ²
Residencial	Alojamentos estudantis	A-3	300
	Apartamentos	A-2	300
	Casas térreas ou sobrados	A-1	300
	Pensionatos	A-3	300

Tabela 3: Classificação. Risco quanto carga de incêndio.

Fonte: Editado pelo autor com base nas IT 014/2010, disponibilizadas no Portal do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

c) *Acessibilidade (NBR 9050 / 2015) – Principais diretrizes*

NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados para elaboração de projetos, construções, instalações e adaptações do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. De acordo com a norma da NBR 9050/2015, os parâmetros que visa a utilização de equipamentos e edificações de maneira autônoma e sem esforço por todos. Independentemente da idade, limitação ou percepção. Parâmetros Antropométricos; Informação e sinalização; Acessos e circulação; Escada; Rampas; Corrimãos; Sanitários, Banheiros e Vestiários. Baseando-se no referencial teórico levantado aqui, propoe-se, na Seção 3, estabelecer a análise e o diagnóstico da área de possível implementação deste projeto.

[REFERÊNCIAS PROJETUAIS]

4.1. SHELTER FOR THE HOMELESS – JAVIER LARRAZ



FIXA TÉCNICA

Arquitetos: Javier Larraz

Local: Navarra, Espanha

Categoria: Centro de Assistência a População em Situação de Rua

Área: 995 m²

Ano: 2010

Figura 3: Perspectiva fachada Shelter Home
Fonte: Shelter Home (2010)

Para auxiliar na definição do programa de necessidades do Centro de Assistência à População em Situação de Rua, foram selecionados alguns projetos, cujos partidos, plantas e soluções apresentadas pelos arquitetos foram abaixo relacionadas.

A proposta é a de uma caixa, a qual protege seu interior dos olhares externos a construção no local onde foi implantada: um ambiente semiurbano. Sua configuração espacial possui uma distribuição extremamente racional e modulada. Possui uma composição formal, com uma arquitetura discreta e contida.



Figura 4: Planta térreo do projeto Shelter Home.
Fonte: Shelter Home (2010)



Figura 5: Planta primeiro pavimento do projeto Shelter Home.
Fonte: Shelter Home (2010)



Figura 6: Vista lateral do projeto Shelter Home.
Fonte: Shelter Home (2010)



Figura 7: Vista fachada do projeto Shelter Home.
Fonte: Shelter Home (2010)

4.2. CAPSLO HOMELESS CENTER – SÃO LUIS OBISPO



Figura 8: Perspectiva fachada principal do Centro CAPSLP
Fonte: CAPSLO (2011)

FIXA TÉCNICA

Arquitetos: Gwynne Pugh Urban Studio

Localização: San Luis Obispo, CA

Categoria: Centro de Atendimento ao Desabrigado CAPSLO

Área: prédio de 2400m²

Ano do projeto: 2010

Projetado pelo escritório Gwynne Pugh Urban Studio, o Centro CAPSLO para moradores de rua está localizado em São Luis Obispo, na Califórnia. Com uma área total de 26 mil metros quadrados, o projeto poderá abrigar 200 leitos para os usuários, distribuídos em homens, mulheres e crianças.

O projeto possui uma área para atendimento hospitalar para realização de exames médicos e psiquiatria/psicologia, salas comunitárias para desenvolvimento de atividades e cursos para aprimoramento pessoal dos usuários, cozinhas, escritórios, área de recreação e lazer para as crianças e um espaço destinado a um canil para os animais de estimação dos moradores.

Os espaços foram distribuídos no projeto de acordo com as funções, sendo que áreas de acesso mais restrito foram locadas no setor leste da edificação com poucas aberturas para o exterior, e as áreas destinadas ao público foram locadas no setor oeste do projeto, tendo abertura para o pátio aberto da construção, como demonstrado na Figura 19.



Figura 9: Perspectiva pátio externo Centro CAPSLO.
Fonte: CAPSLO (2011).



Figura 10: Planta térreo Centro CAPSLO.
Fonte: CAPSLO (2011).

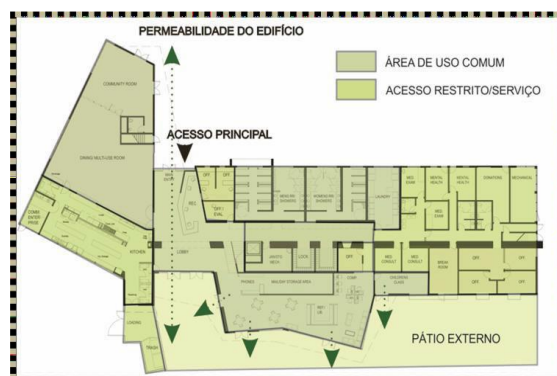


Figura 11: Planta Primeiro Pavimento Centro CAPSLO.
Fonte: CAPSLO (2011).



Figura 12: Perspectiva entrada principal do edifício.
Fonte: CAPSLO (2011)



Figura 13: Vista em perspectiva.
Fonte: CAPSLO (2011)

Os autores do projeto optaram por um edifício com disposição mais horizontal no terreno, gerando uma forma simples e sem grandes impactos visuais ao entorno. Por meio dessa horizontalidade do projeto do centro, o edifício se torna convidativo para os usuários acessarem seu interior, uma vez que ele acaba não sendo um local confinado, e sim aberto para o espaço público, integrando a construção com seu entorno. As áreas de uso comum foram projetadas de modo que fossem permeáveis para a praça externa, resultando na integração do interior com o exterior do prédio.

4.3. THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER



Figura 14: Perspectiva fachada principal do Centro HOMELESS
Fonte: The Bridge (2008)

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: Overland Partners

Localização: Dallas, Texas-EUA

Categoria: Centro de Acolhimento

Área: 7.060m²

Ano do Projeto: 2010

O The Bridge Homeless Assistance Center, localizado em Dallas no Texas, é um modelo de design de Centro de acolhimento para população em situação de rua, sendo vencedor do prêmio de “Melhor Entrada Arquitetônica” no concurso Internacional de Reidentificação de Pessoas em Situação de Rua (Internacional Rebranding Homelessness Competition) entre outros prêmios.

Situado em um local com 3,41 hectares, o edifício oferece serviços como habitação, emergência e cuidados de transição para mais de 6.000 pessoas que estejam enfrentando problemas por falta de moradia a longo prazo.



Figura 15: Localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dallas. Fonte: The Bridge (2008)



Figura 16: Localização do terreno do projeto The Bridge e vista do terreno. Fonte: The Bridge (2008).

O projeto foi concluído em 2010 e oferece um leque de serviços como abrigo, atendimento emergencial, e cuidados transitórios, atendendo cerca de 1,200 pessoas por dia e direcionando-as à uma vida digna.

Composto por cinco edifícios que juntamente criam um pátio central, envolvendo as pessoas que ali estejam praticando alguma atividade. O edifício de serviços possui três andares para atender aos usuários, um prédio que tem função de hall de entrada de apenas um andar, um edifício de armazenamento, um pavilhão ao ar livre e um local para refeições, que serve como ponto focal (Figura 21).



Figura 17: Planta de Situação do The Bridge
Fonte: The Bridge, 2008.

Os projetos acima apresentam soluções para um Centro de Assistência à População em Situação de Rua e a análise feita, relaciona alguns pontos para serem utilizados como partido do projeto que será proposto e como resultado dessa pesquisa, considerando a integração entre o público-privado ou rua-centro de assistência que pode ser uma das soluções que o tornem atraente para o público que ele busca atender, uma vez que o local representará um espaço onde as pessoas podem ir e vir sem ter que permanecer obrigatoriamente em seu interior. Visando essa permeabilidade, pode-se propor também uma integração entre as áreas de convivência internas e as externas, podendo-se fazer uso de praças e jardins nesses ambientes.

Para a definição estética da edificação, pode-se adotar a horizontalidade e o uso de uma composição mais simples como proposta, causando menos impacto visual tanto no entorno, como para os usuários.

[ANÁLISE E DIAGNÓSTICOS DA ÁREA]

3.1. Caracterização e Breve histórico do município de Varginha

Varginha está localizada na região sul de Minas Gerais, às margens do lago de furnas. Sua área é de 395,396km² e possui aproximadamente 136.302 mil habitantes (2020), de acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), densidade demográfica 311,29 habitantes por km². Equidistante das três principais capitais brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte –, ganha destaque por ter um excelente comércio e por ser referência na produção de café.



Figura 18: Brasil, Minas Gerais e Varginha.
Fonte: Desenvolvido pelo Autor.

O relevo do município é pouco acidentado, possuindo altitude média de 980 metros acima do nível do mar, altitude esta propícia ao cultivo do café e que tem forte impacto econômico na cidade, tornando-a conhecida mundialmente como a capital do café.



Figura 19: Centro da cidade de Varginha.
Fonte: Cíntia Duarte (2015).

Historicamente, a cidade era um caminho de bandeirantes na estrada que ligava Três Pontas a Campanha, que hoje é uma das principais avenidas da cidade. No local do atual centro comercial, havia uma capela ao redor da qual foram erguidas diversas casas para repouso dos viajantes e por volta de 1763, quando surge o registro do município, recebeu o nome de Ermida

de Santo Antônio, fazendo menção a antiga estrada que fazia ligação entre essas cidades. Em 1806, o povoado recebeu o nome de Catanduvras e em 1807, tornou-se Espírito Santo das Catanduvras, nome que faz uma homenagem ao padroeiro da cidade. Em 1850, foi elevado à distrito, com o nome de Varginha, e à categoria de cidade em 1882.

A origem do seu atual nome foi na região do Bairro que ainda hoje se chama Vargem, com isso, a formação urbanística da cidade, que a partir do século XIX começa a se desenvolver, logo a infraestrutura e a abertura das primeiras ruas, Varginha começava seu processo urbano com praças, igrejas, residências e construção de edificações voltada para o setor comercial e equipamentos públicos.



Figura 20: Avenida Rio.

Fonte: Fundação Cultural de Varginha-MG.



Figura 21: Antiga Estação 1927.

Fonte: Fundação Cultural de Varginha-MG.

3.2. Unidade de Análise

A escolha da região específica para implantação do CATAPSR está localizada na Av. Princesa do Sul, 900 - Jardim Andere, Varginha - MG, 37026-080. Com o intuito de maximizar a visibilidade do local, resultando, conseqüentemente, em maior inclusão dessa parcela da população no seio da sociedade, o local para a inserção do equipamento, abrange grande parte da população de classe alta, média e baixa além de possuir fácil acesso quanto à logística por estar próximo a uma das principais vias de acesso à cidade, bem como próximo a outros equipamentos públicos, como o Corpo de Bombeiros e MedSul Remoções. As imagens a seguir, mostram quatro pontos de visadas do lote em questão.

A Figura 08 mostra parte da Av. dos Viajantes e a parte posterior do lote, onde se encontra uma boa parte arborizada que não será descartada na composição do projeto.

A Figura 09 mostrar a lateral direita do espaço no qual será desapropriado (pois se encontra abandonado e sem condições de restauro devido a vida útil do estabelecimento e a falta de manutenção durante os anos. A Figura 10 com vista da fachada e a Figura 11 da lateral esquerda onde tem um restaurante, que também será desapropriado para a inserção da proposta.



Figura 22: Vista superior com lote demarcado e pontos de visada.
Fonte: Google Earth.



Figura 23: Vista posterior 1, ao lado da Av.dos Viajantes. Fonte: acervo do autor.



Figura 24: Vista Lateral direita 2. Fonte: acervo do autor.



Figura 25: Vista da fachada 3. Fonte: acervo do autor.



Figura 26: Vista lateral esquerda 4. Fonte: acervo do autor



Figura 27: Panorâmica. Fonte: acervo do autor.

3.2.1. Caracterização do Bairro

Como dito, o terreno onde será implantado o objeto de estudo, está situado em um ponto estratégico do município, além da (i) morfologia, que dispõe de infraestrutura compatível com o ideal a ser proposto, (ii) faixa de desaceleração existente na lateral do lote, (iii) sua proximidade com a principal avenida de acesso ao centro da cidade, considerando a efetividade da mobilidade urbana e (iv) conexão intermunicipal entre as cidades vizinhas Três Corações, Eloi Mendes e Três Pontas.

O bairro é dividido entre residencial, comercial, educacional e equipamentos públicos. As edificações de uso residencial são caracterizadas entre alto, médio e baixo padrão e de alta densidade fazendo com que o entrono seja predominantemente residencial, tanto quanto ao uso misto que também é bem evidente e fica claro como demonstrado na Figura 13⁸.

A área apresenta poucos lotes vagos sendo necessário desapropriar o galpão onde hoje é a instalação do Automóvel Clube de Varginha que se encontra em total estado de abandono para a inserção do projeto em questão.

Vale ressaltar a importância pela a escolha desse local dito, de uso “residencial de alta densidade”, como resposta as questões de classes onde, um equipamento público equiparador da igualdade deve ser um equipamento exclusivo, segregador e ser pensado sua inserção nos limites do município, excluindo direta e indiretamente ao que se destina a para quem, desconsiderando que parte da cura está justamente no processo de integração que leva a inclusão social, por isso, a escolha do local se evidencia para ser ponte e referência ao que se traduz aos direitos humanos e suas necessidades.

⁸ Por conta das configurações do *layout* da página, todos os mapas desenvolvidos e demonstrados nesta subseção estão apresentados em suas versões completas nos Apêndices.

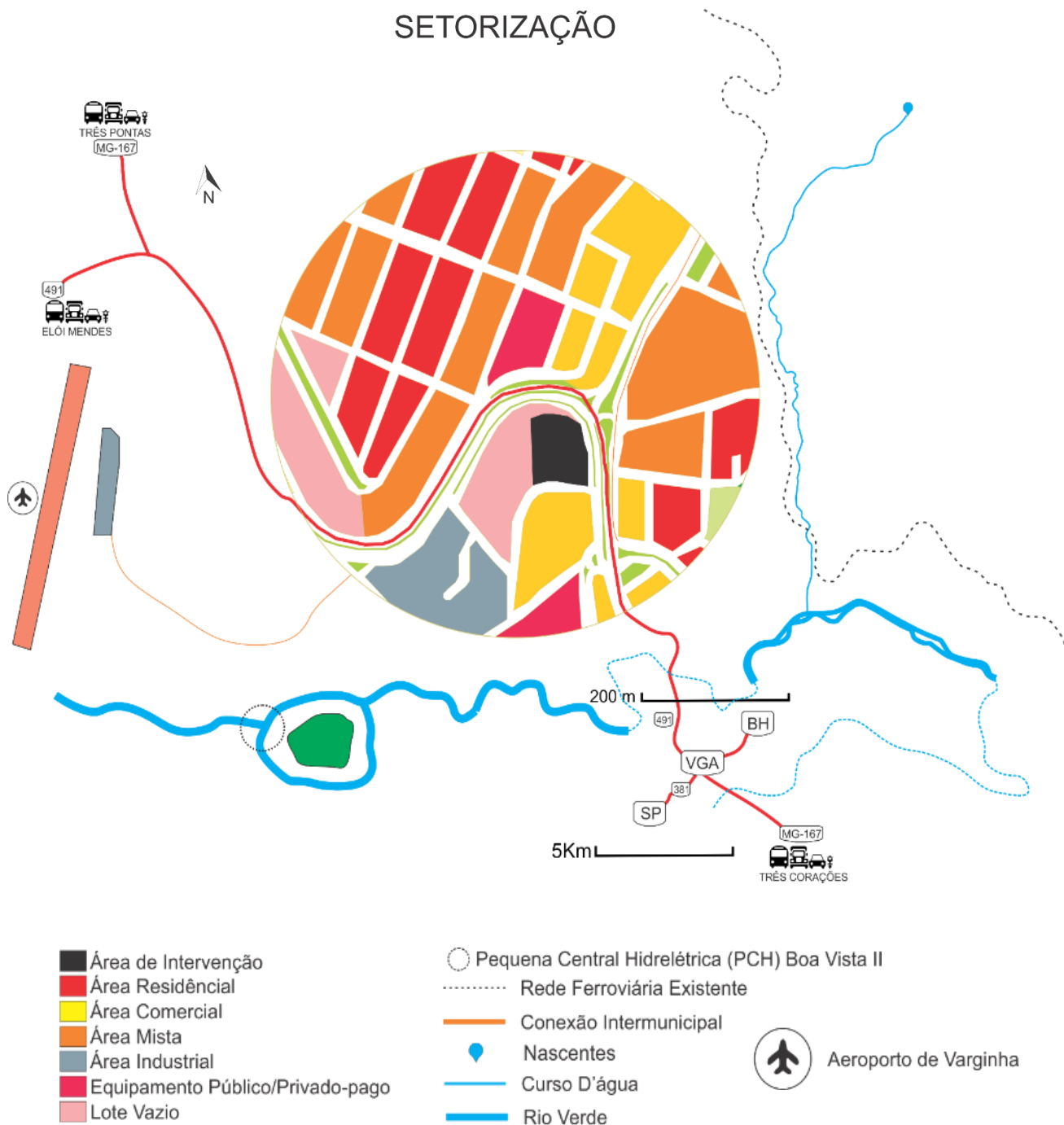


Figura 28: Mapa de setorização do projeto.
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O posicionamento do terreno é favorável aos ventos, já que não existem barreiras consideráveis. Dessa forma a ventilação pode ser uma condicionante favorável ao projeto. Fachada principal para Leste, na Avenida Princesa do Sul que recebe o sol ameno pela manhã, oferecendo temperaturas agradáveis e confortáveis aos ambientes. A fachada posterior, voltada para Sul, recebá baixa incidência solar. A fachada Nordeste recebe insolação direta durante todo o ano somente no período da manhã, sendo propícia para a locação de ambientes com grandes

aberturas para iluminação e áreas descobertas. A fachada Noroeste recebe insolação direta praticamente o dia todo nas épocas de outono, inverno e primavera. Por isso, estratégias devem ser adotadas como a adoção de elementos de proteção solar e se atentar aos usos localizados nesta fachada. A insolação a Sudoeste é direta e acontece durante o ano todo no período da tarde. Por isso, é importante atentar para propostas de proteção solar, visto que é uma fachada problemática.

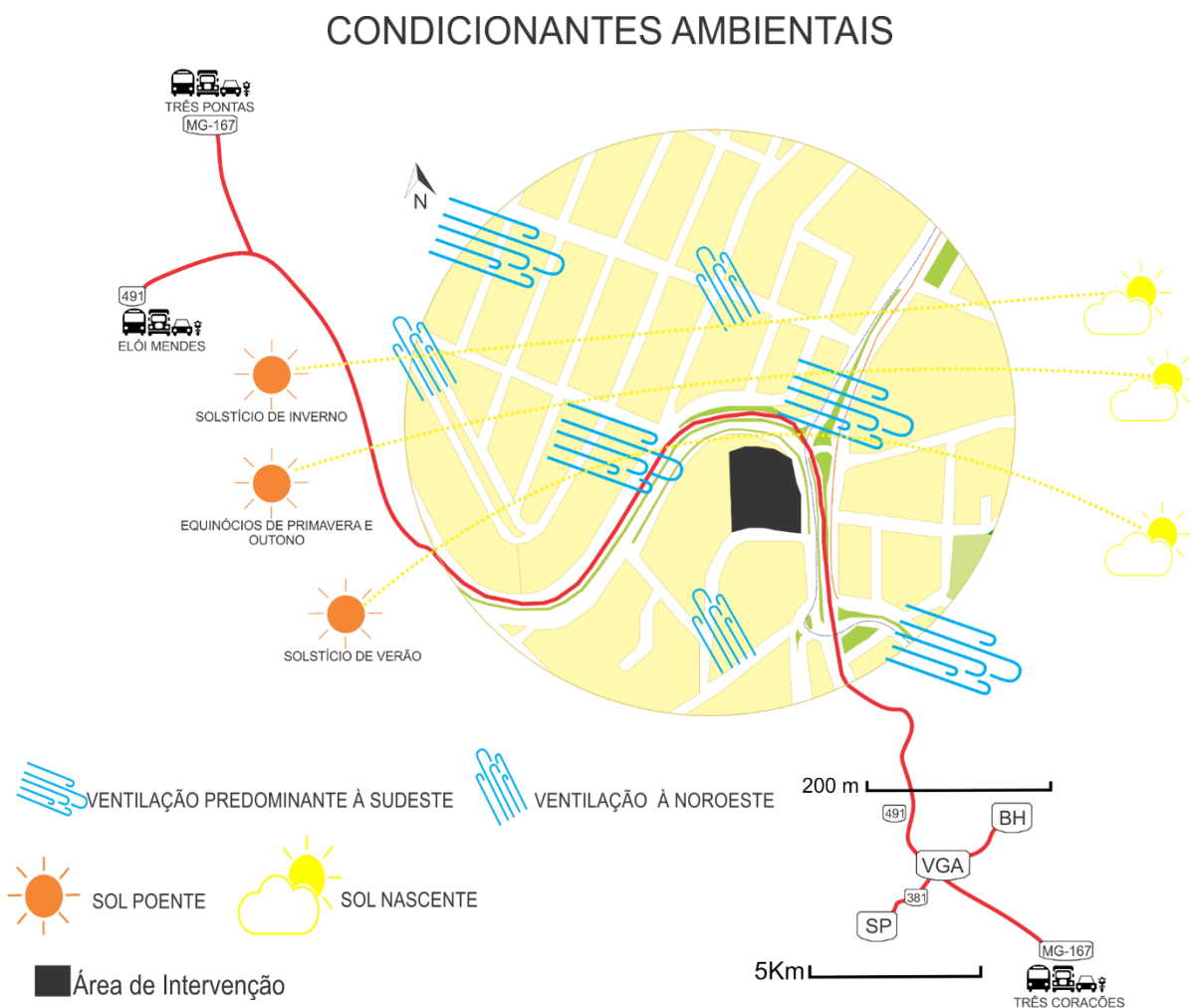


Figura 29: Mapa de Condicionantes Ambientais.
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O vento predominante em Varginha origina da direção sudeste / leste e velocidade entre 2 a 4 m/s. Uma questão a atentar-se é o direcionamento da chuva, que segue o caminho do vento. Com base nas informações, deve-se prever aberturas que auxiliam na circulação do vento no interior do edifício, como também elementos que permitam proteger das águas pluviais, como beirais e varandas.

A área de estudos é composta por Vias Arteriais, Coletoras e Locais. As principais vias são: Avenida Princesa do Sul e a Avenida dos Viajantes, as quais são classificadas como arteriais em relação ao fluxo de trânsito tanto entre os bairros adjacentes e o centro da cidade, quanto como via de saída para outros bairros e cidades. Portanto, a escolha do terreno para o desenvolvimento do projeto não interfere no fluxo já existente considerando o grande aumento nesse fluxo devido as mudanças e redirecionamento viário colocado pelo setor de trânsito em 2015. Tais aspectos estão representados na Figura 15.

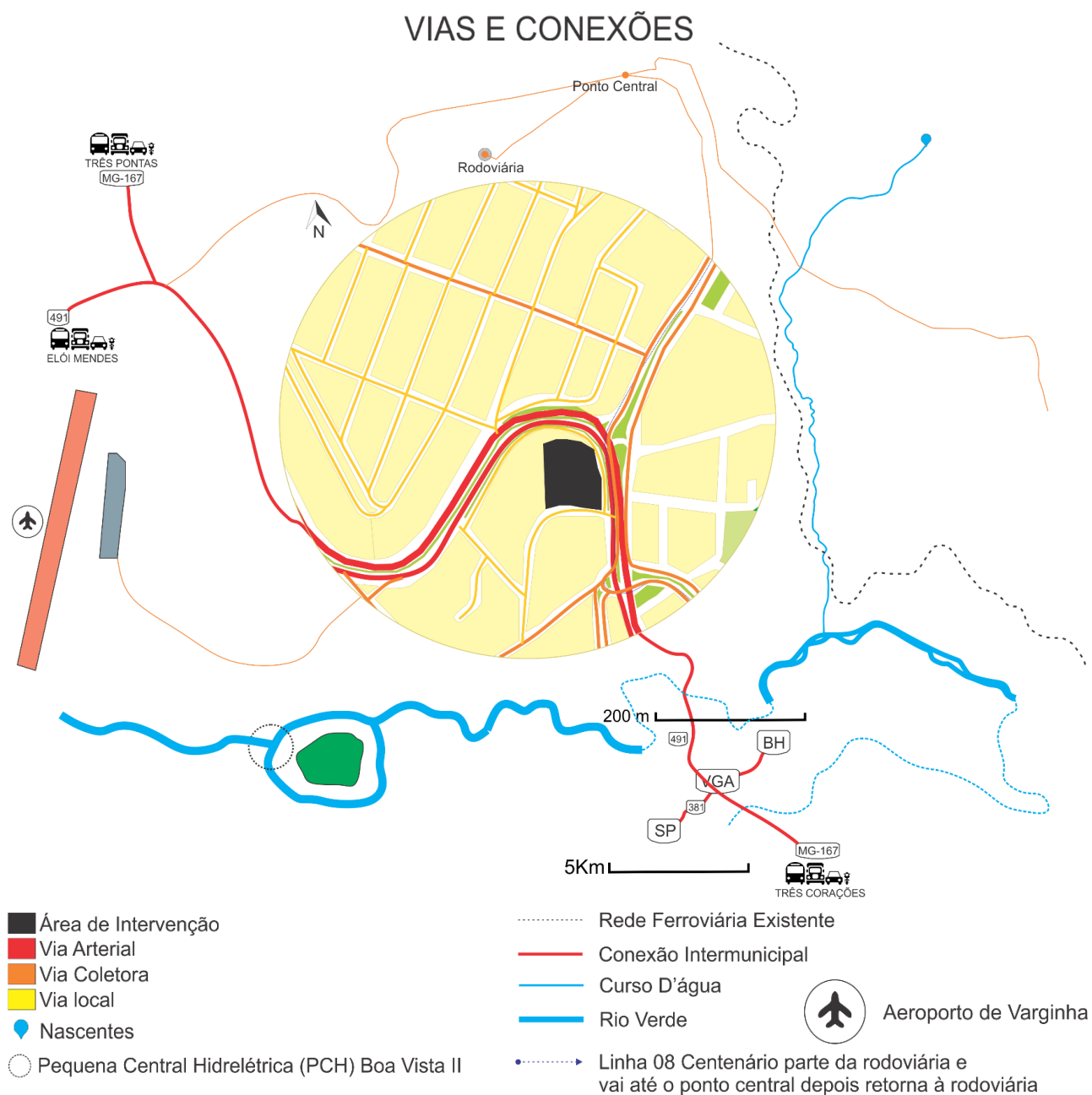


Figura 30: Mapa de Vias e Conexões.

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O município de Varginha está situado na bacia do rio Grande e é banhado pelo Rio Verde, que é formador do braço sul da represa de Furnas, juntamente com o rio Sapucaí. A vegetação que cobria o município era a tropical, campo-cerrado, com matas tropicais nas encostas das nascentes. Devido à extensa atividade cafeeira e outras atividades, como extrativismo vegetal e culturas como o milho, a maior parte foi devastada, porém recoberta com pastagens naturais. O solo é propício para a cafeicultura e demais agriculturas. Representam-se tais apontamentos na Figura 16.

ASPECTOS AMBIENTAIS

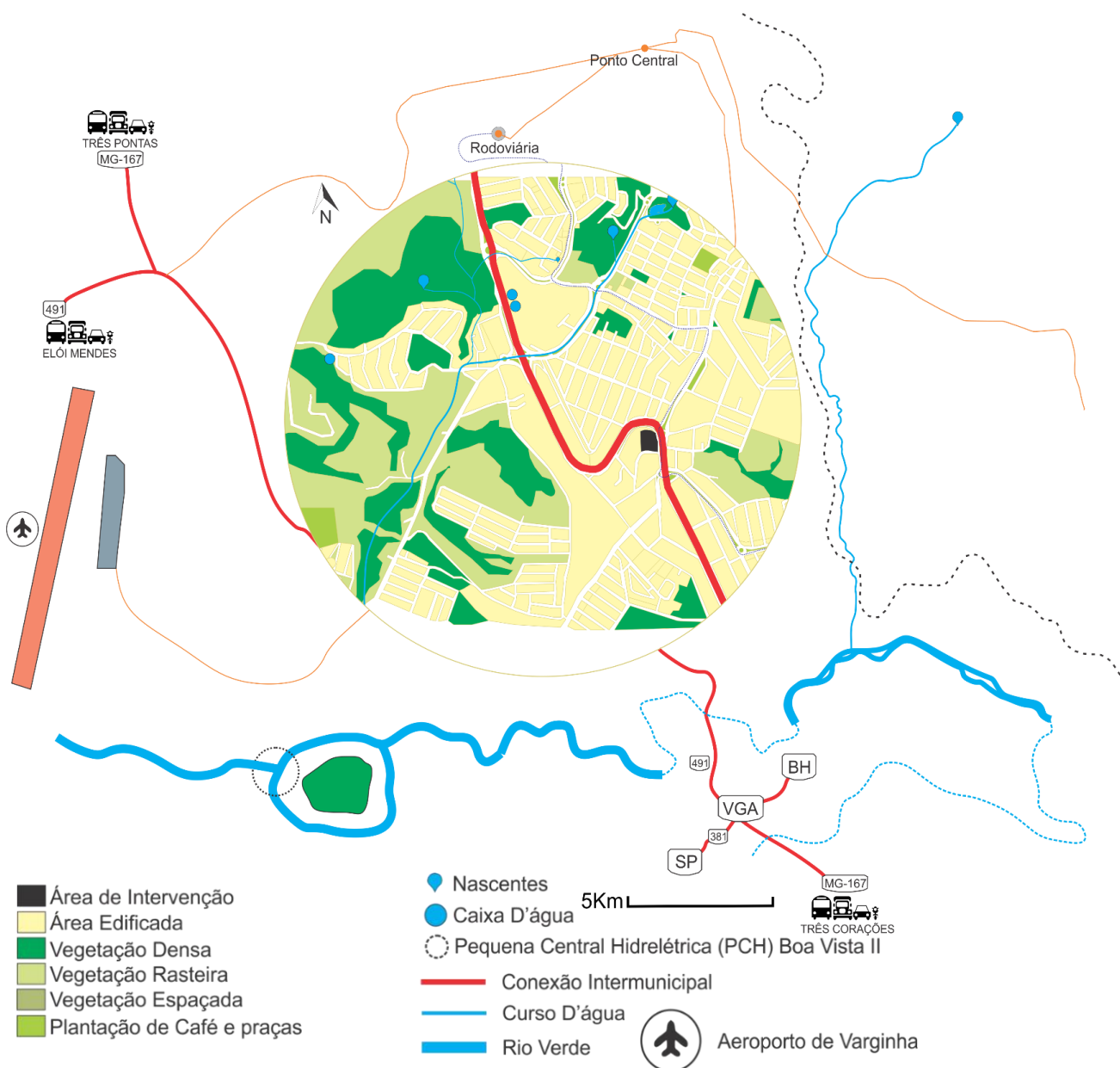


Figura 31: Mapa de aspectos ambientais.
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O Gabarito das construções do entorno da área de estudo é composto por edificações de um pavimento três ou mais residencial ou uso misto, além de comércios, indústrias e equipamentos públicos, como representado na Figura 17.

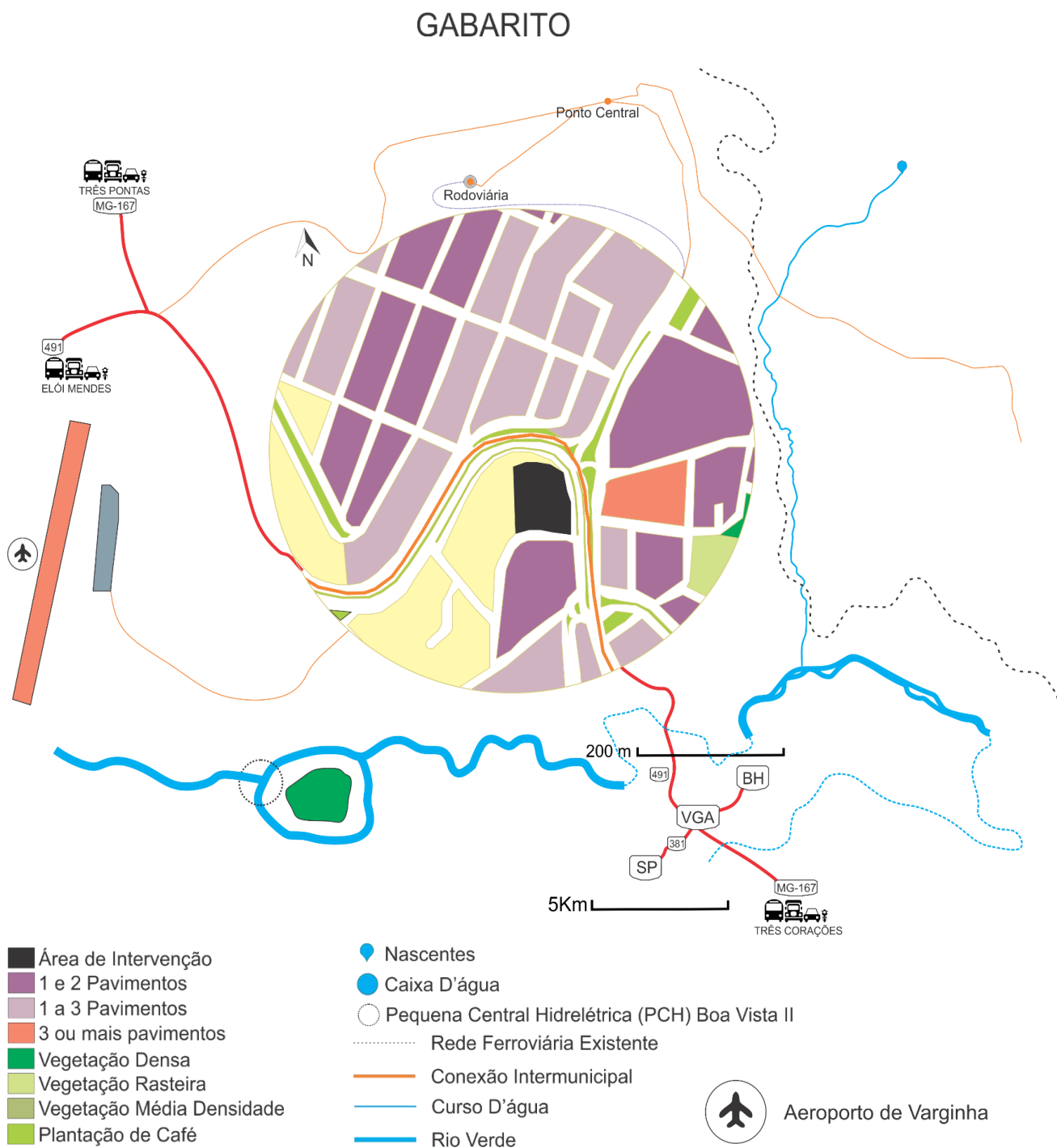


Figura 32: Mapa de Gabarito
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

3.2.2. Análise de Impactos Urbanísticos e Ambientais

Ao idealizar este projeto, inevitavelmente, cria-se a expectativa com relação aos impactos urbanísticos, tanto no bairro onde foi planejado, como qualquer outro do município de Varginha. Qualquer tipo de mudança paisagística ficará visível, pois trará consequências positivas e/ou negativas ao município e a seus moradores, especialmente os residentes ao entorno do CATAPSR. Entretanto, o principal temor é o impacto socio-econômico ao município, além de alguns questionamentos quanto à “necessidade” de um equipamento da natureza aqui proposta, considerando os diversos embargos sociais e ideológicos delimitados na Seção 2.

Assim vale ressaltar os pontos positivos e negativos que advêm da implementação deste projeto. Positivamente, as pessoas terão qualidade de vida e, negativamente, poderá haver “perturbação” à população residente no bairro a ser instalado o CATAPSR, já que este último ponto é o principal fator que a sociedade civil e governamental de Varginham utilizam como justificativa para a inviabilidade de projetos semelhantes a esse. Os pontos a seguir, na Tabela 4, expõem genericamente os fatos mais relevantes:

IMPACTOS POSITIVOS	
Urbanos	Tornará a localização um ponto de referência quanto a assistência social, redução dessa população em situação de vulnerabilidade e aumento do número de pessoas reintegradas a sociedade.
Sociais	A convivência, a relação do espaço com entorno, minimizar as desigualdades, oportunidades ao emprego, educação e direito a segurança, promover a inclusão.
Culturais	Troca de conhecimentos e experiências, lazer, cultura.
Econômicos	Pontencializar o conhecimento técnico individual e destinar ao mercado de trabalho.
NEGATIVOS	AÇÕES MITIGADORAS
Aumento no fluxo local	Reestruturação das calçadas e acessos por passarela, evitando a locomoção de pedestres pelas faixas, considerando uma avenida de grande fluxo automotivo.
Aumento de população	O programa foi desenvolvido de modo que possa atender de 80 a 95 abrigados. A escolha desse número tem como base a quantidade de pessoas que é possível atender de forma eficiente, como visto nas referências de Centros de acolhimento que funcionam ou não.
Aumento de ruídos	Isolamento ou barreiras acústicas foram pensadas no desenvolvimento projetual, considerando que maior parte da poluição sonora vem do trânsito.

Tabela 4: Previsão de impactos sócio-econômicos quanto à implementação do projeto.
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

[O PROJETO]

5.1. Conceito

A proposta de um CATAPSR no município de Varginha-MG refere-se às questões inerentes às relações humanas, seja entre os próprios moradores do município, ou suas relações com o ambiente em que vivem. Quando se fala de “morador de rua” não se trata de algo pontual e individual, mas sim de uma questão social tocante a várias esferas da sociedade.

Quando entendemos que este problema é social, fica claro a necessidade de uma rede de apoio para auxiliar essas pessoas, rede essa, que envolva não só o poder público, mas entidades filantrópicas e a própria população, como isso, promover a inclusão social é romper a barreira da segregação socioespacial por meio da habitação, atender as famílias que buscam dignidade, segurança e a sensação de pertencimento desse lugar, sendo esse é o propósito, fazer com que essa população interaja dentro desse espaço que assegure seus direitos.

Diante disso, 3 parâmetros, julgados como essenciais, constituem as reflexões acerca da proposta:

APOIO: Cria novas oportunidades para essas pessoas e uma nova perspectiva de vida com uma rede de apoio formada por profissionais de assistência social, psicólogos, sociólogos, terapeuta ocupacional e órgãos como por exemplo o CENTRO POP, CAPS, CREAS para chegar ao objetivo final, que é modificar a realidade desses indivíduos.

TRANSPARÊNCIA: Considerando as premissas de um centro de apoio, um enfoque especial ao edifício torna-se substancial para atender a seu propósito, a leitura do espaço deve ser imediata. Dessa forma o intuito discutido é fazer com que os usuários do centro enxerguem o edifício de ambas perspectivas e se sintam especiais e acolhidos não em uma prisão.

FLUIDEZ: Resolução dos espaços permitindo uma fácil interpretação dos acessos e usos. A utilização de vegetação é colocado como parte deste funcionamento dinâmico de circulação, permitindo assim a visualização do edifício e de forma que não crie barreiras.

O objetivo é destacar a importância dos direitos aos seus moradores, eliminando a ideia de exclusão e marginalização, com intuito de conectar as famílias ao meio social, possibilitar o acesso aos serviços públicos, utilizar da mobilidade urbana como uma ferramenta essencial para as necessidades diárias de um trabalhador, aproveitar a proximidade com os meios educacionais na busca pela possível mudança de vida já que nas ruas tudo fica mais complicado quando são restringidos aos seus direitos.

A definição do Conceito torna-se fundamental para fixação das bases projetuais. O Conceito foi definido seguindo as vertentes esquematizadas conforme a Figura 33.

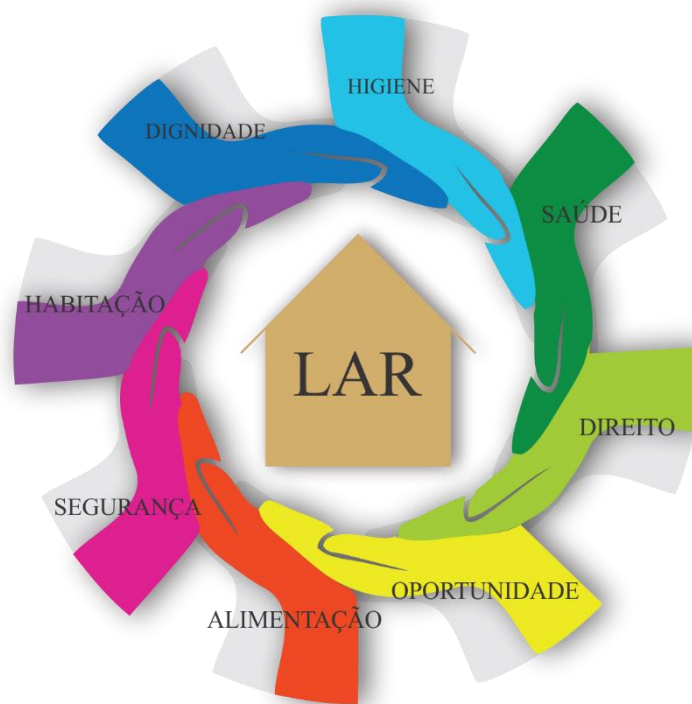


Figura 33: Pilares conceituais.
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O projeto visa assegurar por meio de um equipamento público de assistência a população em situação de rua que elas podem sim, terem sua liberdade e que a idéia de **LAR** não seja de um lugar que remeta aos varios tipos de “prisões” que os afaste e sim que essa conexão deixe claro que o direito a dignidade, por meio de uma arquitetura sem obstáculos e sem barreiras, ofereça qualidade de vida à uma parcela da população que vive em constante esquecimento e marginalizada.

5.2. Partido Arquitetônico

O partido criado para esse projeto levou dois pontos em consideração: a relação do sujeito com o espaço e a forma pertinente. A relação do sujeito com o espaço construído determina seus usos e a apropriação do mesmo por seus usuários. O projeto que tem como propósito criar uma rede de apoio às pessoas em situação de rua. Logo, partiu-se da ideia de uma forma que trouxesse essa sensação de acolhimento a quem entra no espaço, um sentimento de que está sendo abraçado e acolhido pelo ambiente.

Em contraponto vem a relação do exterior com esse ambiente. Quando se fala em

“morador de rua” logo se associa com algo pejorativo, com mendicância e dependência, e este projeto tem como propósito tirar esse olhar negativo sobre o espaço e se relacionar com o entorno de forma a ser entendido como algo positivo, um local de segundas chances e bem estar social.

A leitura urbana realizada por meio do diagnóstico de área foi essencial para que se pudesse chegar a uma concepção do que viria a se tornar o Partido Arquitetônico. Na busca em associar as diretrizes conceituais para se chegar à composição espacial intitulado partido e que serão as bases norteadoras do projeto.

Buscando viabilizar a inclusão da população em situação de rua, o espaço compõe áreas de convívio e integração, composto por grandes áreas verdes no entorno da principal edificação, livre apropriação nos espaços reservados no embasamento, composto por jardins. E restrito somente nas áreas destinadas aos moradores em assistência fixa.

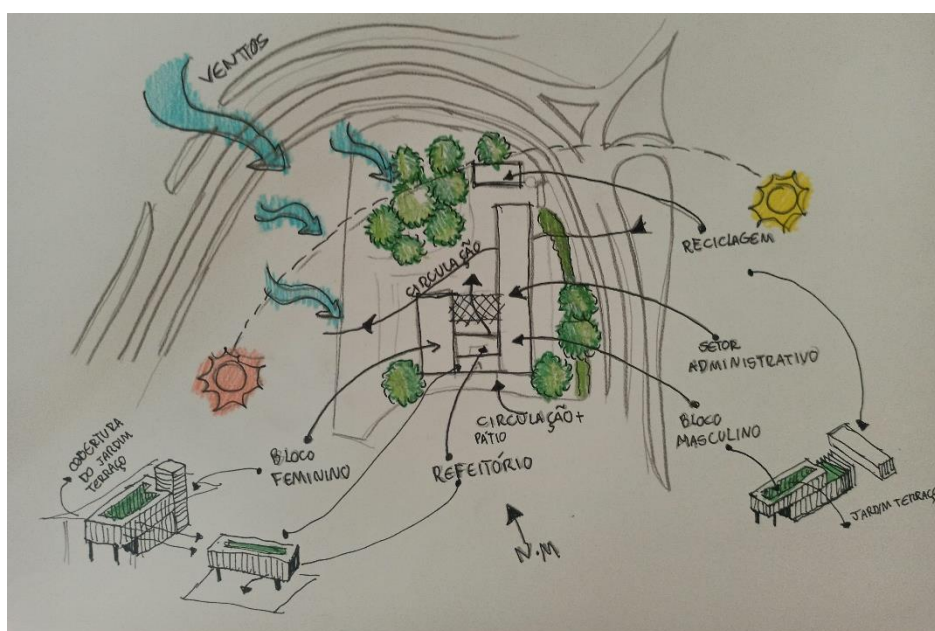


Figura 34: Croqui.

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Conforme diagnóstico, o terreno possui uma declividade suave, com tudo, se torna ideal e favorável para uma edificação com tipologia de pátio, favorecendo o aproveitamento do lote a fim de otimizar os gastos com obra e fundações. A composição formal busca a melhor conformação arquitetônica no sentido de aproveitar os espaços entre as edificações respeitando o fluxo de pedestre no local, uma vez que este acaba se tornando um ponto de passagem e grande fluxo de carros, por se tratar de uma das principais avenidas de ligação entre as cidades.

Na subseção a seguir, demonstram-se croquis esquemáticos acerca das primeiras ideias

e primeiros passos sobre o processo de criação.

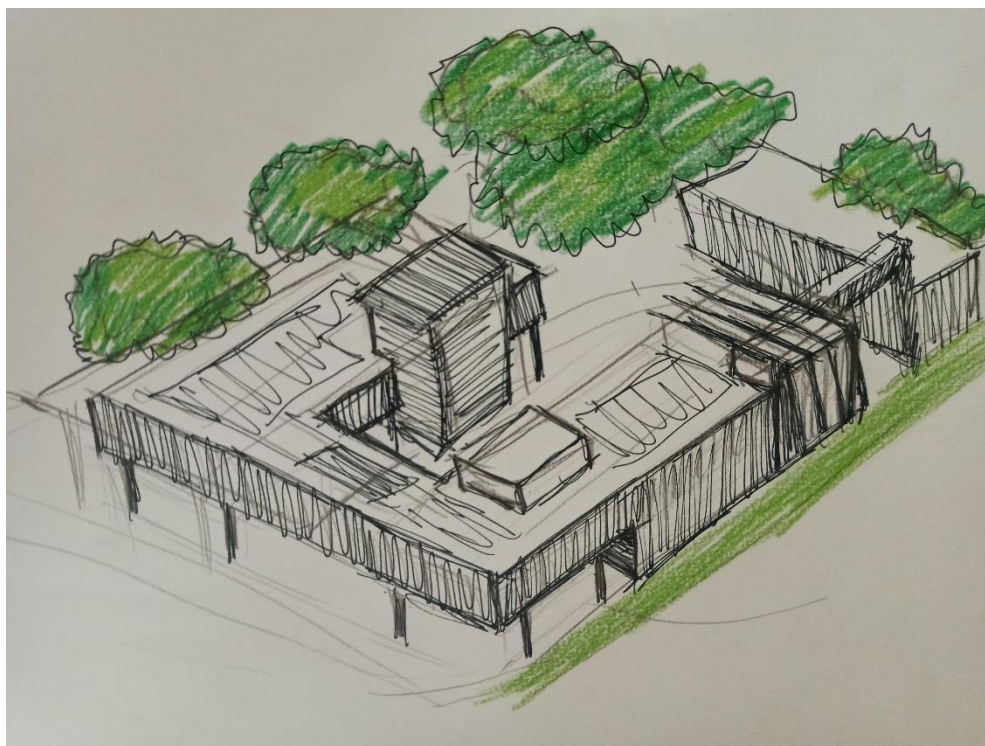


Figura 35: Croqui em perspectiva.
Fonte: Desenvolvido pelo autor



Figura 36: Croqui lateral esquerda.
Fonte: Desenvolvido pelo autor

5.2.1. Programa de Necessidades e pré-dimensionamento

SETOR ADMINISTRATIVO																																															
AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T																																													
ÁREA DE ESPERA	1	84,15m ²																																													
RECEPÇÃO/ENTRADA	2	10,00m ²																																													
ADMINISTRAÇÃO/COORD.	1	10,00m ²																																													
ALMOXARIFADO	1	12,05m ²																																													
BANHEIRO FUNCIOÁRIOS	1	49,50m ²																																													
SALA DE TRIAGEM	1	10,00m ²																																													
ATENDIMENTO PSICO.	1	10,00m ²																																													
ATENDIMENTO ODONT.	1	10,00m ²																																													
SALA DE DOAÇÕES	1	19,00m ²																																													
LOJA DE ROUPAS	1	16,45m ²																																													
SALÃO DE CABELEIREIRO	1	20,00m ²																																													
TOTAL		251,15m ²																																													
SETOR PROFISSIONALIZANTE																																															
AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T																																													
SALA DE INFORMÁTICA	1	26,00m ²																																													
BIBLIOTECA	1	64,20m ²																																													
SALA MULTIUSO	2	94,80m ²																																													
TOTAL		185,00m ²																																													
SETOR DE SERVIÇOS																																															
AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T																																													
LAVANDERIA COLETIVA	1	39,45m ²																																													
ATENDIMENTO VET.	1	32,35m ²																																													
BANHO E TOSA	2	14,10m ²																																													
CANIL	4	10,95m ²																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">ÁREA DE TREINO</th> </tr> <tr> <th>AMBIENTE</th> <th>QTD.</th> <th>ÁREA.T</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>LAVABO/D.M.L</td> <td>1</td> <td>21,55m²</td> </tr> <tr> <td>BANHEIRO FEMNINO</td> <td>1</td> <td>26,80m²</td> </tr> <tr> <td>BANHEIRO MASCULINO</td> <td>1</td> <td>18,00m²</td> </tr> <tr> <td>REFEITÓRIO</td> <td>1</td> <td>134,85m²</td> </tr> <tr> <td>COZINHA</td> <td>1</td> <td>71,15m²</td> </tr> <tr> <td>CÂMARA FRIA</td> <td>1</td> <td>6,25m²</td> </tr> <tr> <td>ESTOCAGEM DE SECOS E HORTIFRUTI</td> <td>1</td> <td>20,30m²</td> </tr> <tr> <td>HIGIENIZAÇÃO E PREPARO</td> <td>1</td> <td>11,30m²</td> </tr> <tr> <td>ESTOQUE</td> <td>1</td> <td>11,50m²</td> </tr> <tr> <td>CIRC. E ÁREA DE SERVIÇO</td> <td>1</td> <td>47,60m²</td> </tr> <tr> <td>BANHEIRO FUNCIOÁRIOS</td> <td>1</td> <td>27,75m²</td> </tr> <tr> <td>RECEPÇÃO/HALL DE ELEV.</td> <td>1</td> <td>27,75m²</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td></td> <td>581,00m²</td> </tr> </tbody> </table>			ÁREA DE TREINO			AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T	LAVABO/D.M.L	1	21,55m ²	BANHEIRO FEMNINO	1	26,80m ²	BANHEIRO MASCULINO	1	18,00m ²	REFEITÓRIO	1	134,85m ²	COZINHA	1	71,15m ²	CÂMARA FRIA	1	6,25m ²	ESTOCAGEM DE SECOS E HORTIFRUTI	1	20,30m ²	HIGIENIZAÇÃO E PREPARO	1	11,30m ²	ESTOQUE	1	11,50m ²	CIRC. E ÁREA DE SERVIÇO	1	47,60m ²	BANHEIRO FUNCIOÁRIOS	1	27,75m ²	RECEPÇÃO/HALL DE ELEV.	1	27,75m ²	TOTAL		581,00m ²
ÁREA DE TREINO																																															
AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T																																													
LAVABO/D.M.L	1	21,55m ²																																													
BANHEIRO FEMNINO	1	26,80m ²																																													
BANHEIRO MASCULINO	1	18,00m ²																																													
REFEITÓRIO	1	134,85m ²																																													
COZINHA	1	71,15m ²																																													
CÂMARA FRIA	1	6,25m ²																																													
ESTOCAGEM DE SECOS E HORTIFRUTI	1	20,30m ²																																													
HIGIENIZAÇÃO E PREPARO	1	11,30m ²																																													
ESTOQUE	1	11,50m ²																																													
CIRC. E ÁREA DE SERVIÇO	1	47,60m ²																																													
BANHEIRO FUNCIOÁRIOS	1	27,75m ²																																													
RECEPÇÃO/HALL DE ELEV.	1	27,75m ²																																													
TOTAL		581,00m ²																																													
SETOR DE HOSPEDAGEM																																															
AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T																																													
SALA DE CURSOS	2	41,00m ²																																													
SALA DE ESTUDOS	2	23,20m ²																																													
BANHEIRO MASCULINO	3	71,70m ²																																													
BANHEIRO FEMININO	3	90,00m ²																																													
D.M.L	3	26,70m ²																																													
VARANDAS	29	195,30m ²																																													
CIRCULAÇÃO	3	307,65m ²																																													
COPA/COZINHA	4	99,50m ²																																													
CIRCULAÇÃO VERTICAL	2	35,20m ²																																													
TOTAL		890,25m ²																																													

ÁREA TOTAL 1907,40M²
PARA ATENDER 80 ABRIGADOS
E REFEITÓRIO PARA 100 PESSOAS

Tabela 5: Tabela do programa de necessidade
Fonte: Desenvolvido pelo autor

5.2.2. Setorização

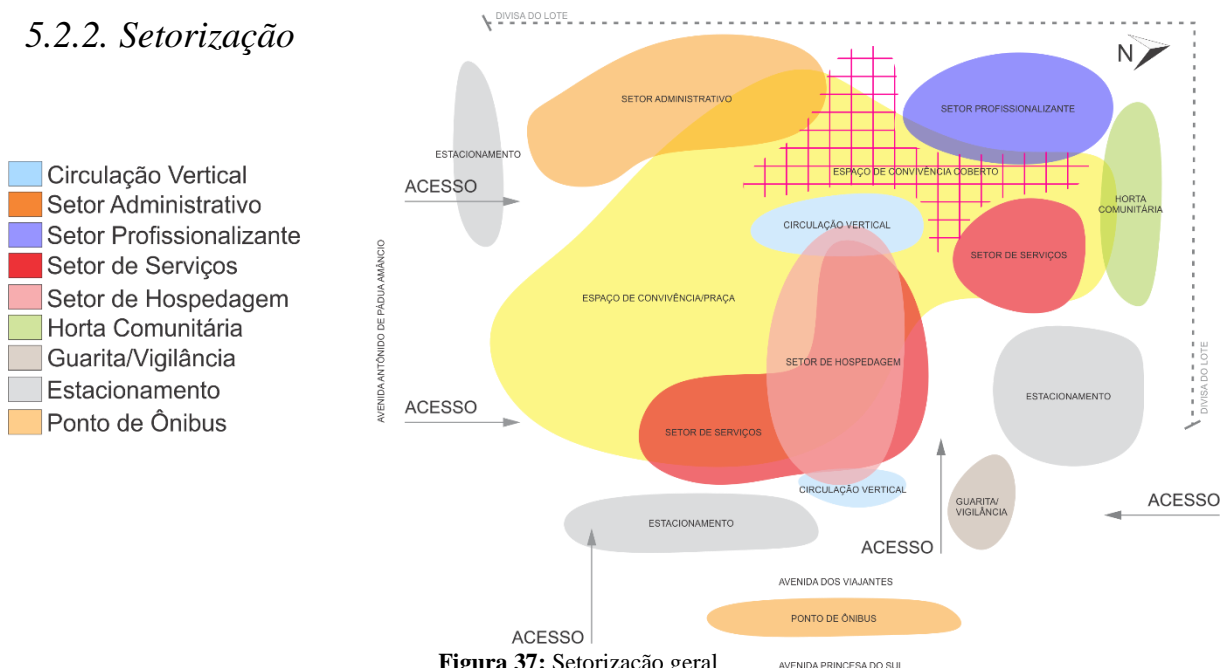


Figura 37: Setorização geral
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

5.2.3. Fluxogramas

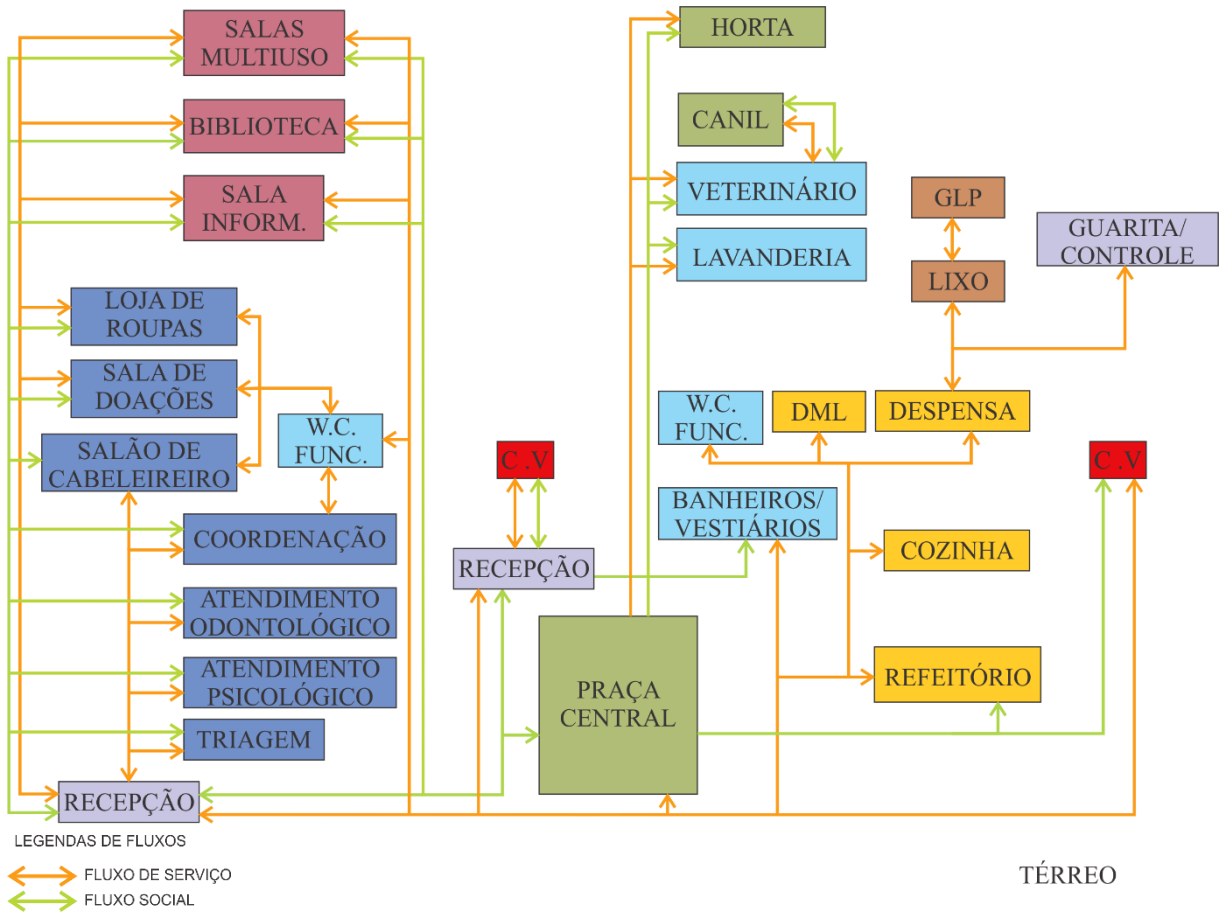


Figura 38: Fluxograma A.
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

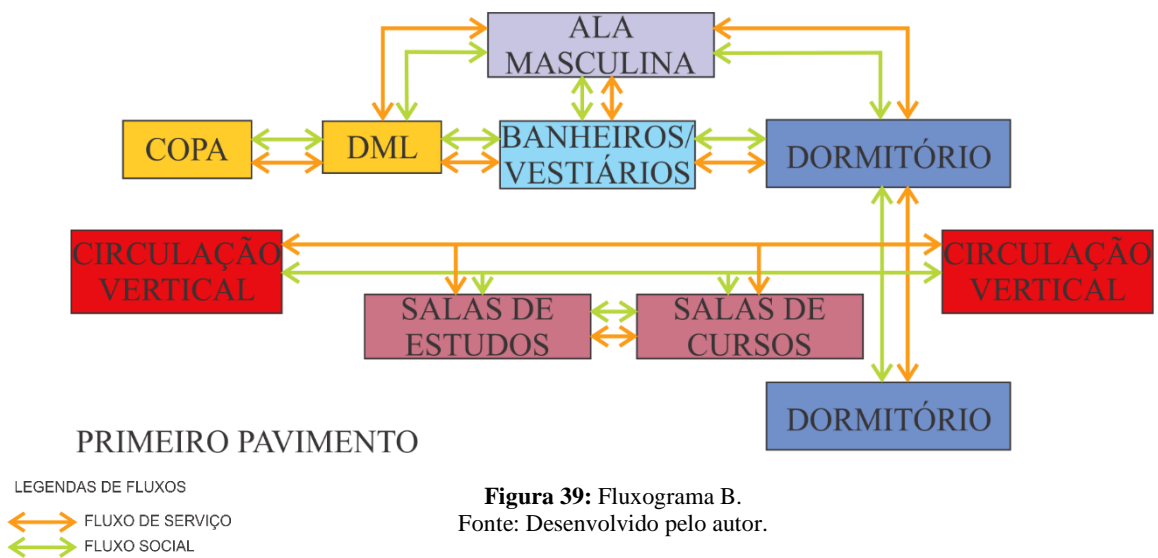
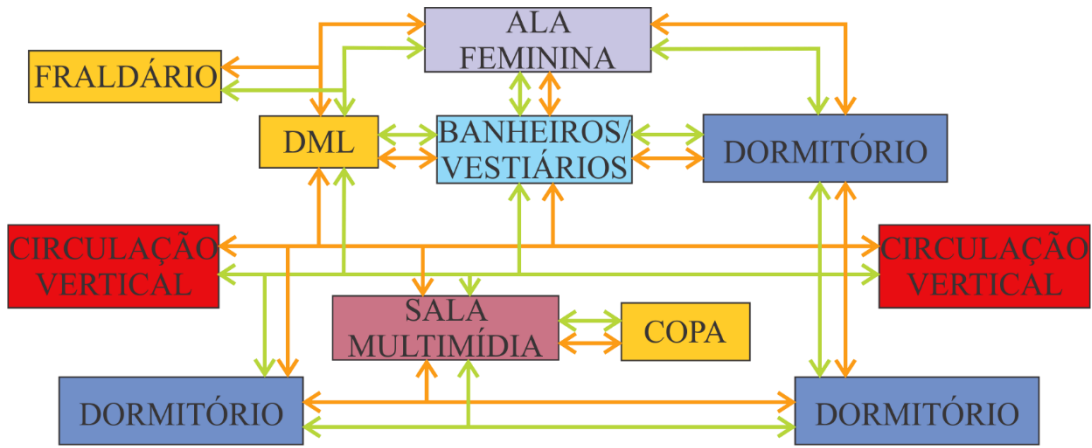


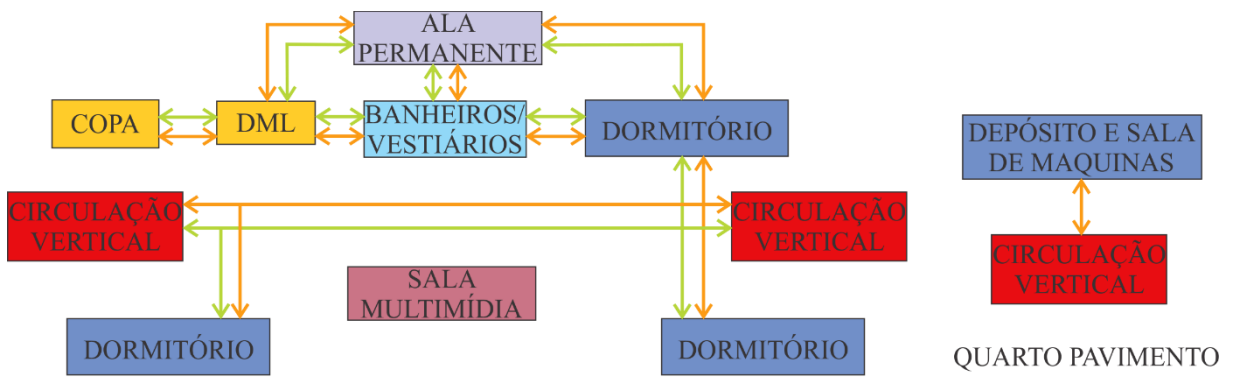
Figura 39: Fluxograma B.
Fonte: Desenvolvido pelo autor.



SEGUNDO PAVIMENTO

LEGENDAS DE FLUXOS
 FLUXO DE SERVIÇO
 FLUXO SOCIAL

Figura 40: Fluxograma C.
 Fonte: Desenvolvido pelo autor.



TERCEIRO PAVIMENTO

LEGENDAS DE FLUXOS
 FLUXO DE SERVIÇO
 FLUXO SOCIAL

Figura 41: Fluxograma D e E
 Fonte: Desenvolvido pelo autor.

[CONSIDERAÇÕES FINAIS]

As necessidades da População em Situação de Rua vão além de simplesmente um local para poderem dormir ou se alimentar. Esta pesquisa permite entender que esse grupo não é somente formado por pessoas que optaram por viver nessa condição desumana ou, até mesmo, por pessoas acomodadas com esse modo de vida. Como se pôde perceber, especialmente nas entrevistas, a história de muitos deles é marcada por frustrações, falta de oportunidades e condições investimento em algo que proporcione um futuro socialmente melhor.

Para sobreviver, a população em situação de rua acaba fazendo uso de logradouros públicos como moradia, mesmo que alguns pernoitem em albergues ou abrigos. Aqueles que permanecem nas ruas procuram adaptar o espaço para melhor atender às suas necessidades (como o uso improvisado de colchões, lonas improvisando barracas, por exemplo). Esse hábito resulta na contribuição da degradação do meio urbano, o que gera zonas que inspiram insegurança, julgamentos e até discursos sociais recorrentes que questionam sobre essas pessoas serem dignas de estarem no meio social.

As medidas quando tomadas pelo poder público para incentivar a população em situação de rua a reestabelecerem suas condições dignas de sobrevivência acabam se tornando, do ponto de vista urbano, uma ação revitalizadora dos centros das cidades, que é onde grande parte dessa população se concentra. O "habitar na rua" é um problema real e inquestionável: ele acontece em todas as cidades por motivos distintos e específicos; assim, compreender o espaço apropriado por essa população é também entender a relação pessoa-ambiente e que a situação de rua se dá a partir de um movimento gerador de preconceito, indiferença, instabilidade do lugar, a frágil estrutura para o autocuidado.

Ademais, o contexto de intenso uso de drogas, a exploração gerada pelo trabalho precarizado, a insegurança nutricional, o individualismo e a distância do convívio familiar são condições despotencializadoras. Nesse sentido, a rua se torna um ambiente que otimiza a oferta da sensação de "liberdade" e a "ilusão de lar" diante das possibilidades de reconstruir suas referências ambientais para o fortalecimento da potência de ação, embora convivendo com sofrimento intenso.

Por meio da análise preliminar descrita neste trabalho, pôde-se observar que a cidade de Varginha comporta alguns centros de assistência voltadas a assistir à população em situação de rua. No entanto, os equipamentos institucionalizados não são usados em sua totalidade, tendo em vista dois grandes motivos, aqui explorados: (i) a grande concentração de pessoas que continuam lutando para sobreviver nas ruas e (ii) o fato de os equipamentos governamentais não comportarem ou não atenderem de maneira adequada aqueles que buscam seus auxílios/serviços.

Assim, O CATAPSR proposto nesta pesquisa teve como objetivo de servir como diretriz de equipamento de assistência para essa população, uma vez que os centros existentes são incapazes de atender à demanda existente na cidade. Dessa maneira, serão disponibilizados atendimentos referentes a saúde, alimentação e dormitórios, promoção da boa convivência entre os atendidos, bem como a disponibilização de áreas para cursos e oficinas para desenvolvimento pessoal e aprimoramento de técnicas e de atividades financeiramente rentáveis. Tais aspectos pautam-se na tentativa de requalificar e reintegrar socialmente essa população vulnerabilizada, através da materialização dos direitos previstos em lei, ora explanados e delimitados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12.179: Tratamento acústico em recintos fechados.** Rio de Janeiro, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15.575: Desempenho de edificações habitacionais.** Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9.050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9.077: Saídas de emergência em edifícios.** Rio de Janeiro, 2001.

BARROS, R. P. de.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Cadernos Adenauer: Pobreza e Política Social.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Rua: Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Brasília, DF: SAGI, SNAS, 2009.

BRASIL. Decreto Presidencial Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742: **Lei orgânica da Assistência Social.**

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, 2008.

BRASIL. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua.** Brasília: Governo Federal, 2008.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos III,** 2009. BRASIL. Portal Planalto. Governo vai incluir pessoas em situação de rua no Cadastro Único de Programas Sociais. Disponível em: Acessado em 12 de setembro de 2020.

BURSZTYN, M. et al. No meio da Rua: **Nômades, excluídos e Viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CFESS. Projeto Ético-Político do Serviço Social: **30 anos na luta em defesa da humanidade.** In: CFESS Manifesta, 2009. Disponível em: Acesso em: 10 de setembro de 2020.

DE ALCANTARA, S. C; DE ABREU, D. P; FARIAS, A. A. **Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença.** Revista Colombiana de Psicologia, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

DO BRASIL, Constituição. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015. **Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.**

HONORATO, B. E. F. **Ordem e subversão nas cidades: Um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte.** 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

JACOBI, Pedro. **A cidade e os cidadãos.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 2, n. 4, p. 22-26, 1986.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Seminário Nacional sobre Direitos e garantias da População em Situação de Rua Mesa: Perfil da População em Situação de Rua Brasília, 30 de novembro de 2010.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira. 3a edição.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados: Um estudo sobre o povo da Rua.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1998

SOUZA, E.; PEREIRA, M. **Arquitetura Hostil: A Cidade é para todos?** Archdaily, 2018.
WWP: World Without Poverty. **A Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua.** Série WWP Relatos de Uso M&A. MDS, 2015.

MONOGRAFIAS

CASTRO, D. A. **Resistores urbanos: Itinerários, territórios e deslocamentos.**Uberlândia, 2009. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

COSTA, C. A. O. **As táticas de vida dos moradores de rua que transitam pelo Triângulo Mineiro.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SITES

BRASIL ECONÔMICO. **Desigualdade de Renda: IBGE.** Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2018-04-11/desigualdade-renda-ibge.html>> Acesso em abril de 2020.

CAPSLO HOMELESS SERVICES CENTER. **Archdaily.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispoawarded>> Acesso em abril de 2020.

CORREIOS. 1,4 mil pessoas estão em situação de rua em Varginha. Disponível em: <<http://www.correiodevarginha.com.br/cidade-e-regiao/14-mil-pessoas-estao-em-situacao-de-rua-em-varginha/>> Acesso em abril de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>. Acesso em abril de 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em maio de 2020.

PEIXOTO, Luiz Eduardo. O impacto do zoneamento no acesso à moradia. 2015. Disponível em: <<https://caosplanejado.com/o-impacto-do-zoneamento-no-acesso-a-moradia/>>. Acesso em março de 2020.

PREFEITURA DE VARGINHA. Centro POP de Varginha oferece atendimento em grupo. Disponível em: <<http://varginha.mg.gov.br/pagina-inicial/25-noticias/22077-centro-pop-de-varginha-oferta-atendimento-em-grupo>>. Acesso em agosto de 2020.

PASTORAL DO POVO DA RUA. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/do-povo-da-rua> Acesso em setembro de 2020.

SHELTER HOME FOR THE HOMELESS. Archdaily. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz>> Acesso em abril de 2020.

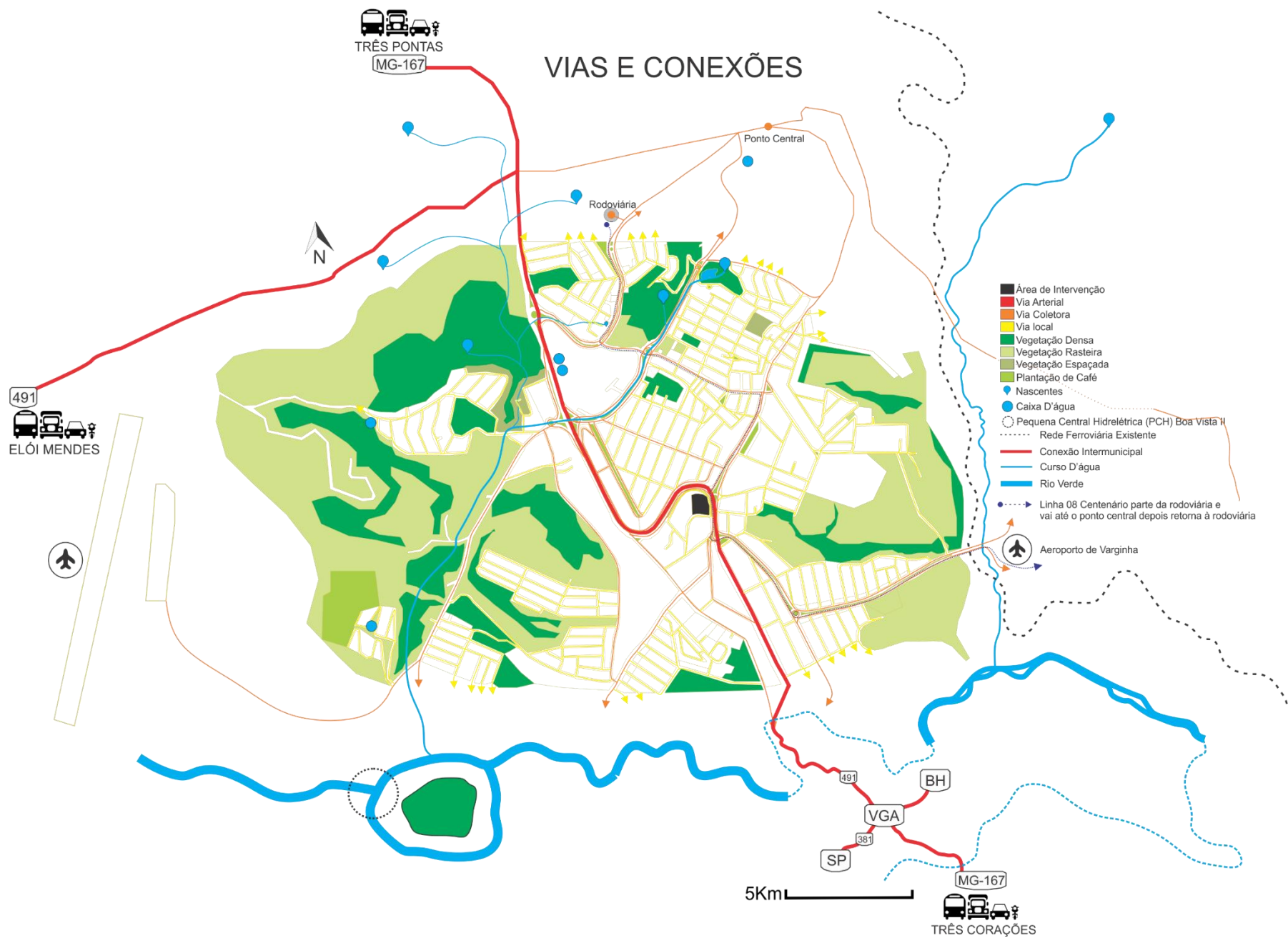
THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER. Archdaily. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overlandpartners/>> Acesso em abril de 2020.

[APÊNDICES]

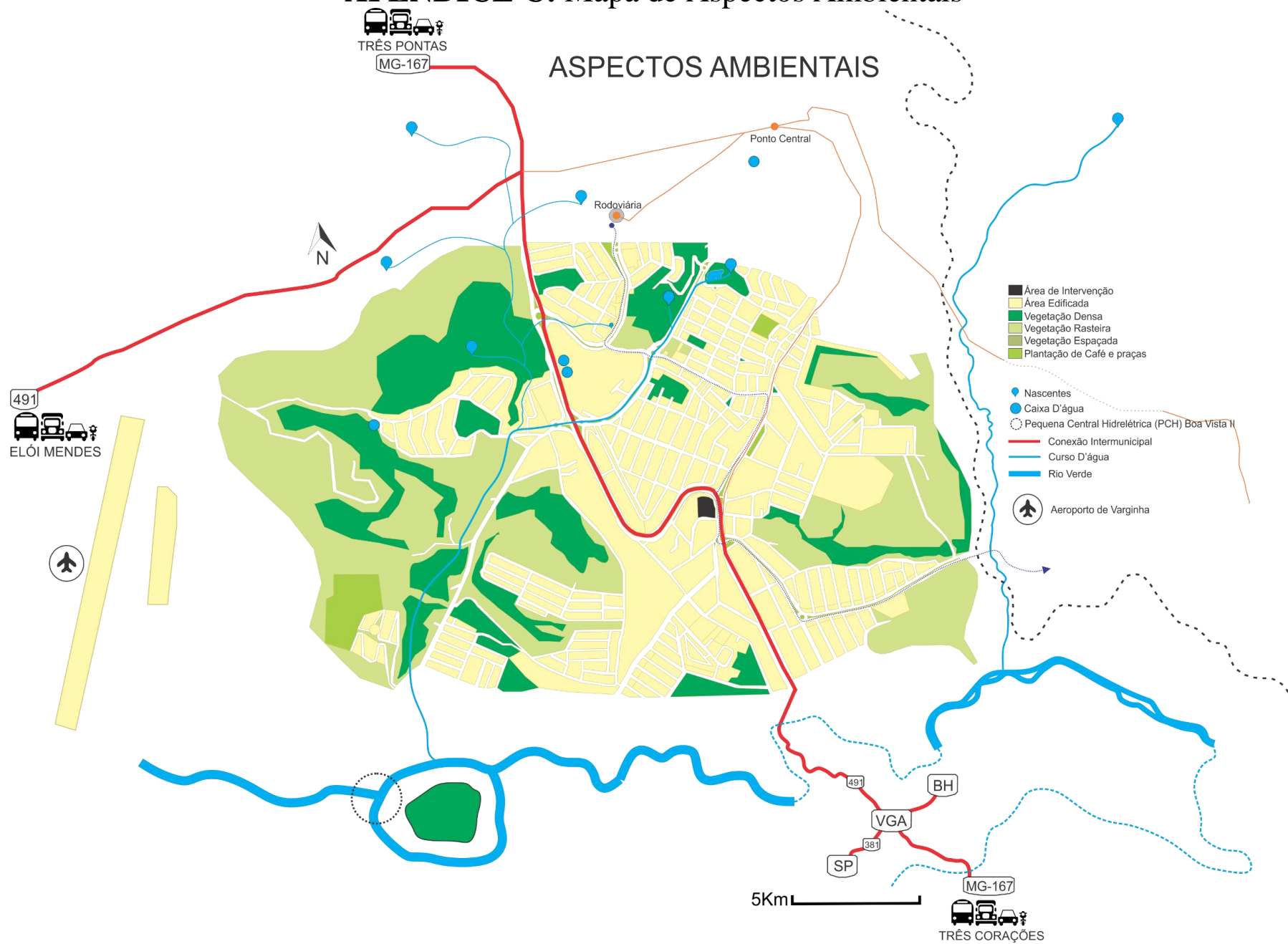
APÊNDICE A: Mapa de Setorização



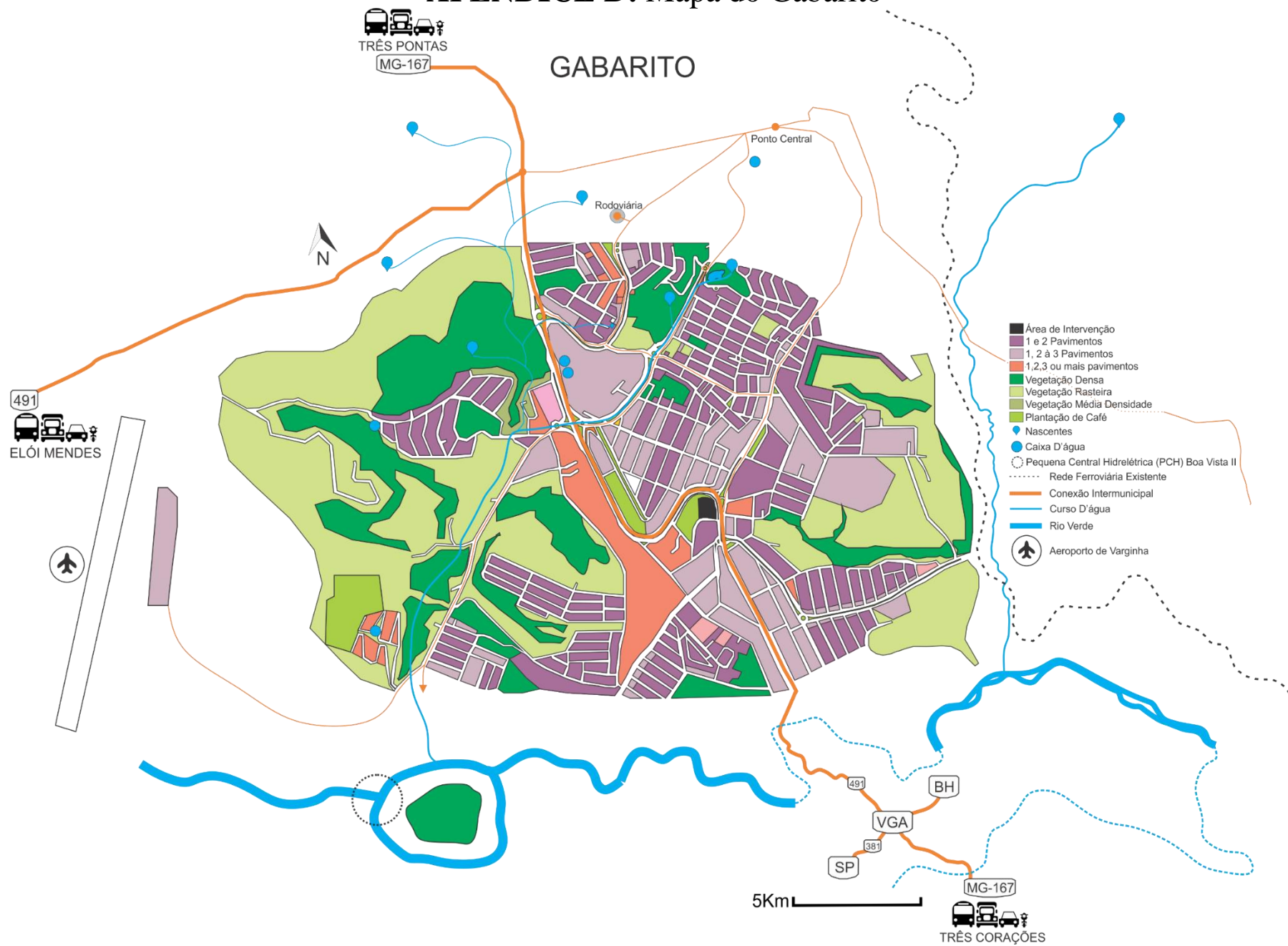
APÊNDICE B: Mapa de Vias e Conexões



APÊNDICE C: Mapa de Aspectos Ambientais

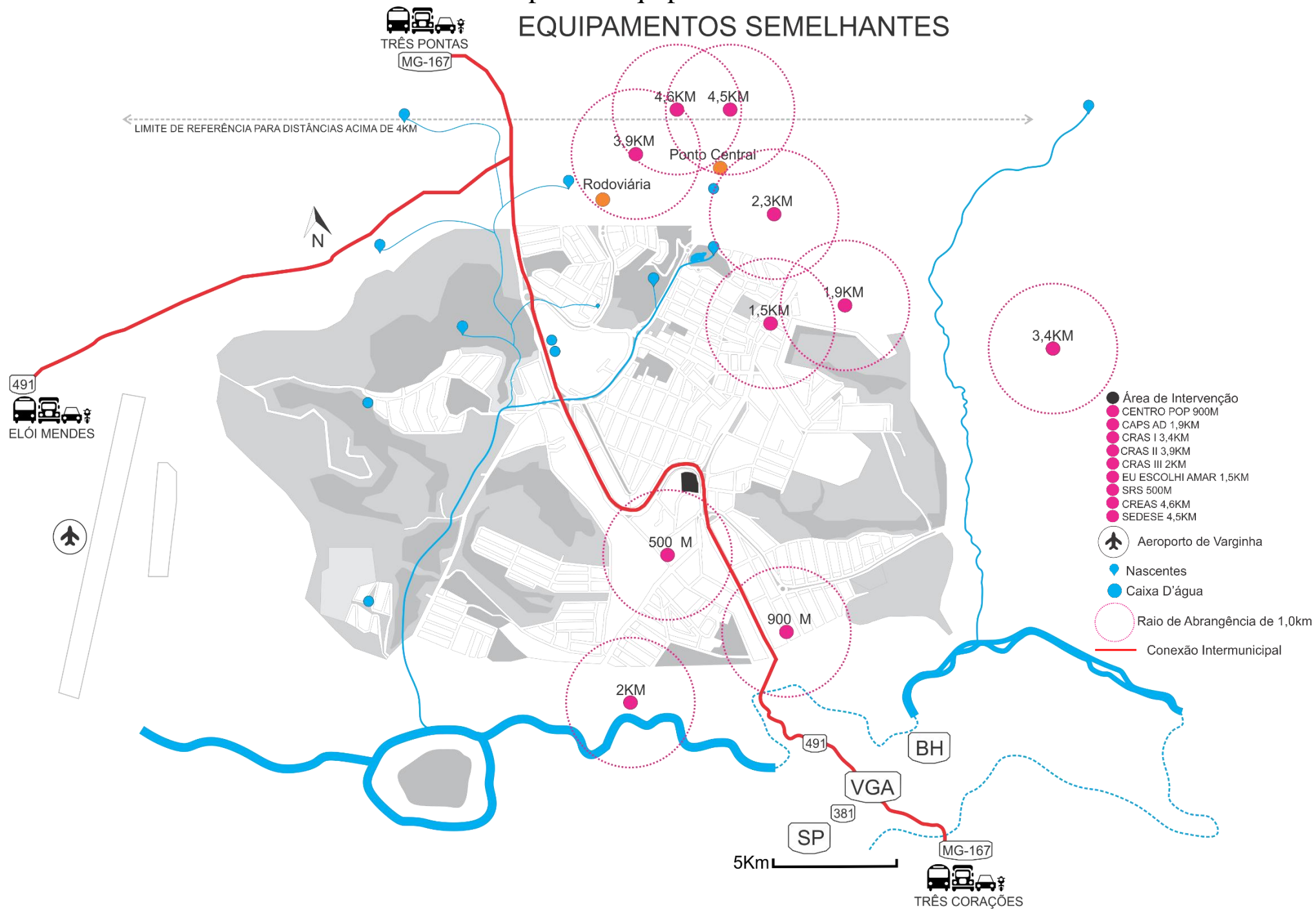


APÊNDICE D: Mapa do Gabarito



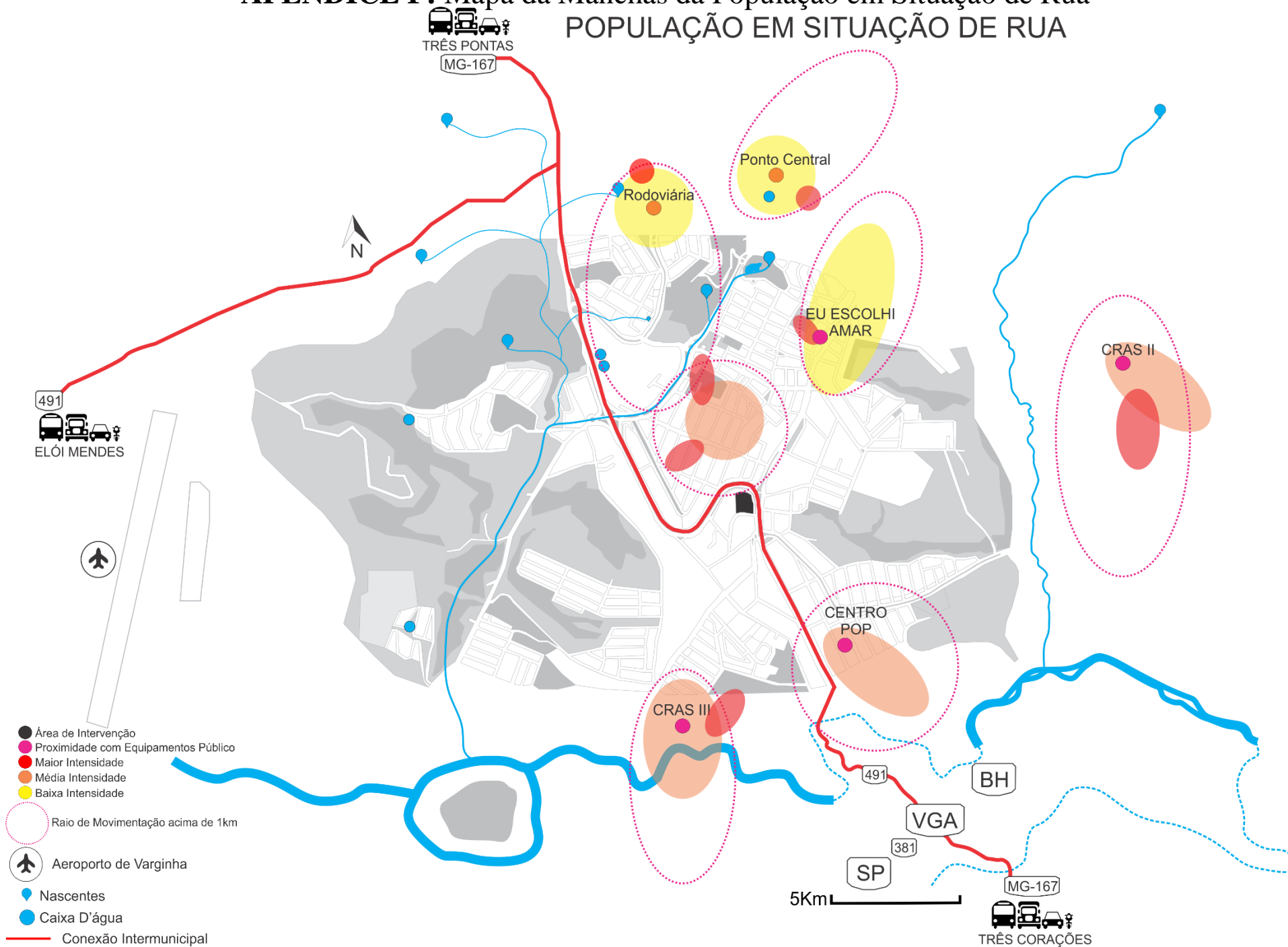
APÊNDICE E: Mapa dos Equipamentos Semelhantes

EQUIPAMENTOS SEMELHANTES



APÊNDICE F: Mapa da Manchas da População em Situação de Rua

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



APÊNDICE E: Entrevistas

PARTE I – Informações sobre o indivíduo

1. Qual sua idade?
2. Qual seu nível de escolaridade?
3. Você já teve um emprego? Caso sim, qual?
4. Você é de Varginha? Caso não, qual sua cidade natal?
5. Qual sua opinião sobre como a cidade, tanto a prefeitura e população, lida com as pessoas em situação de rua?
6. Você possui família? Caso sim, ainda mantém contato com ela?
7. Há quanto tempo você se encontra nas ruas?

PARTE II – Infância

1. Como foi sua infância?
2. Como era sua relação com sua família nesta fase?
3. Houve algum episódio marcante na sua infância que você não se esquece até hoje?
4. Quem era sua referência na infância? Você ainda possui contato com ela?

PARTE III- Sobre as Ruas

1. O que te motivou a viver nas ruas?
2. Quais suas maiores dificuldades do dia a dia?
3. O que você faz para sobreviver no frio?
4. Qual seu maior medo quando está nas ruas?

PARTE IV - Família

1. Você possui irmãos? Caso sim, eles sabem da sua situação? E seus pais?
2. De onde é sua família? Eles ainda moram nesta região?
3. Você possui filhos? Qual sua relação com eles?
4. Você considera alguém do seu dia a dia, não necessariamente com laços de sangue, como sua família? Caso sim, porquê?

5. Qual sua relação com sua família?

PARTE V – Instituição Centro POP

1. Qual sua opinião sobre a instituição?
2. Você vem para a instituição todos os dias?
3. O que você faz neste local?
4. Qual sua atividade favorita na instituição?
5. Qual o nível de importância que o Centro POP tem na sua vida?
6. Você acha que o atendimento do psicológico da instituição teve alguém efeito na sua vida?
Qual?

PARTE VI – Informações Gerais

1. Você acha as políticas de assistência social eficazes?
2. Se pudesse implantar uma política pública para ajudar seu grupo social, qual seria?
3. Se ganhasse uma grande quantidade de dinheiro hoje, o que faria?

APÊNDICE F: Cronograma – Fundamentação Teórica

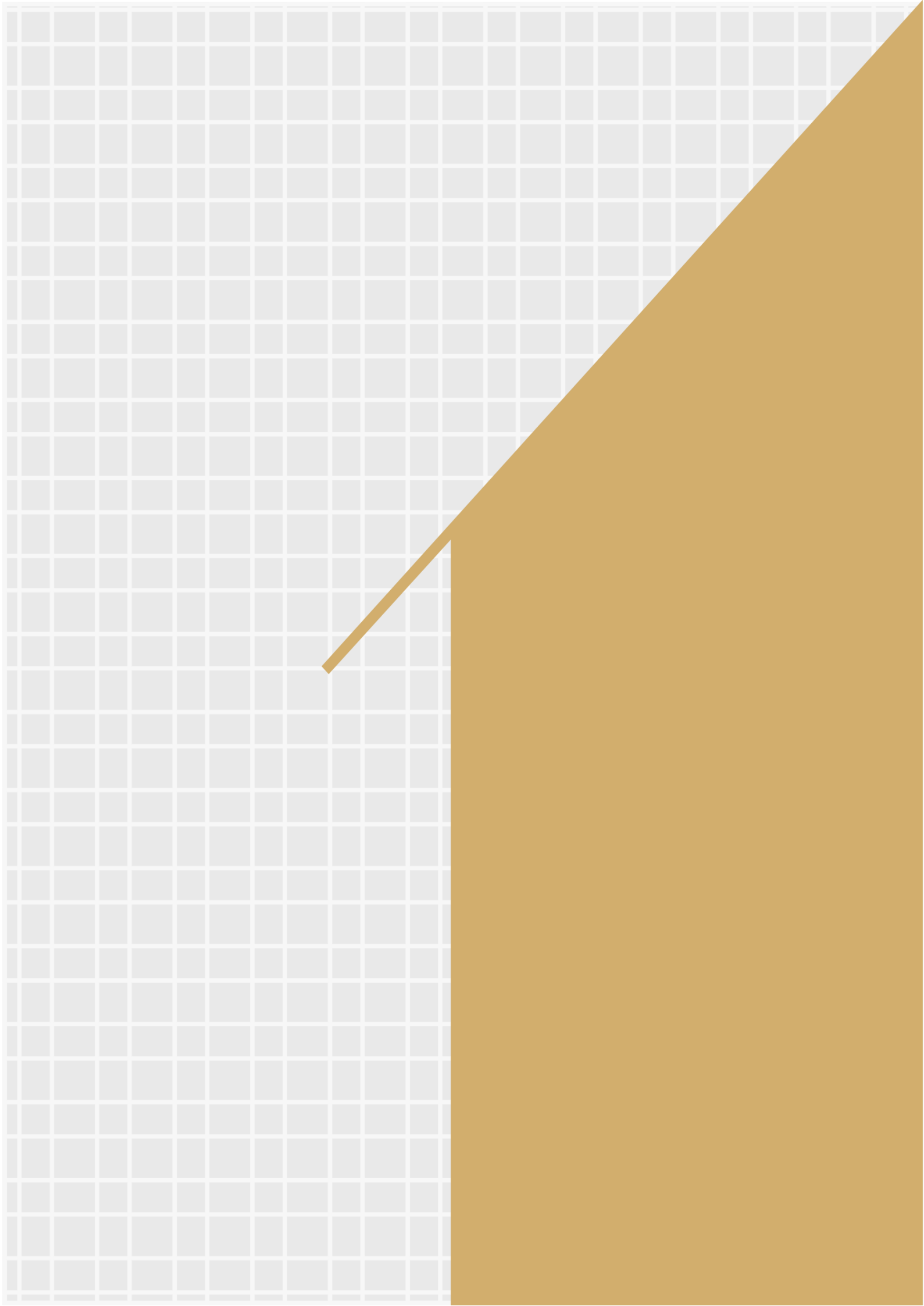
Atividades realizadas no TCC1 e seus respectivos prazos de entregas				
Descrição das atividades	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Discussão sobre o tema com o orientador				
Elaboração da justificativa				
Elaboração dos objetivos e metodologias				
Levantamento bibliográfico e desenvolvimento da fundamentação teórica				
Análise e diagnóstico da área (elaboração dos mapas e levantamento fotográfico)				
Programa de necessidades, conceito e partido arquitetônico				

Tabela 6: Cronograma – Fundamentação Teórica.
Fonte: Desenvolvido pelo autor

APÊNDICE G: Cronograma – Projeto

Atividades realizadas no TCC2 e seus respectivos prazos de entregas				
Descrição das atividades	Fevereiro	Março	Maior	Abril
Discussão sobre a proposta				
Desenvolvimento projetual				
Elaboração dos objetivos e metodologias				
orientação alterações pertinentes				
Pré-banca				
Entrega final e apresentação				

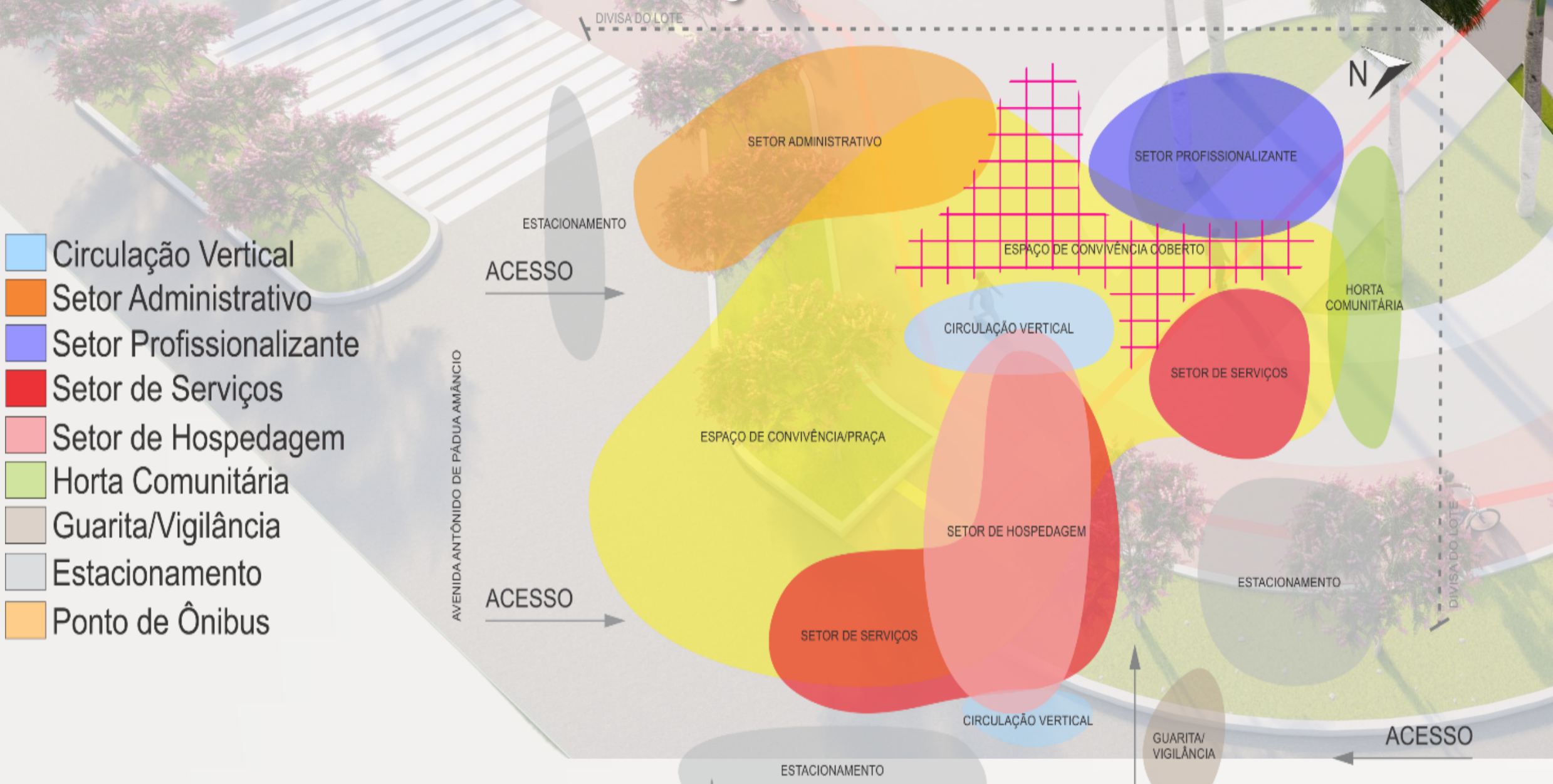
Tabela 7: Cronograma2 – Projeto.
Fonte: Desenvolvido pelo autor



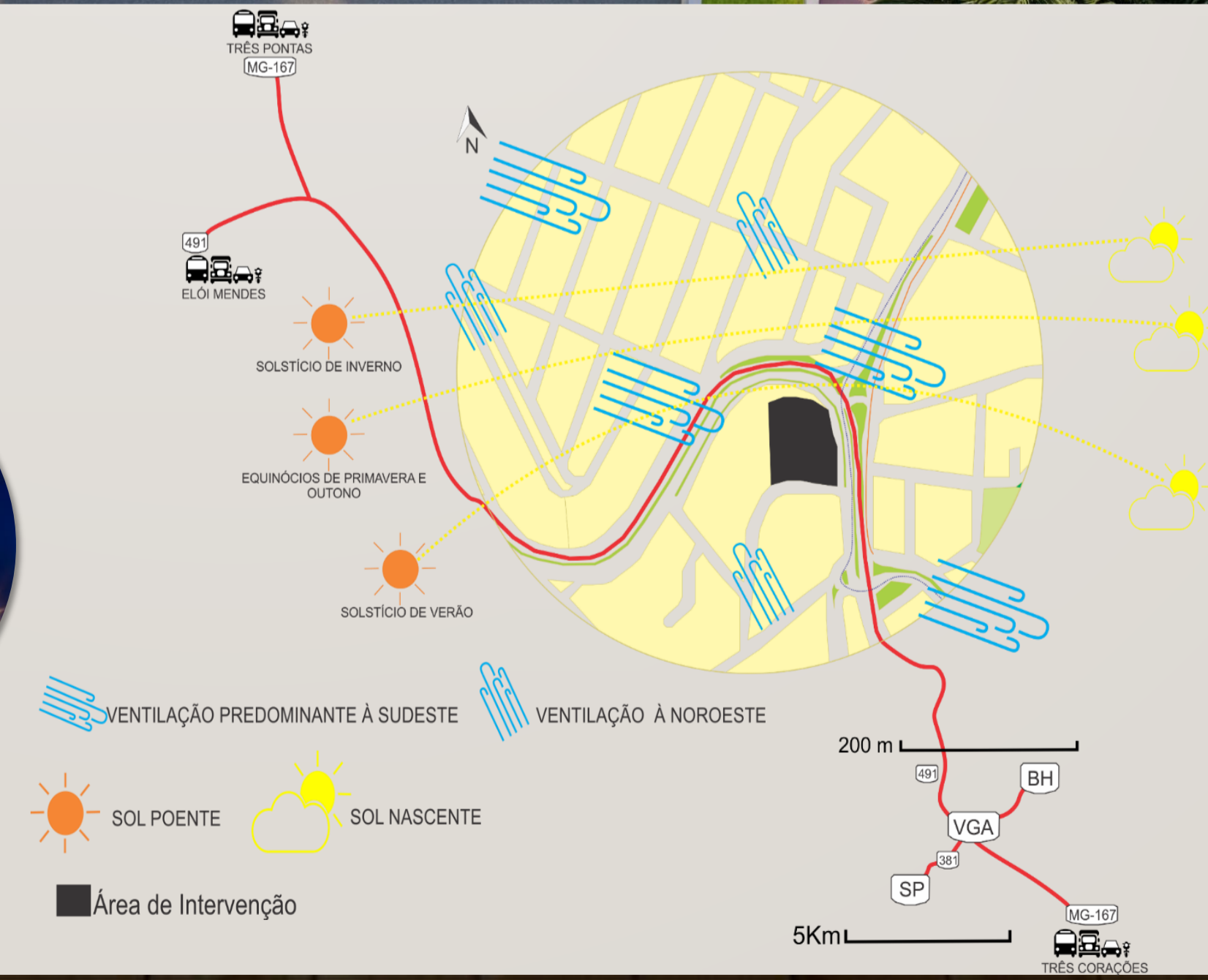
CATAPSR



SETORIZAÇÃO



CONDICIONANTES



ESTUDO DE CASO



SHELTER HOME (PAMPLONA, ESPANHA)



CAPSLO (SÃO LUIZ BISPO, CALIFORNIA)

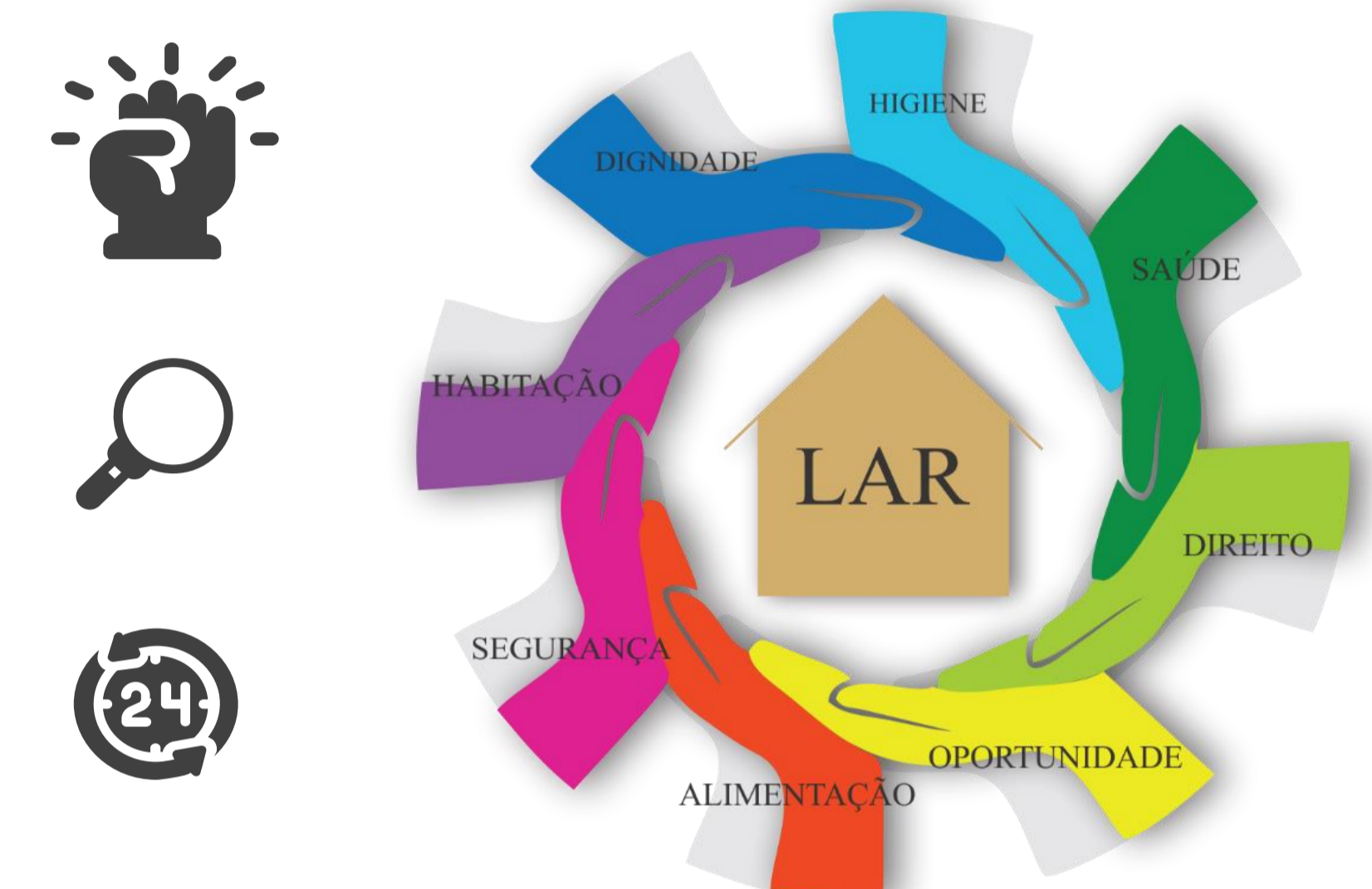


THE BRIGE (DALLAS, TEXAS)

TEMA

UM CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA É UM EQUIPAMENTO QUE VISA ATENDER ÀS NECESSIDADES BÁSICAS DOS USUÁRIOS OFERECENDO ATIVIDADES PARA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ALCANCE DE AUTONOMIA, BEM COMO PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE CONVIVÊNCIA DIGNAS E MAIS HUMANAS ENTRE ESSA POPULAÇÃO.

CONCEITO



FICA CLARO A NECESSIDADE DE UMA REDE DE APOIO PARA AUXILIAR ESSAS PESSOAS, REDE ESSA, QUE ENVOLVA NÃO SÓ O PODER PÚBLICO, MAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E A PRÓPRIA POPULAÇÃO, COMO ISSO, PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL É ROMPER A BARREIRA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL POR MEIO DA HABITAÇÃO, ATENDER AS FAMÍLIAS QUE BUSCAM DIGNIDADE, SEGURANÇA E A SENSÇÃO DE PERTENCIMENTO DESSE LUGAR, SENDO ESSE É O PROPÓSITO, FAZER COM QUE ESSA POPULAÇÃO INTERAJA DENTRO DESSE ESPAÇO QUE ASSEGURE SEUS DIREITOS.



CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS GERAIS
ARQUITETURA E URBANISMO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ALUNO: GABRIEL FERREIRA
ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA

JUNHO/2021

01/05

CATAPSR

PROGRAMA DE NECESSIDADES E FLUXOGRAMA

SETOR ADMINISTRATIVO

AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T
ÁREA DE ESPERA	1	84,15m ²
RECEPÇÃO/ENTRADA	2	10,00m ²
ADMINISTRAÇÃO/COORD.	1	10,00m ²
ALMOXARIFADO	1	12,05m ²
BANHEIRO FUNCIONÁRIOS	1	49,50m ²
SALA DE TRIAGEM	1	10,00m ²
ATENDIMENTO PSICO.	1	10,00m ²
ATENDIMENTO ODONT.	1	10,00m ²
SALA DE DOAÇÕES	1	19,00m ²
LOJA DE ROUPAS	1	16,45m ²
SALÃO DE CABELEIREIRO	1	20,00m ²
TOTAL		251,15m ²

SETOR PROFISSIONALIZANTE

AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T
SALA DE INFORMÁTICA	1	26,00m ²
BIBLIOTECA	1	64,20m ²
SALA MULTIUSO	2	94,80m ²
TOTAL		185,00m ²

SETOR DE SERVIÇOS

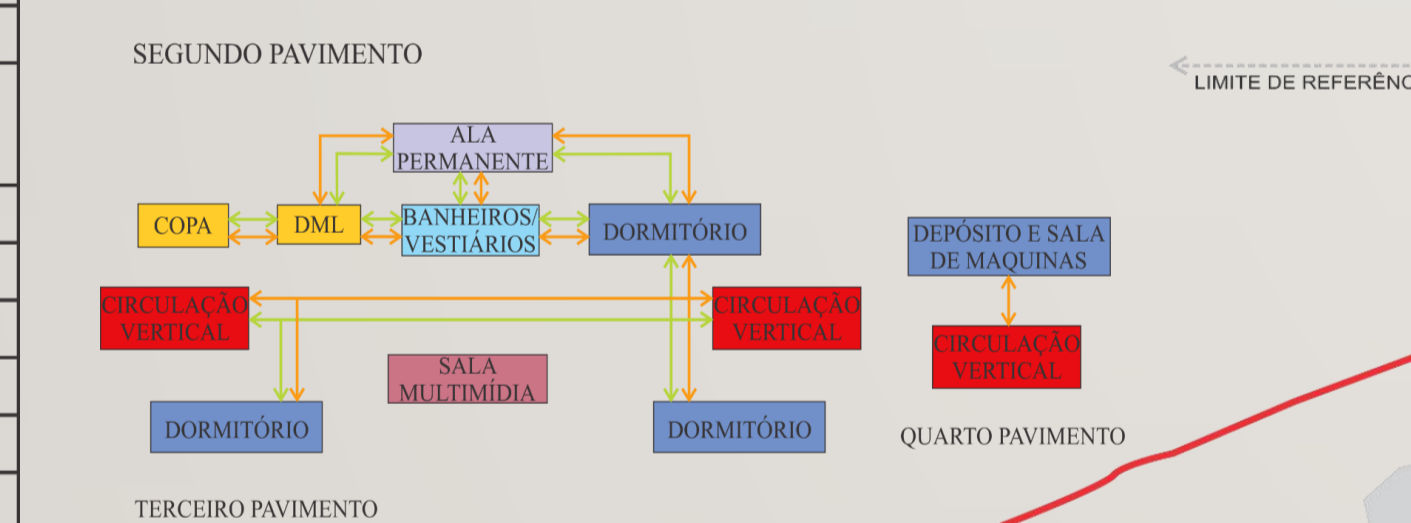
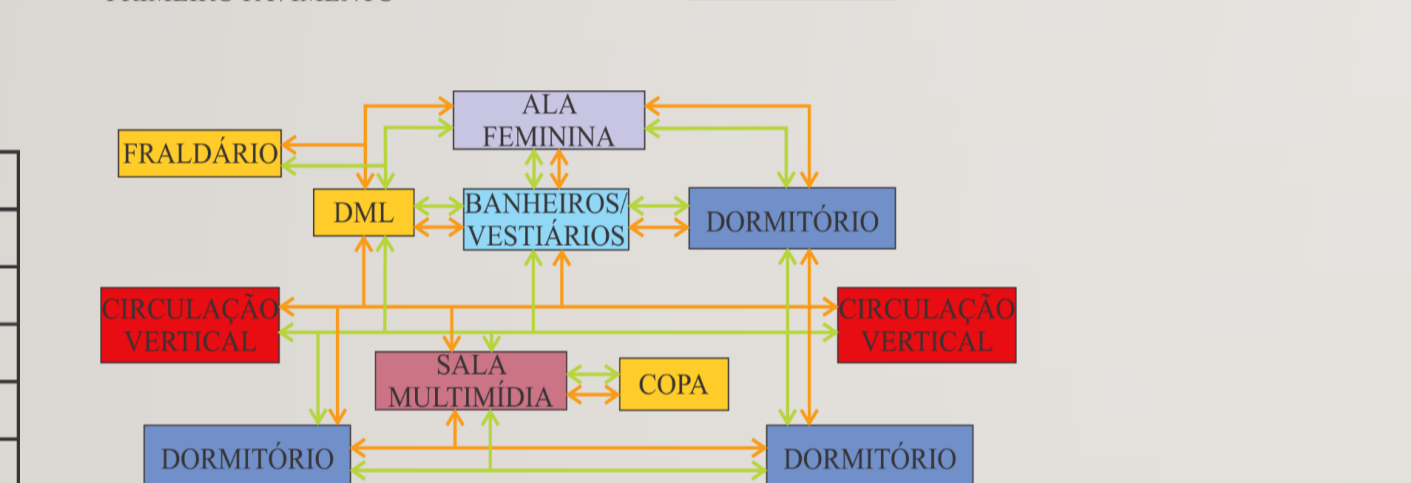
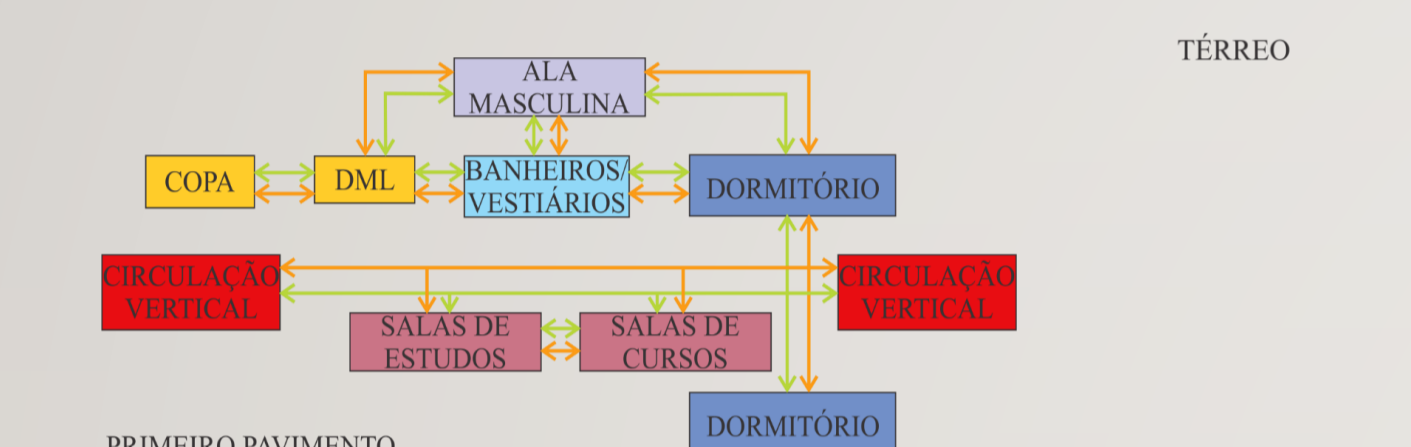
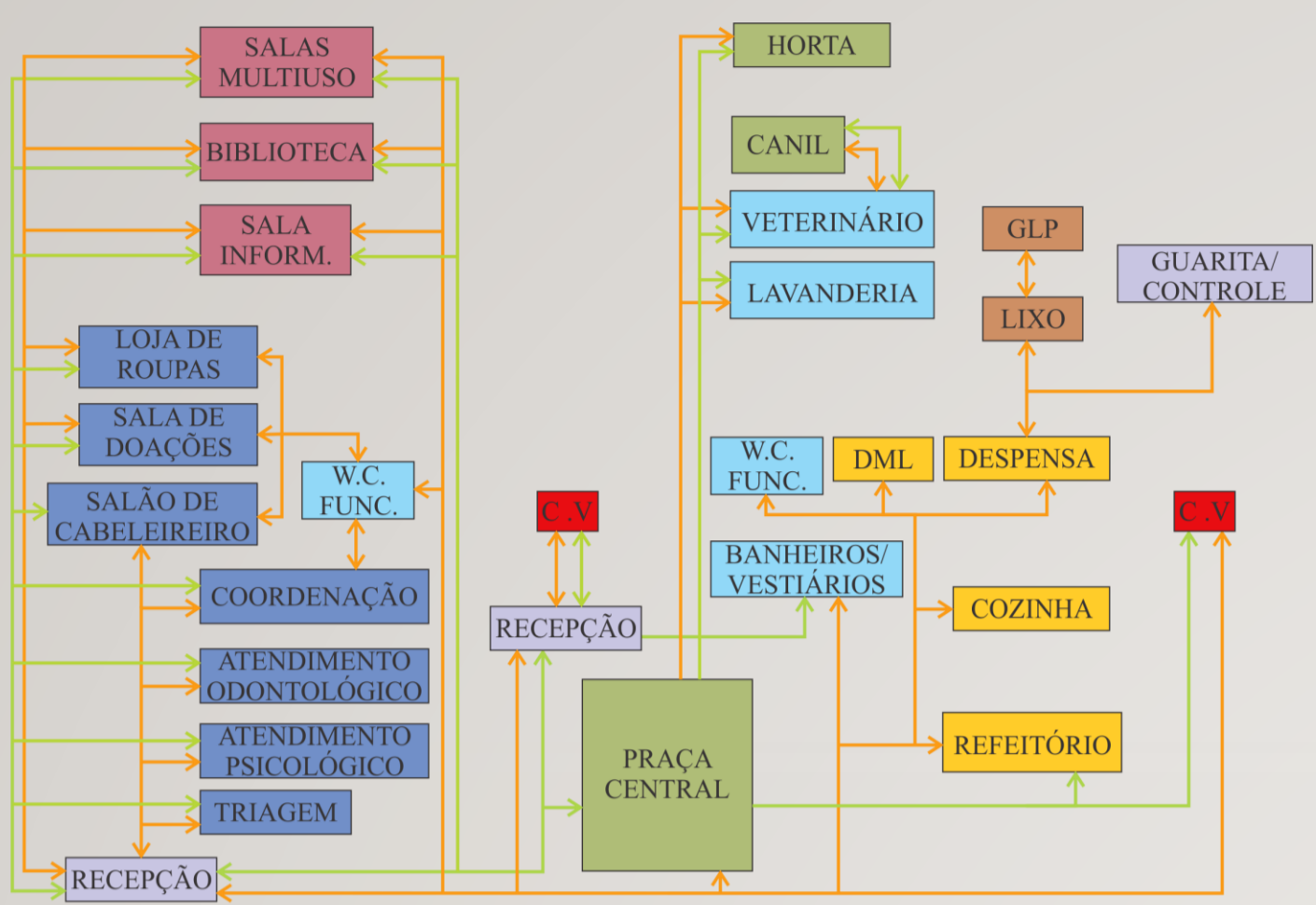
AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T
LAVANDERIA COLETIVA	1	39,45m ²
ATENDIMENTO VET.	1	32,35m ²
BANHO E TOSA	2	14,10m ²
CANIL	4	10,95m ²

ÁREA DE TREINO	4	47,80m ²
LAVABO/D.M.L	1	21,55m ²
BANHEIRO FEMNINO	1	26,80m ²
BANHEIRO MASCULINO	1	18,00m ²
REFEITÓRIO	1	134,85m ²
COZINHA	1	71,15m ²
CÂMARA FRIA	1	6,25m ²
ESTOCAGEM DE SECOS E HORTIFRUTI	1	20,30m ²
HIGIENIZAÇÃO E PREPARO	1	11,30m ²
ESTOQUE	1	11,50m ²
CIRC. E ÁREA DE SERVIÇO	1	47,60m ²
BANHEIRO FUNCIONÁRIOS	1	27,75m ²
RECEPÇÃO/HALL DE ELEV.	1	27,75m ²
TOTAL		581,00m ²

SETOR DE HOSPEDAGEM

AMBIENTE	QTD.	ÁREA.T
SALA DE CURSOS	2	41,00m ²
SALA DE ESTUDOS	2	23,20m ²
BANHEIRO MASCULINO	3	71,70m ²
BANHEIRO FEMNINO	3	90,00m ²
D.M.L	3	26,70m ²
VARANDAS	29	195,30m ²
CIRCULAÇÃO	3	307,65m ²
COPA/COZINHA	4	99,50m ²
CIRCULAÇÃO VERTICAL	2	35,20m ²
TOTAL		890,25m ²

ÁREA TOTAL 1907,40M²
PARA ATENDER 80 ABRIGADAOS
E REFEITÓRIO PARA 100 PESSOAS



TIPO DE USO DO EQUIPAMENTO

HABITAÇÃO DE USO INSTITUCIONAL DE ACORDO COM A LEI Nº 9800/2000.

-HABITAÇÃO DESTINADA À ASSISTÊNCIA SOCIAL, ONDE SE ABRIGAM NECESSITADOS, DENTRO OUTROS;

-ABRANGE ALBERGUE, ALOJAMENTO ESTUDANTIL, ASILO, COVENTO, SEMINÁRIO, INTERNATO E ORFANATO.

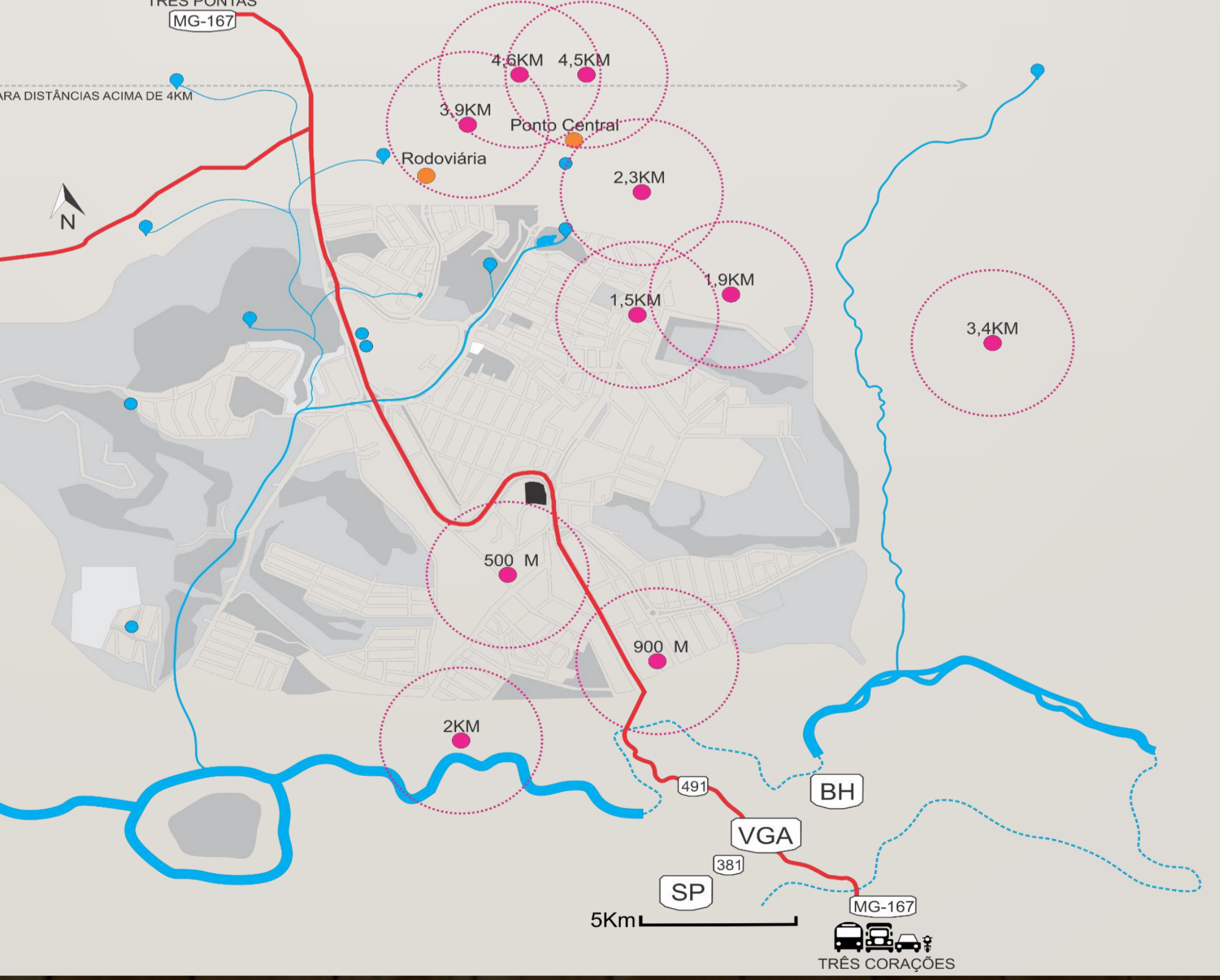
CRITÉRIOS PRA ESCOLHA DA ÁREA

1- PROXIMIDADE COM EQUIPAMENTOS EXISTENTES E DE APOIO PARA O CENTRO;

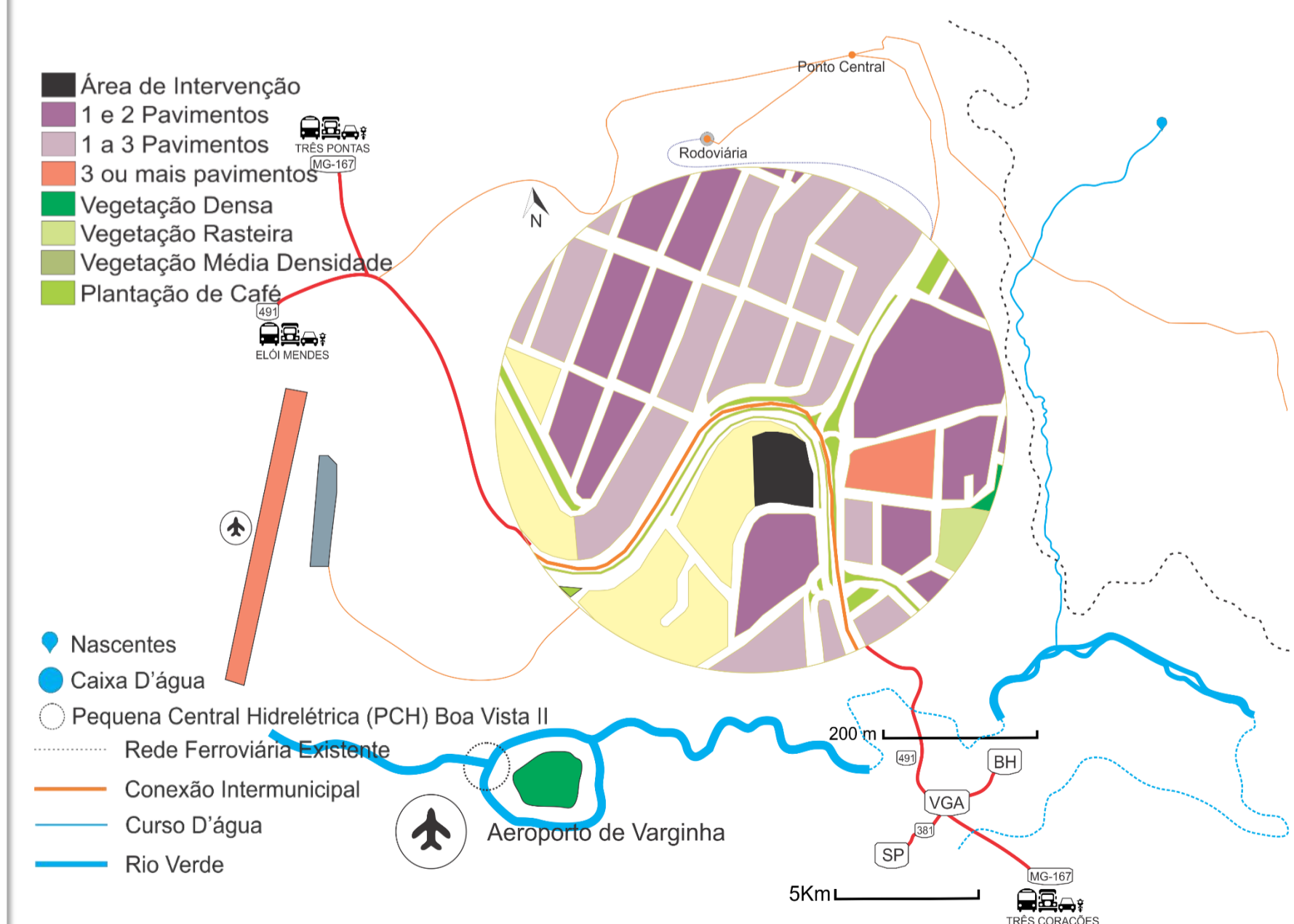
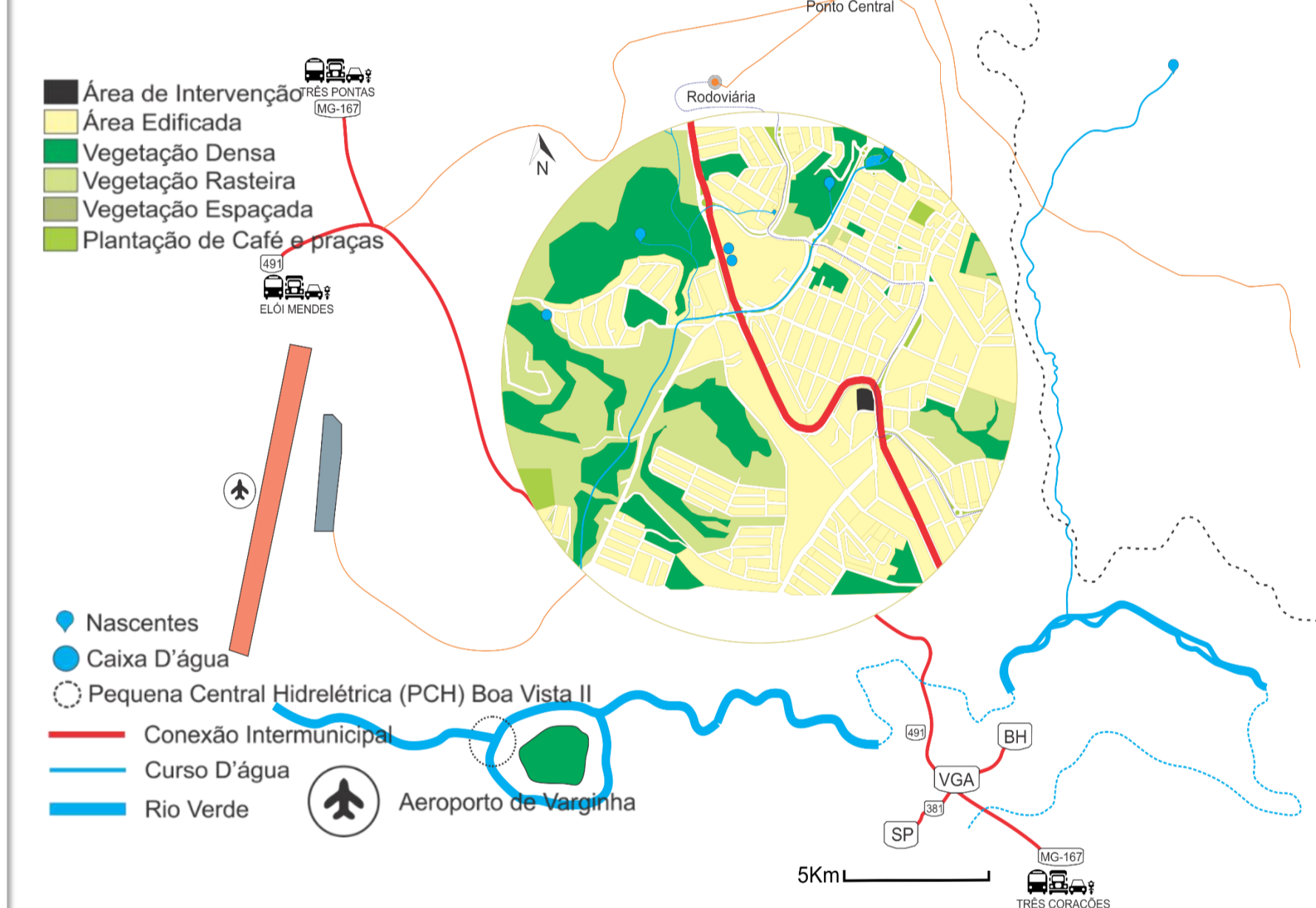
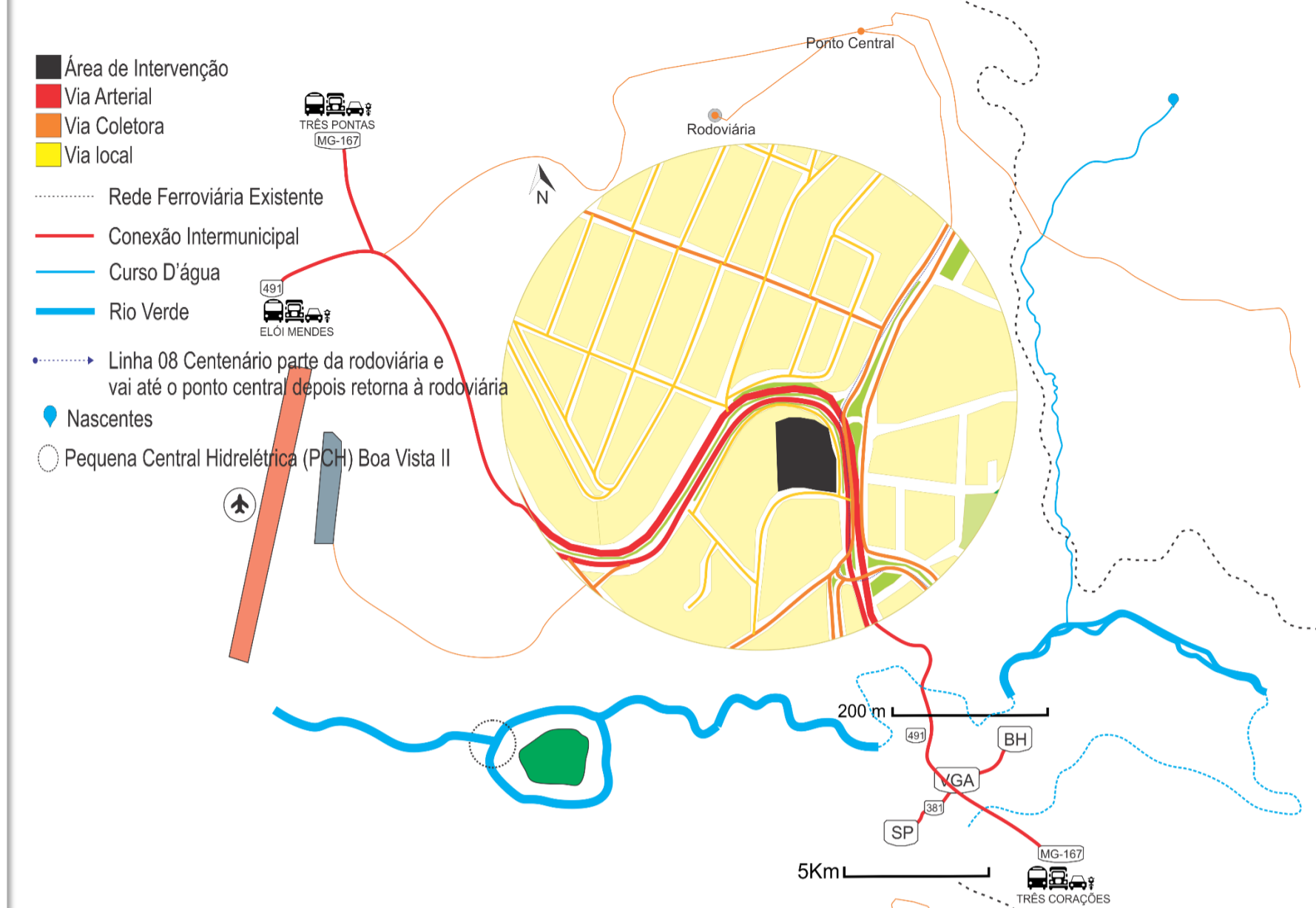
2- ESTAR LOCALIZADO EM UM EIXO DE FLUXO E ROTA PARA CIDADES VIZINHAS;

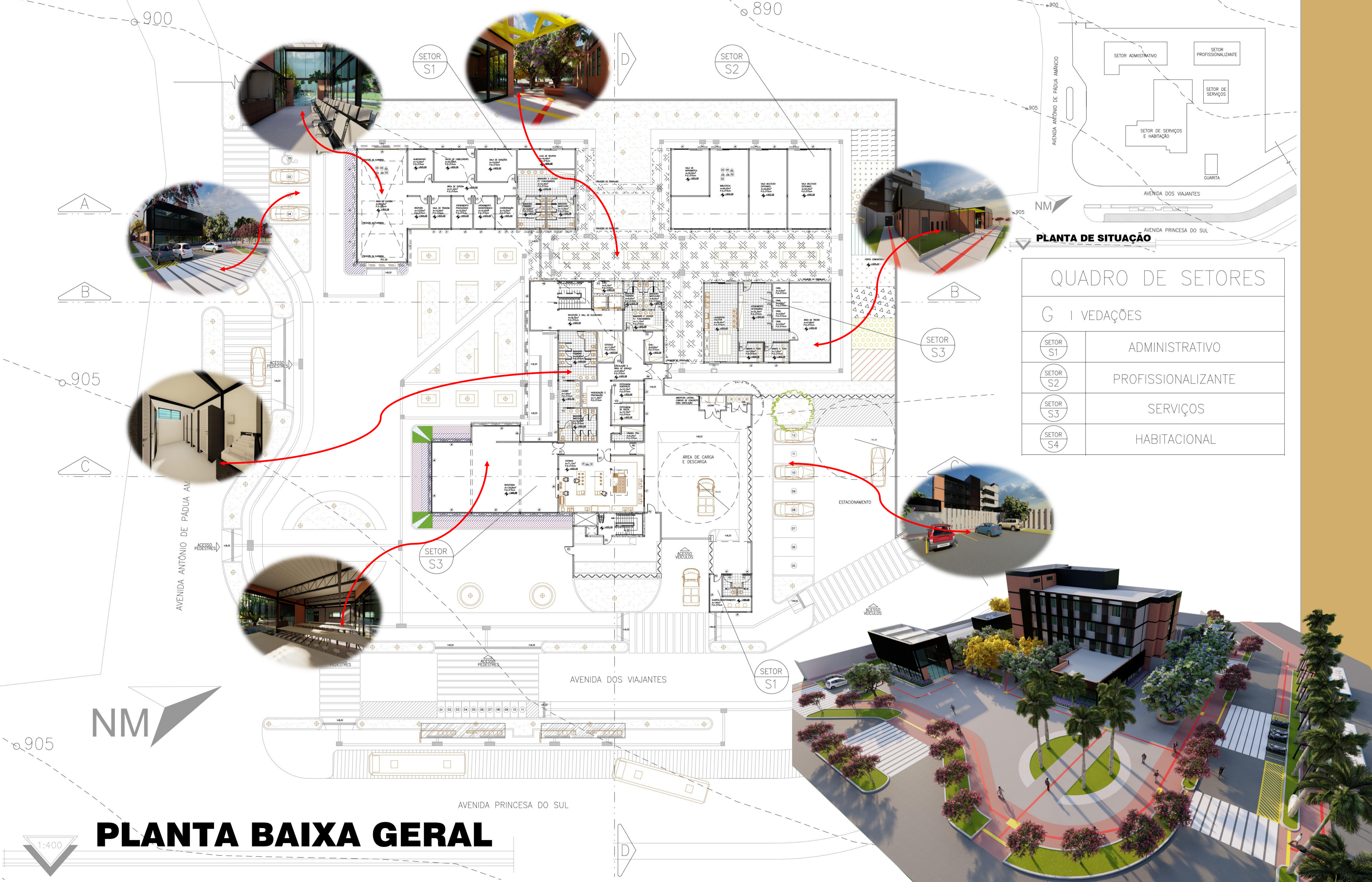
3- FAZER USO DE UMA ÁREA SUBUTILIZADA E ODE TAMBÉM EXISTE UMA CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA;

EQUIPAMENTOS SEMELHANTES



VIAS E CONEXÕES, ASPECTOS AMBIENTAIS E GABARITO





PLANTA DE SITUAÇÃO

QUADRO DE SETORES	
G I VEDAÇÕES	
SETOR S1	ADMINISTRATIVO
SETOR S2	PROFISSIONALIZANTE
SETOR S3	SERVIÇOS
SETOR S4	HABITACIONAL

PLANTA BAIXA GERAL

1:400

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

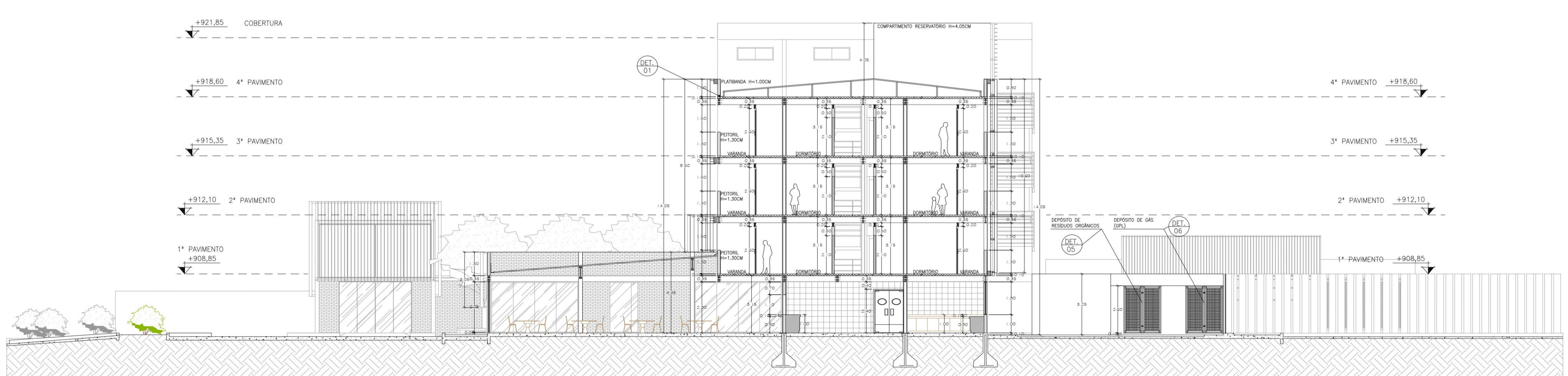
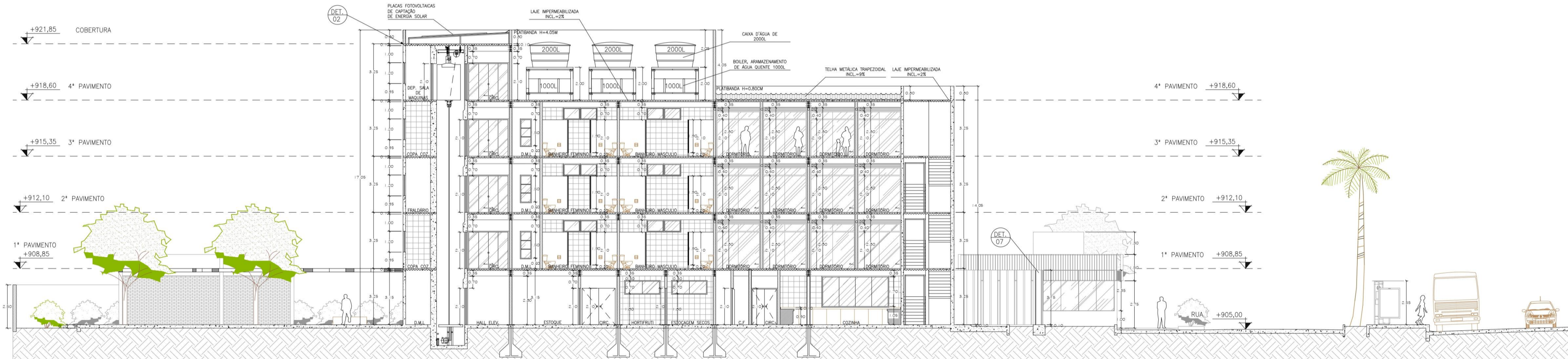
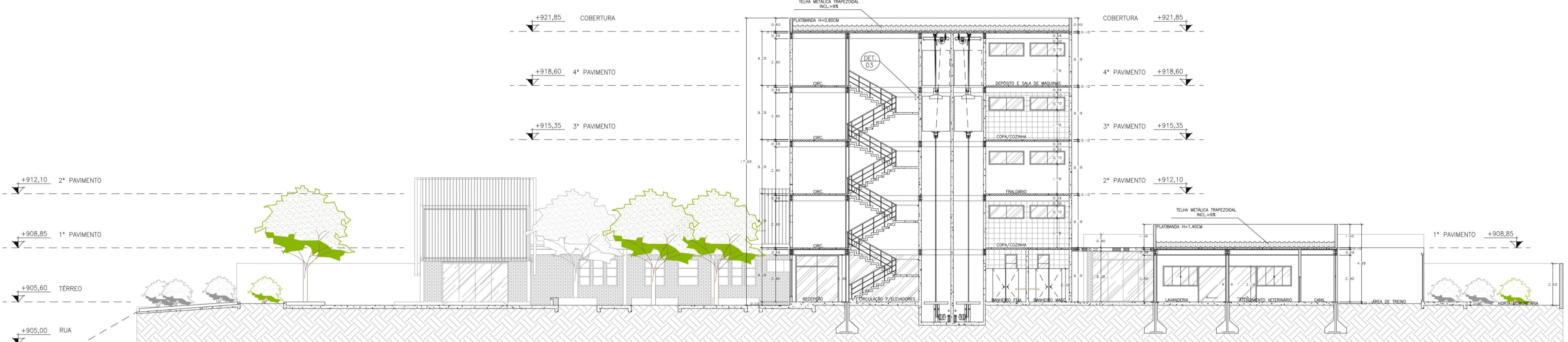
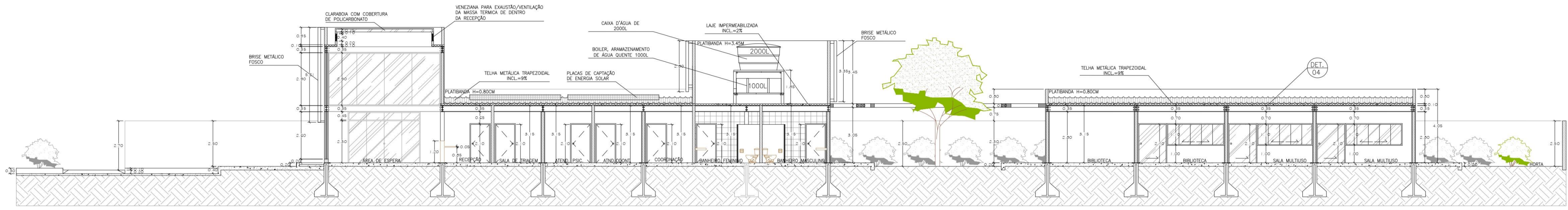


CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS GERAIS
 ARQUITETURA E URBANISMO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
 ALUNO: GABRIEL FERREIRA
 ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA

JUNHO/2021

03/05

CATAPSR



CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS GERAIS
 ARQUITETURA E URBANISMO TRABALHO DE
 CONCLUSÃO DE CURSO
 ALUNO: GABRIEL FERREIRA
 ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA

JUNHO/2021

04/05

-INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – PRIVADO

-PERMEABILIDADE VISUAL. / CONTINUIDADE ESPACIAL

-RELAÇÃO ESPACIAL / FUNCIONAL

-RUA/ CALÇADA/ CIRCULAÇÃO (EDIFICAÇÕES X PERCURSO / RUA X CIDADES)

-HORIZONTALIDADE DE ORGANIZAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO

-PÁTIOS E ÁREAS DE CONVÍVIO



VISTA FRONTAL



VISTA FRONTAL LATERAL DEIREITA



VISTA POSTERIOR



VISTA LATERAL ESQUERDA



SAÚDE



EDUCAÇÃO



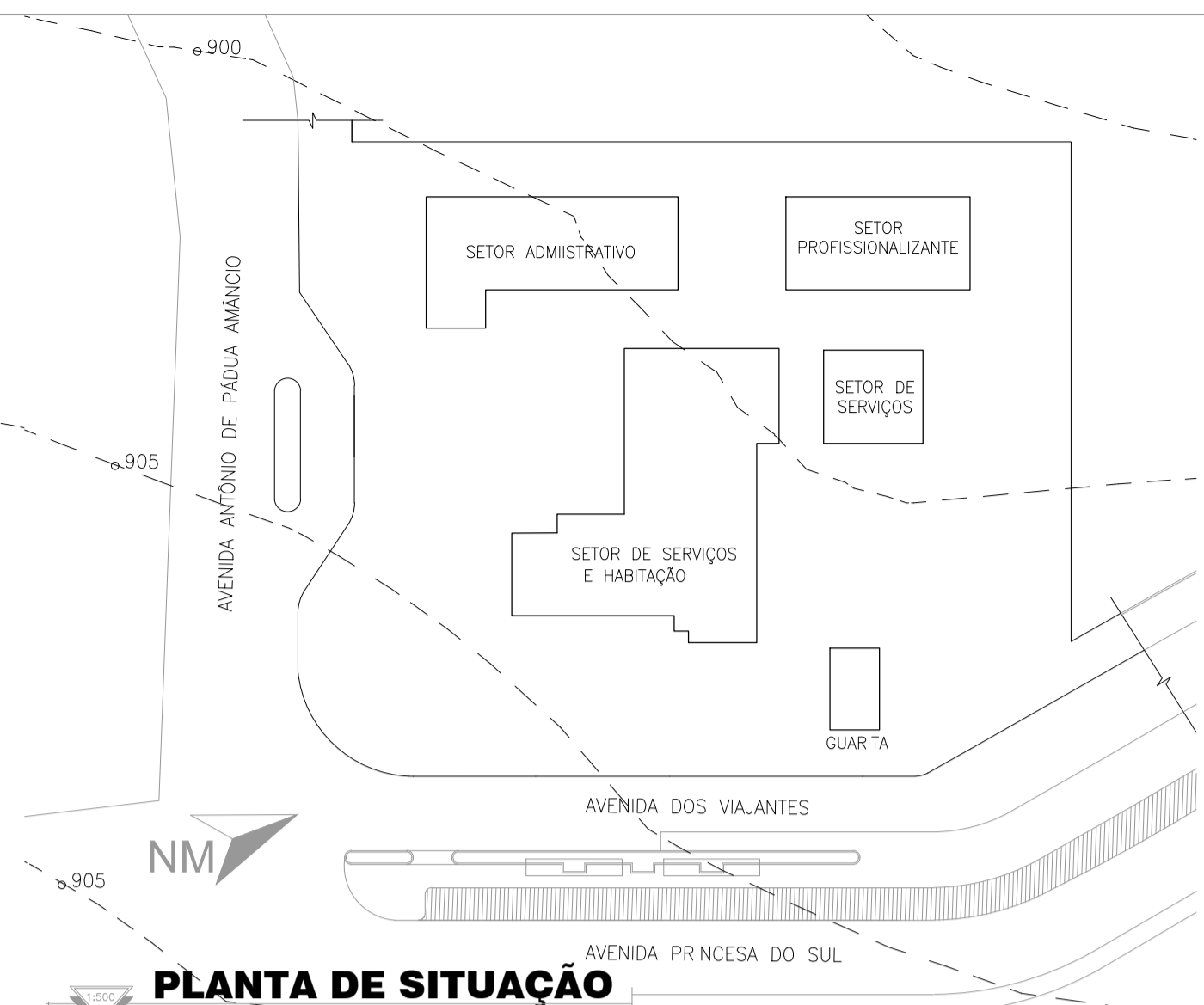
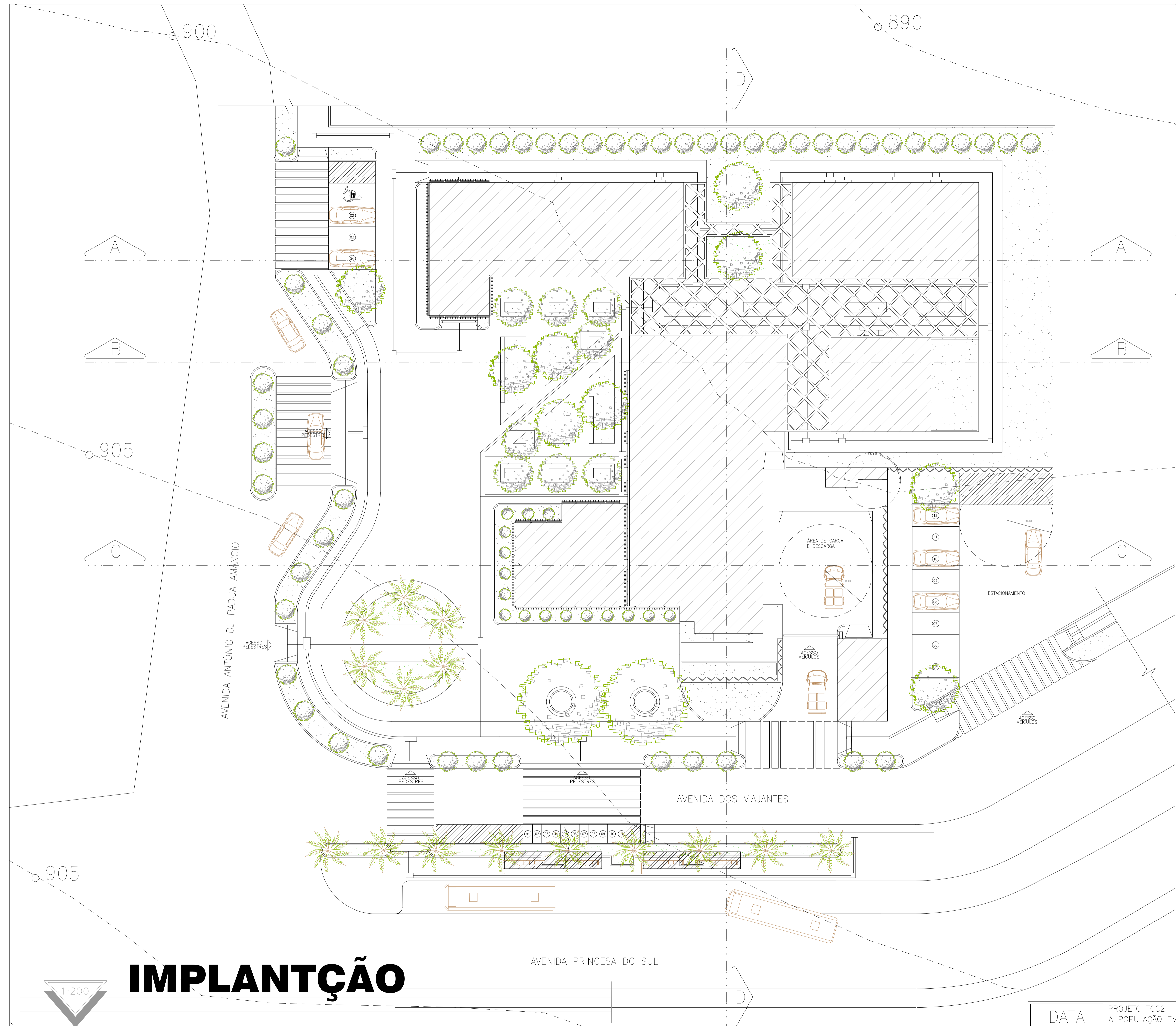
TRANSPORTE



LAZER



SANEAMENTO BÁSICO



QUADRO DE ACABAMTOS

A | PISO

CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PISO RESINADO A BASE DE URETANO DA LINHA ENDURIT A.N, AUTONIVELANTE E IMPERMEÁVEL. PARA APLICAÇÃO EM ÚNICA CAMADA, COM ACABAMENTO LISO NA COR CINZA CLARO
02	PORCELANATO 60X60cm COM ACABAMENTO FOSCO, NA COR CIMENTO QUEIMADO
03	GRANILITE POLIDO NA COR CINZA CLARO
04	SOLEIRA EM GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

B | PREDOS

CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	CONCRETO APARENTE
02	GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRÍCA NA COR BRANCA
03	PINTURA ACRÍLICA INTERNA NA COR BRANCA E BRISE DE METALON MÓDULOS COM 415X130cm EXTERNO E NA COR PRETO FOSCO
04	VEDAÇÃO EXTERNA COM TUILOS REQUIMADOS

C | TETO

CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PANEL MODULAR ACUSTIC QUADRADO (MEDIDAS DE ACORDO COM OS DORMITÓRIOS), DE FIBRA MINERAL, 878DE REFLEXÃO LUMINOSA, ANTI MOFO E MANCHAS, COR BRANCA
02	GESSO ACARTONADO MONOLÍTICO E PINTURA BRANCA
03	GESSO ACARTONADO MODULADO COM PELÍCULA VINÍLICA

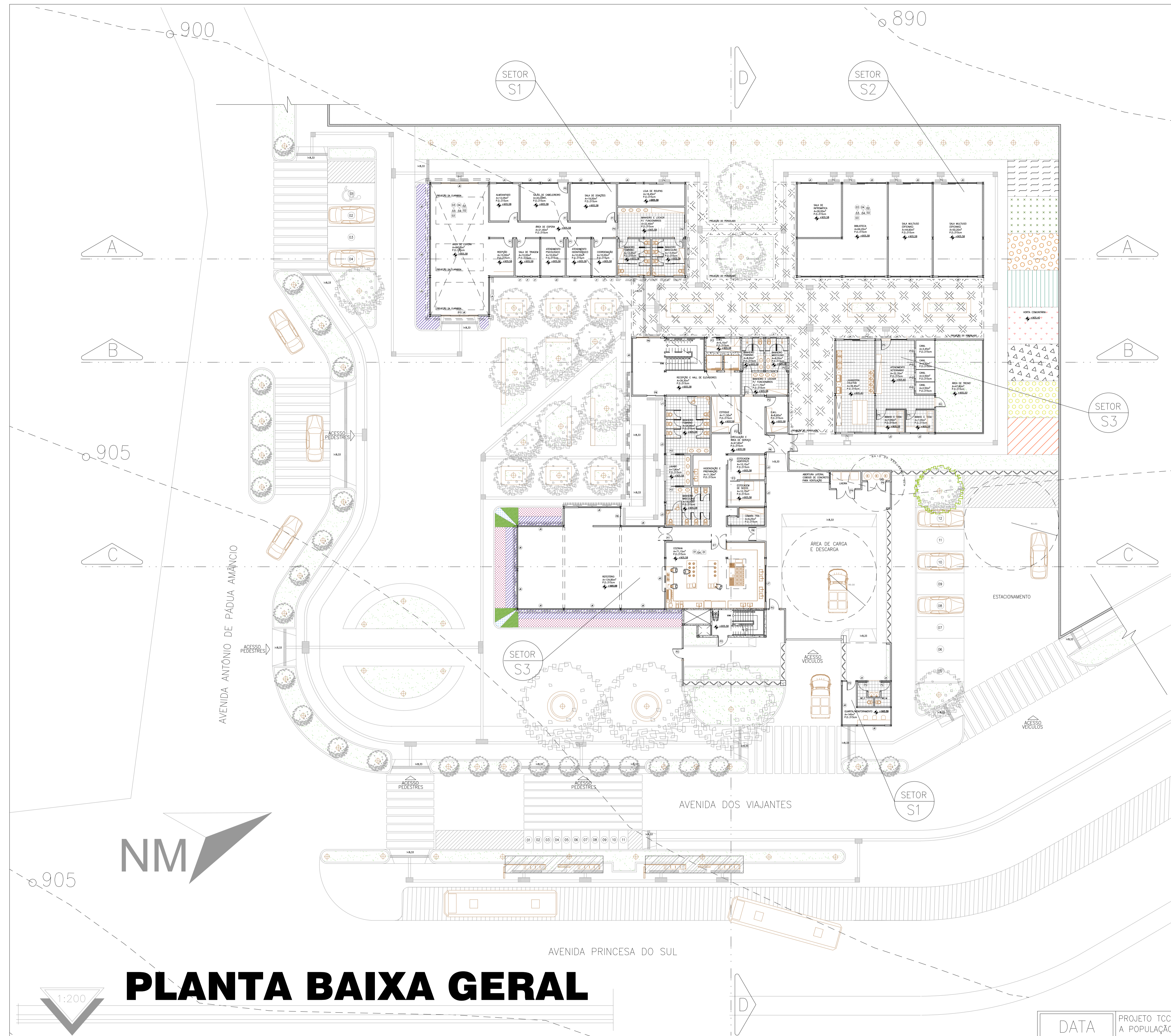
QUADRO DE ESQUADRIAS

D | PORTAS

CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR. X ALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	90x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	MADEIRA COM VERNIZ NATURAL E MAÇANETA EM AÇO INOX	8
P2	90x210 110x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA ESCALADA DE EMERGENCIA	PORTA DE ABRIR METÁLICA EM VENEZIANA	48
P3	90x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER VENEZIANA	11
P4	150x210 100x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX	11
P5	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA DE ABRIR EM BLINDEX	5
P6	140x210 180x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	3
P7	140x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	2
P8	180x280 250x280	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX COM UMA FOLHA FIXA	3
P9	190x210	PORTÃO DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO-LIXEIRA E GÁS	2
P10	60x150	PORTÃO DE ABRIR/BANDEIRA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO CANIL	4
P11	280x285	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS	PORTA DE CORRER BLINDEX 2 FOLHAS FIXAS	2
P12	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA CORTA FOGO	6
P13	310x295	PORTA DE CORRER 3 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	1
P14	200x215 210x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	7
P15	250x295 255x295 295x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	24

IMPLANTÇÃO

DATA 21/06/2021 CATAPSR	PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA–MG	PRANCHA 01/12
	ALUNO: GABRIEL FERREIRA ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA	
	CONTEÚDO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E SITUAÇÃO	
	ESCALAS: INDICADAS	



QUADRO DE ACABAMTOS	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PISO RESINADO À BASE DE URETANO DA LINHA ENDURIT A.N. AUTONIVELANTE E IMPERMEÁVEL, PARA APLICAÇÃO EM ÚNICA CAMADA, COM ACABAMENTO LISO NA COR CINZA CLARO
02	PORCELANATO 60x60cm COM ACABAMENTO FOSCO, NA COR CIMENTO QUEIMADO
03	GRANILITE POLIDO NA COR CINZA CLARO
04	SOLEIRA EM GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

B PREDES	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	CONCRETO APARENTE
02	GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRÍCA NA COR BRANCA
03	PINTURA ACRÍCA INTERNA NA COR BRANCA E BRISE DE METALON MÓDULOS COM 415x130cm EXTERNO E NA COR PRETO FOSCO
04	VEDAÇÃO EXTERNA COM TUVLOS REQUEIMADOS

C TETO	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PANEL MODULAR ACOUSTIC QUADRADO (MEDIDAS DE ACORDO COM OS DORMITÓRIOS), DE FIBRA MINERAL, 87% DE REFLEXÃO LUMINOSA, ANTI MOFO E MANCHAS, COR BRANCA
02	GESSO ACARTONADO MONOLÍTICO E PINTURA BRANCA
03	GESSO ACARTONADO MODULADO COM PELÍCULA VINÍLICA

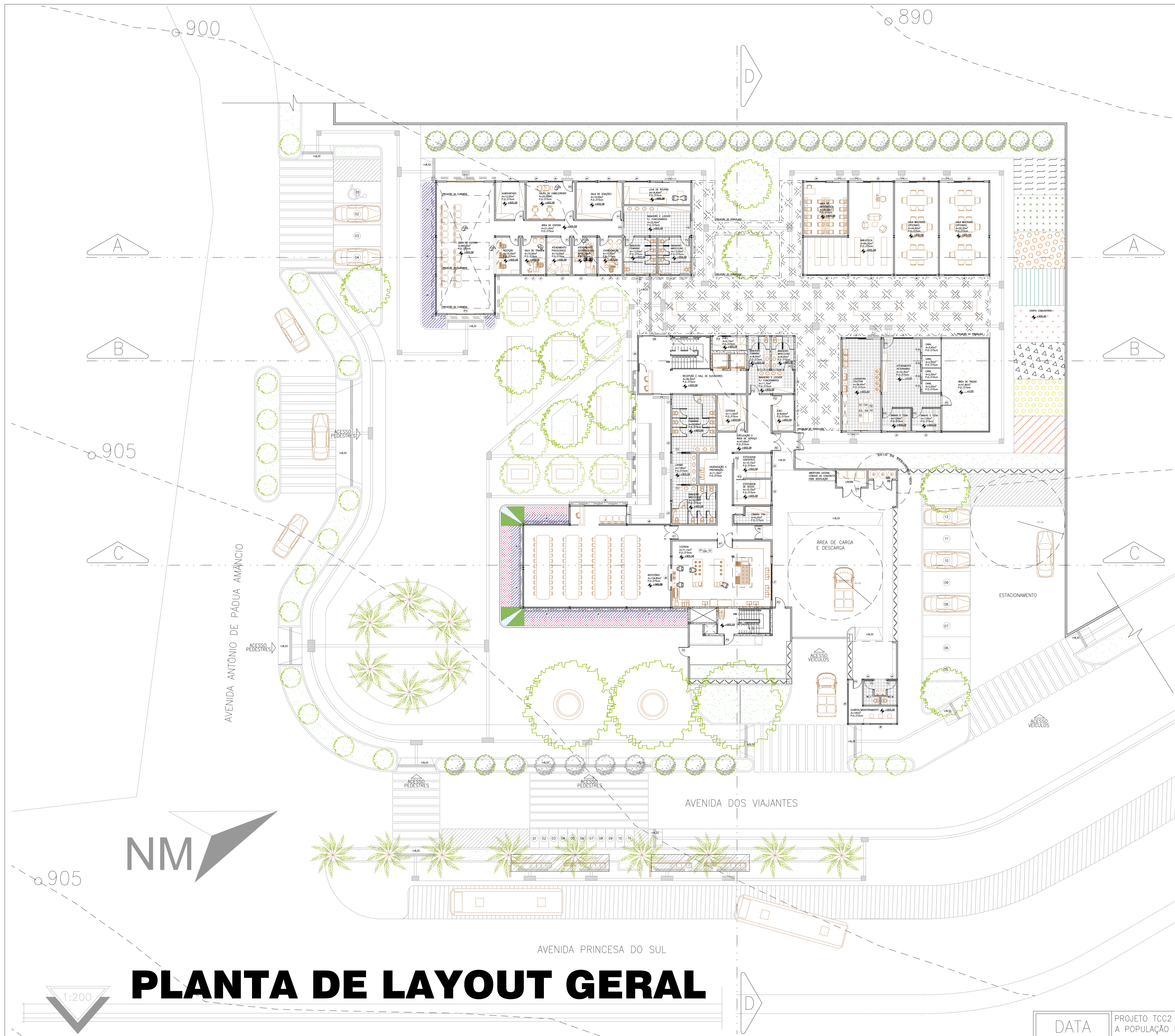
QUADRO DE ESQUADRIAS				
D PORTAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.xALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	90x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	MADEIRA COM VERNIZ NATURAL E MAÇANETA EM AÇO INOX	8
P2	90x210 110x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA ESCADA DE EMERGÊNCIA	PORTA DE ABRIR METÁLICA EM VENEZIANA	48
P3	90x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER VENEZIANA	11
P4	150x210 100x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX	11
P5	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA DE ABRIR EM BLINDEX	5
P6	140x210 180x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	3
P7	140x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	2
P8	180x280 250x280	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX COM UMA FOLHA FIXA	3
P9	190x210	PORTÃO DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO-LUXEIRA E GAS	2
P10	60x150	PORTÃO DE ABRIR/BANDEIRA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO CANIL	4
P11	280x285	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS	PORTA DE CORRER BLINDEX 2 FOLHAS FIXAS	2
P12	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA CORTA FOGO	6
P13	310x295	PORTA DE CORRER 3 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	1
P14	200x215 210x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	7
P15	250x295 255x295 295x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	24

QUADRO DE ÁREAS		
H ÍNDICES URBANÍSTICOS		
	PERMITIDO	ADOTADO NO PROJETO
TAXA DE OCUPAÇÃO		4825M ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	70%=3377,50M ²	24,71%=1192,44M ²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-	1,74
ÁREA PERMEÁVEL	≤0,9 (mínimo 10% do lote)	≤0,75 (24,39M ²)
AFASTAMENTO FRONTAL	5m	16,20m e 14m
AFASTAMENTO LATERAL E DE FUNDO	3m	5,95m e 7,90m
ÁREA PAVIMENTO TERREO	1416,25M ²	1416,25M ²
ÁREA 1ª, 2ª E 3ª PAVIMENTO	445,01M ²	420,05x3=1260,15M ²
ÁREA 4ª PAVIMENTO	84,45M ²	84,45M ²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA		2760,85M ²

PLANTA BAIXA GERAL

1:200

DATA	PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA-MG	PRANCHA
CATAPSR	ALUNO: GABRIEL FERREIRA	
	ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA	
	CONTEÚDO: PLANTA BAIXA GERAL	
	ESCALAS: INDICADAS	02/12



PLANTA DE LAYOUT GERAL

1:200

DATA	PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA-MG	PRANCHA 03/12
21/06/2021	ALUNO: GABRIEL FERREIRA	
CATAPSR	ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA	
	CONTEÚDO: DE LAYOUT GERAL	
	ESCALAS: INDICADAS	

QUADRO DE ACABAMTOS

A PISO	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PISO RESINADO À BASE DE URETANO DA LINHA ENDURIT A.N. AUTONIVELANTE E IMPERMEÁVEL, PARA APLICAÇÃO EM ÚNICA CAMADA, COM ACABAMENTO LISO NA COR CINZA CLARO
02	PORCELANATO 60x60cm COM ACABAMENTO FOSCO, NA COR CIMENTO QUEIMADO
03	GRANILITE POLIDO NA COR CINZA CLARO
04	SOLEIRA EM GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

B | PREDES

B PREDES	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	CONCRETO APARENTE
02	GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRÍCA NA COR BRANCA
03	PINTURA ACRÍCA INTERNA NA COR BRANCA E BRISE DE METALON MÓDULOS COM 415x130cm EXTERNO E NA COR PRETO FOSCO
04	VEDAÇÃO EXTERNA COM TUIJOS REQUEIMADOS

C | TETO

C TETO	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PANEL MODULAR ACOUSTIC QUADRADO (MEDIDAS DE ACORDO COM OS DORMITÓRIOS), DE FIBRA MINERAL, 87% DE REFLEXÃO LUMINOSA, ANTI MOFO E MANCHAS, COR BRANCA
02	GESSO ACARTONADO MONOLÍTICO E PINTURA BRANCA
03	GESSO ACARTONADO MODULADO COM PELÍCULA VINÍLICA

QUADRO DE ESQUADRIAS

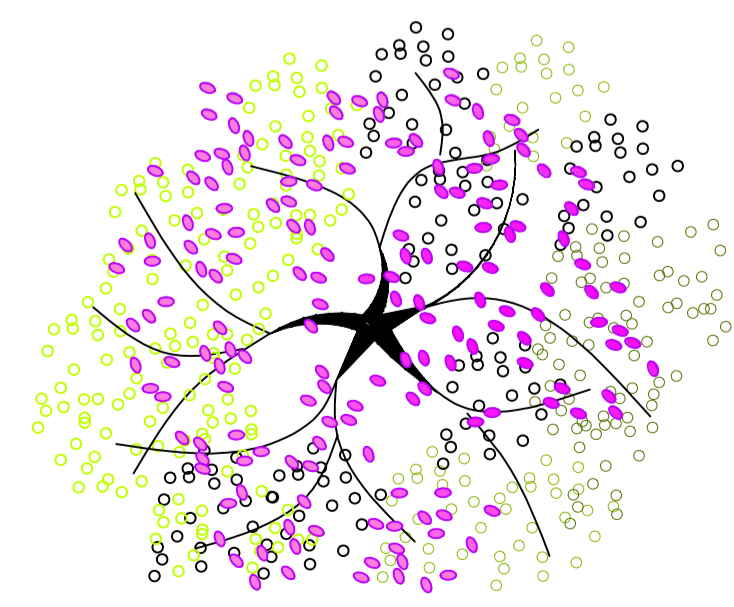
D PORTAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.xALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	90x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	MADEIRA COM VERNIZ NATURAL E MAÇANETA EM AÇO INOX	8
P2	90x210 110x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA ESCADA DE EMERGÊNCIA	PORTA DE ABRIR METÁLICA EM VENEZIANA	48
P3	90x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER VENEZIANA	11
P4	150x210 100x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX	11
P5	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA DE ABRIR EM BLINDEX	5
P6	140x210 180x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	3
P7	140x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	2
P8	180x280 250x280	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX COM UMA FOLHA FIXA	3
P9	190x210	PORTÃO DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO-LIXEIRA E GAS	2
P10	60x150	PORTÃO DE ABRIR/BANDEIRA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO CANIL	4
P11	280x285	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS	PORTA DE CORRER BLINDEX 2 FOLHAS FIXAS	2
P12	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA CORTA FOGO	6
P13	310x295	PORTA DE CORRER 3 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	1
P14	200x215 210x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	7
P15	250x295 285x295 295x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	24

QUADRO DE ÁREAS

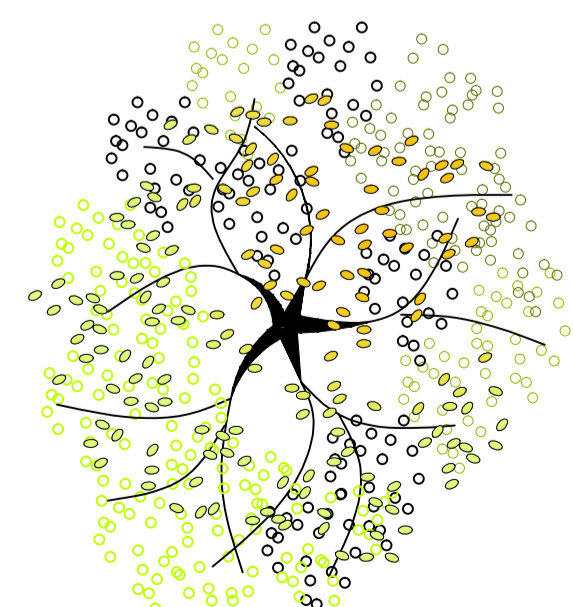
H ÍNDICES URBANÍSTICOS		
	PERMITIDO	ADOTADO NO PROJETO
TAXA DE OCUPAÇÃO		4825M ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	70%=3377,50M ²	24,71%=1192,44M ²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-	1,74
ÁREA PERMEÁVEL	≤0,9 (mínimo 10% do lote)	≤0,75 (24,39M ²)
AFASTAMENTO FRONTAL	5m	16,20m e 14m
AFASTAMENTO LATERAL E DE FUNDO	3m	5,95m e 7,90m
ÁREA PAVIMENTO TERREO	1416,25M ²	1416,25M ²
ÁREA 1ª, 2ª E 3ª PAVIMENTO	445,01M ²	420,05x3=1260,15M ²
ÁREA 4ª PAVIMENTO	84,45M ²	84,45M ²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA		2760,85M ²



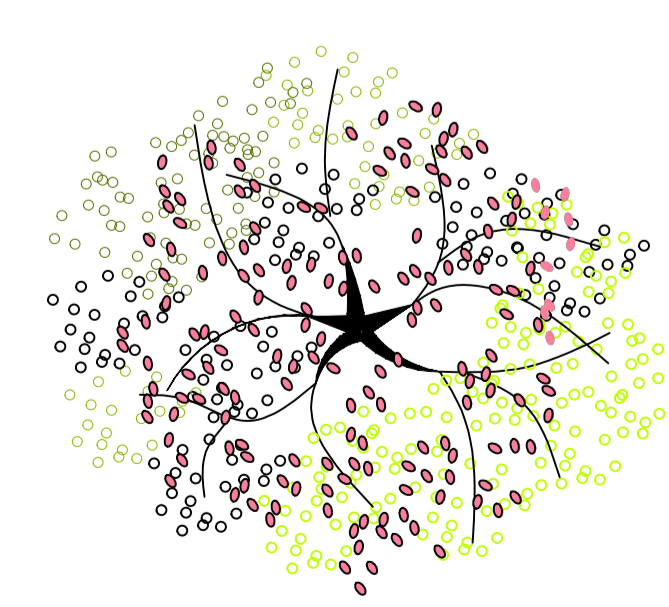
PAISAGISMO



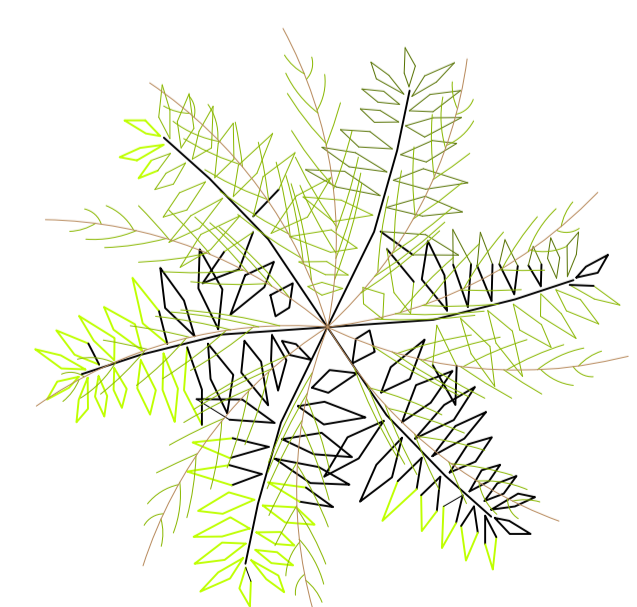
QUARESMEIRA



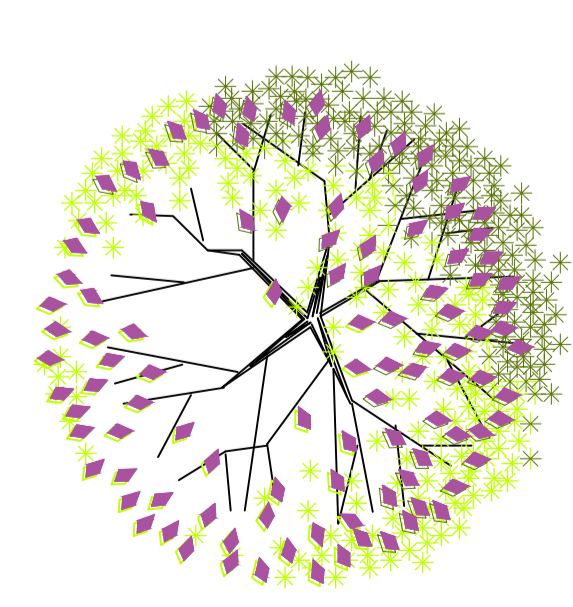
IPÊ AMARELO



RESEDÁ

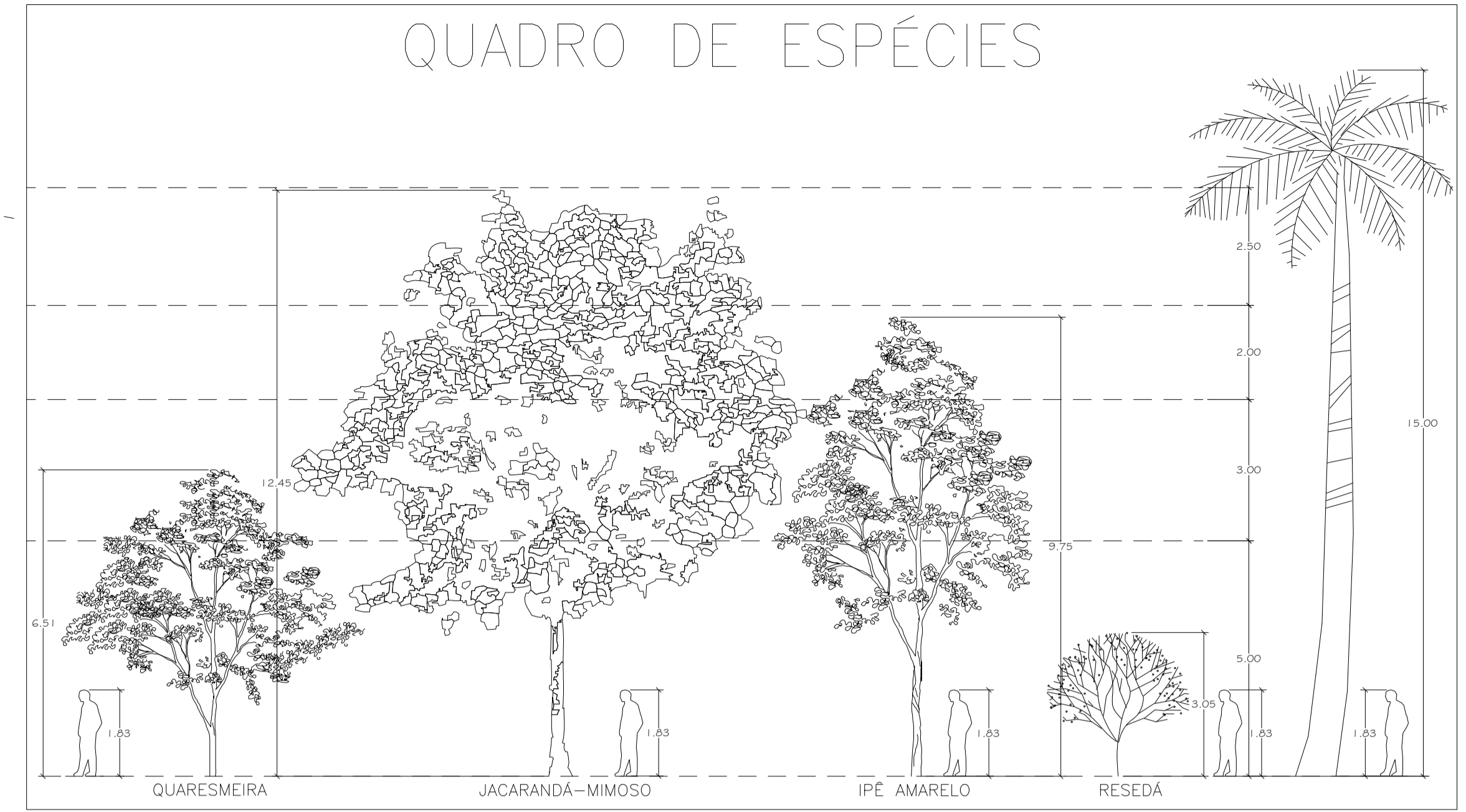


PALMEIRA REAL



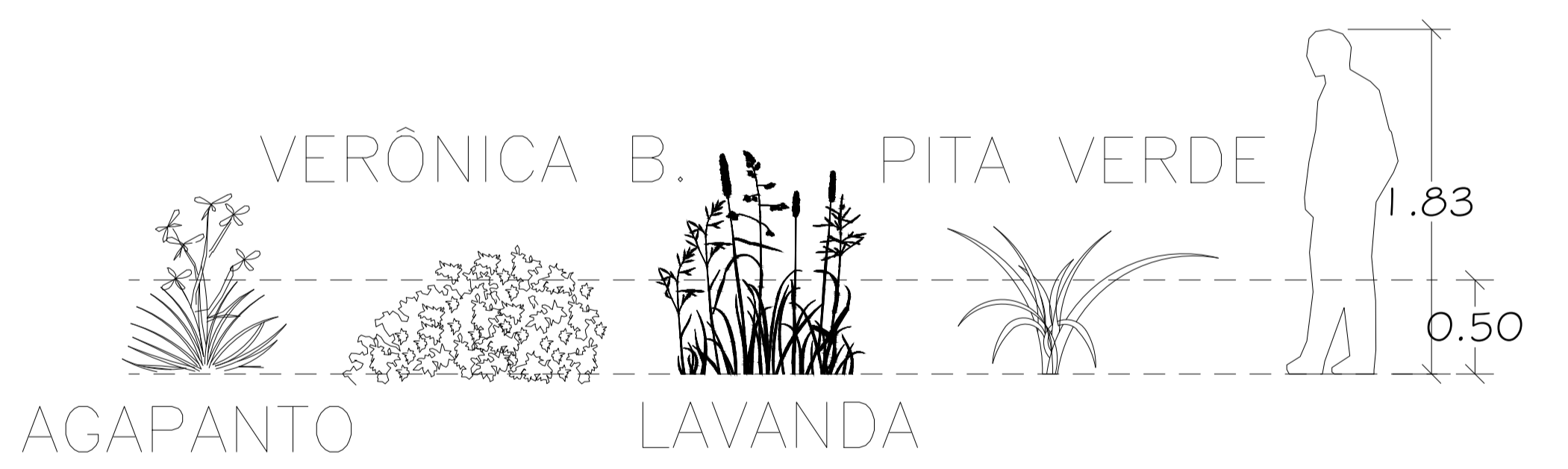
JACARANDÁ

QUADRO DE ESPÉCIES



EXTRATO ARBÓREO		
TG	QUARESMEIRA Tibouchina granulosa	9un.
HA	IPÊ AMARELO Handroanthus albus	6un.
PA	RESEDÁ Lagerstroemia	47un.
AC	PALMEIRA REAL Archontophoenix cunninghamiana	15un.
ÁRVORE EXISTENTE		
JM	JACARANDÁ-MIMOSO Jacaranda mimosifolia	3un.

EXTRATO ARBUSTIVO		
AA	AGAPANTO Agapanthus africanus	64un.
HB	VERÔNICA BUXIFOLIA Hebe buxifolia	100un.
LS	LAVANDA Lavandula stoechas	300un.
PT	PITA VERDE Phormium tenax	55un.

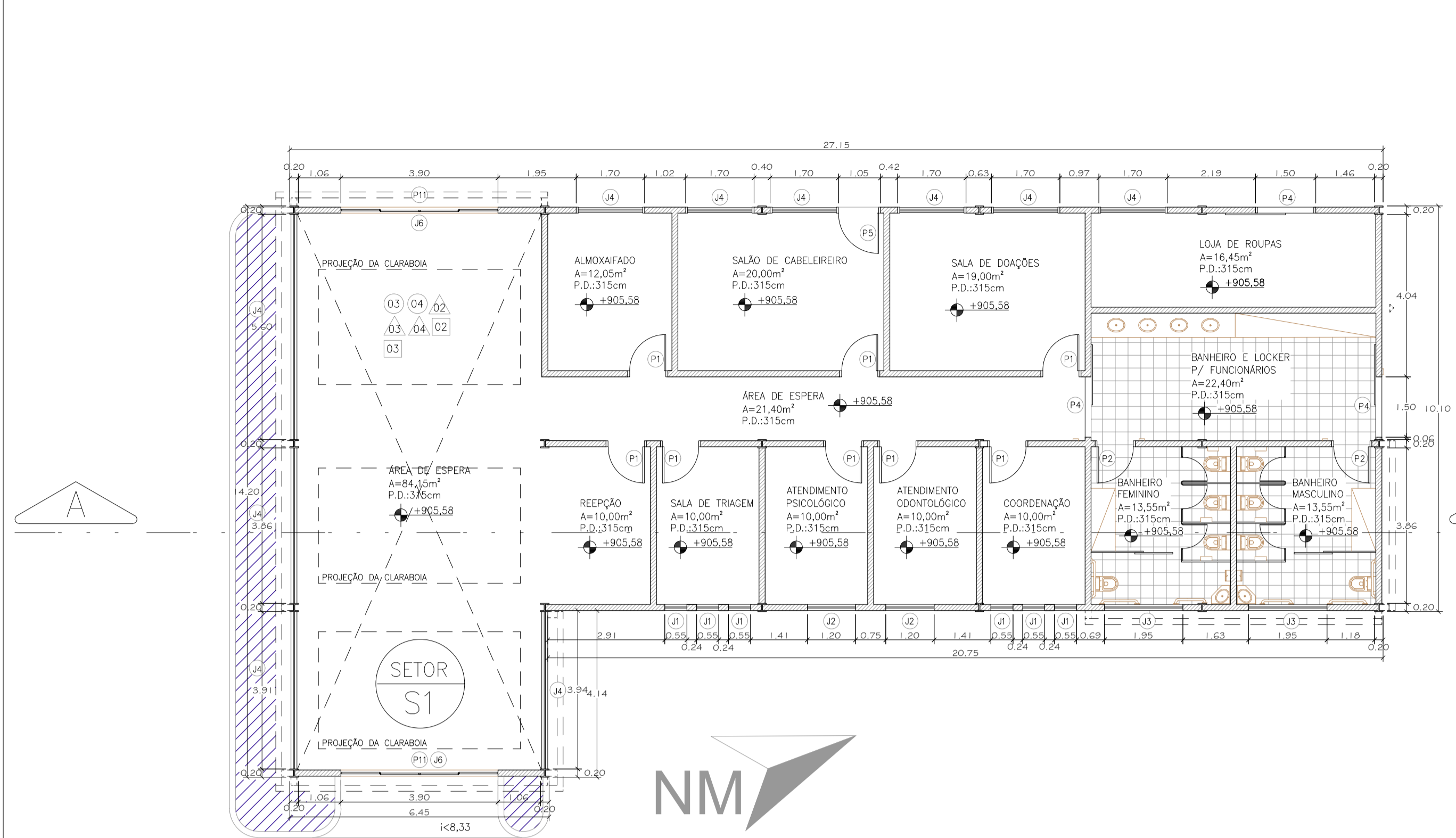


QUADRO DE ÁREAS		
H ÍNDICES URBANÍSTICOS		
	PERMITIDO	ADOTADO NO PROJETO
TAXA DE OCUPAÇÃO		4825M ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	70%=3377,50M ²	24,71%=1192,44M ²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-	1,74
ÁREA PERMEÁVEL	≤0,9 (mínimo 10% do lote)	≤0,75 (24,39M ²)
AFASTAMENTO FRONTAL	5m	16,20m e 14m
AFASTAMENTO LATERAL E DE FUNDO	3m	5,95m e 7,90m
ÁREA PAVIMENTO TERREO	1416,25M ²	1416,25M ²
ÁREA 1ª, 2ª E 3ª PAVIMENTO	445,01M ²	420,05x3=1260,15M ²
ÁREA 4ª PAVIMENTO	84,45M ²	84,45M ²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA		2760,85M ²

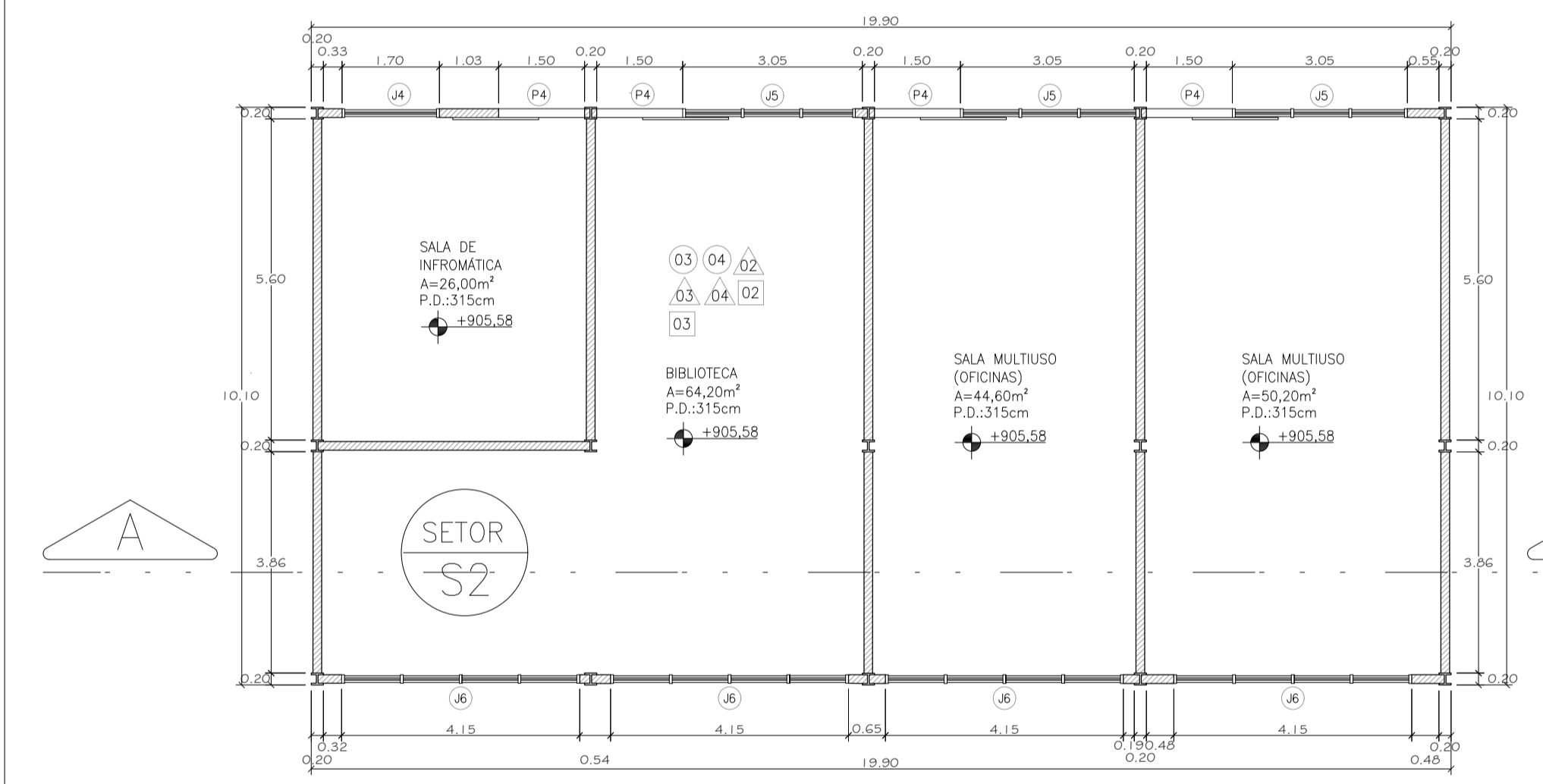
<p>DATA 21/06/2021</p> <p>CATAPSR</p>	<p>PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOILHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA-MG</p> <p>ALUNO: GABRIEL FERREIRA</p> <p>ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA</p> <p>CONTEÚDO: PLANTA DE PAISAGISMO E QUADRO DE ESPÉCIES</p> <p>ESCALAS: INDICADAS</p>	<p>PRANCHA 04/12</p>
---	--	--------------------------

QUADRO DE ESQUADRIAS

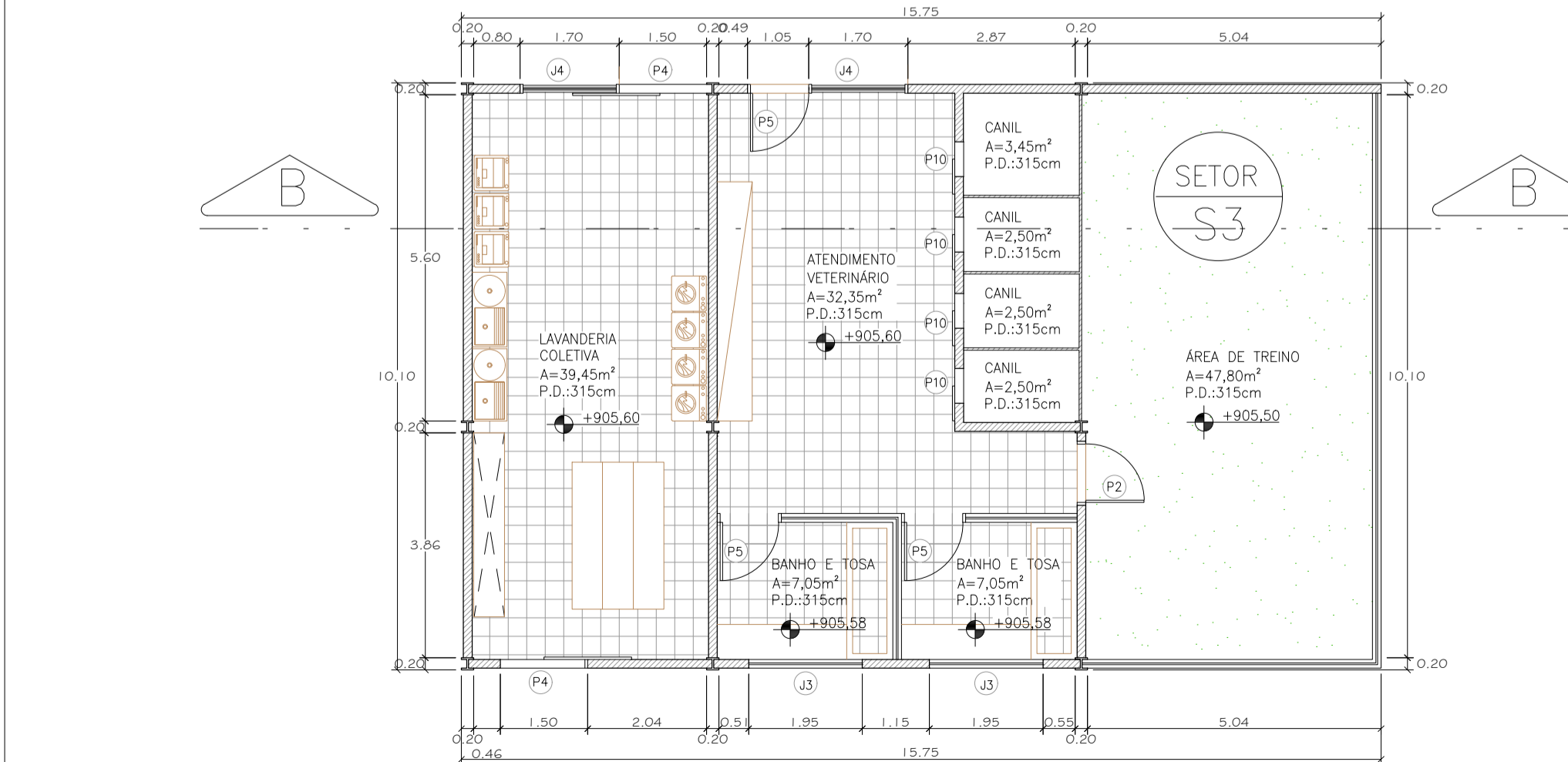
D PORTAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.xALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	90x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	MADEIRA COM VERNIZ NATURAL E MAÇANETA EM AÇO INOX	8
P2	90x210 110x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA ESCADA DE EMERGÊNCIA	PORTA DE ABRIR METÁLICA EM VENEZIANA	48
P3	90x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER VENEZIANA	11
P4	150x210 100x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX	11
P5	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA DE ABRIR EM BLINDEX	5
P6	140x210 180x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	3
P7	140x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	2
P8	180x280 250x280	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX COM UMA FOLHA FIXA	3
P9	190x210	PORTÃO DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO-LIXEIRA E GAS	2
P10	60x150	PORTÃO DE ABRIR/BANDEIRA	PORTÃO METÁLICO COM TELA PARA VENTILAÇÃO CANIL	4
P11	280x285	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS	PORTA DE CORRER BLINDEX 2 FOLHAS FIXAS	2
P12	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA CORTA FOGO	6
P13	310x295	PORTA DE CORRER 3 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	1
P14	200x215 210x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	7
P15	250x295 280x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	24



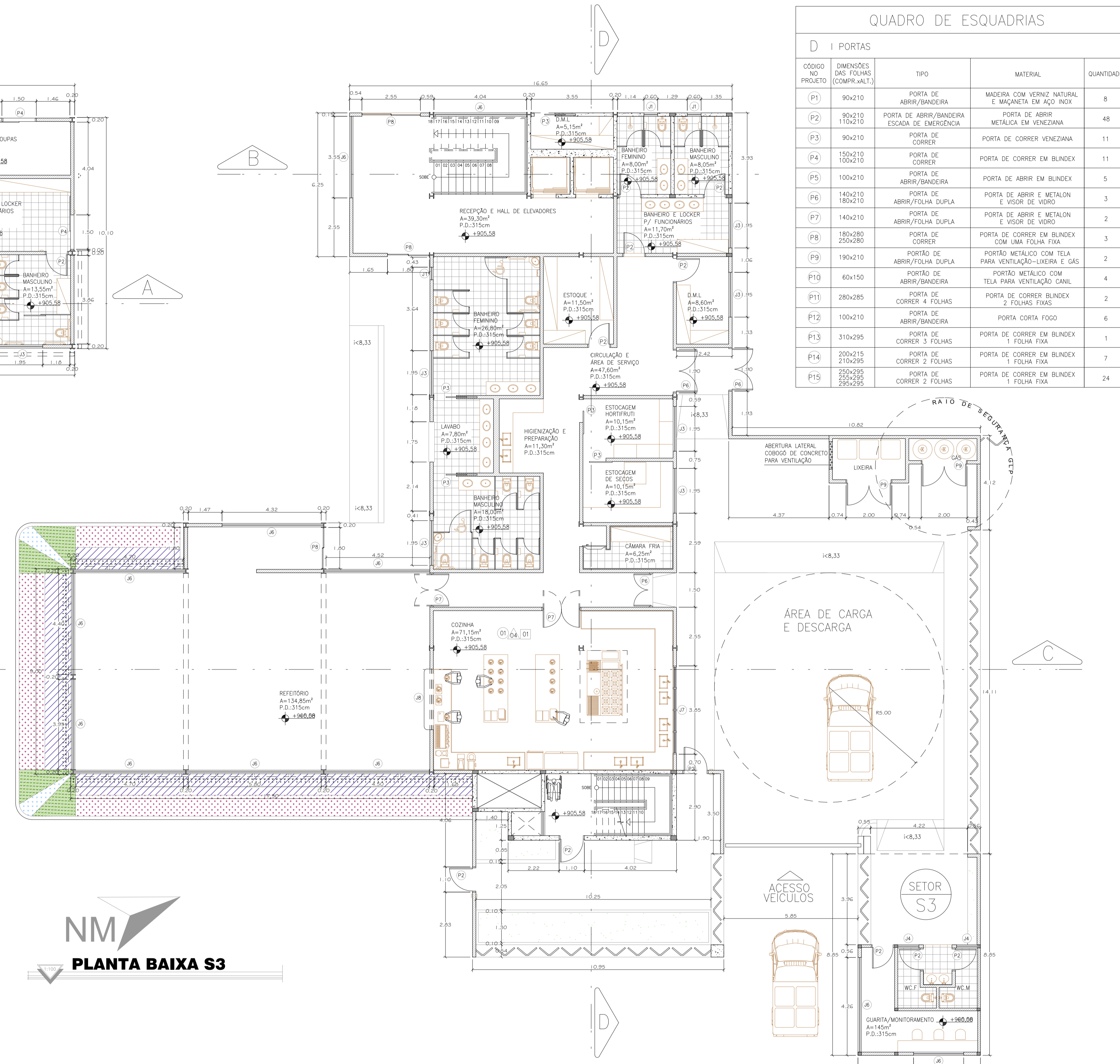
PLANTA BAIXA S1



PLANTA BAIXA S2



PLANTA BAIXA S3



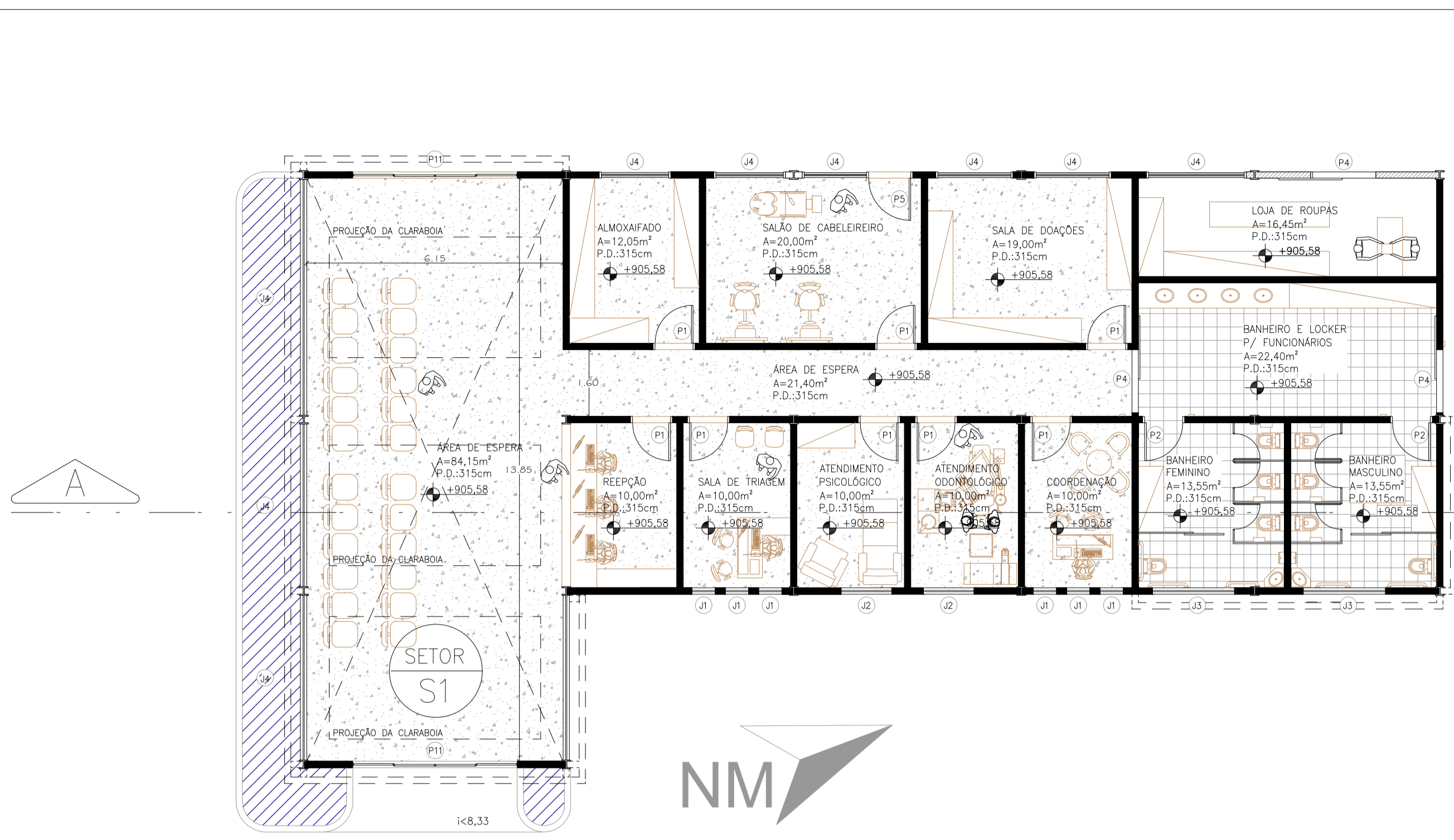
PLANTA BAIXA S3

QUADRO DE ESQUADRIAS				
E JANELAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.xALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
J1	60x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	13
J2	100x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	2
J3	180x70/180	2 FOLHAS BASCULANTE	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	29
J4	-	-	MEDIDAS DIVERSAS, REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	20
J5	-	-	MEDIDAS DIVERSAS, REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	3
J6	600x290/315	4 FOLHAS FIXAS	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	16
J7	400x200/100	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	1
J8	200x150/100	GUILHOTINA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	1

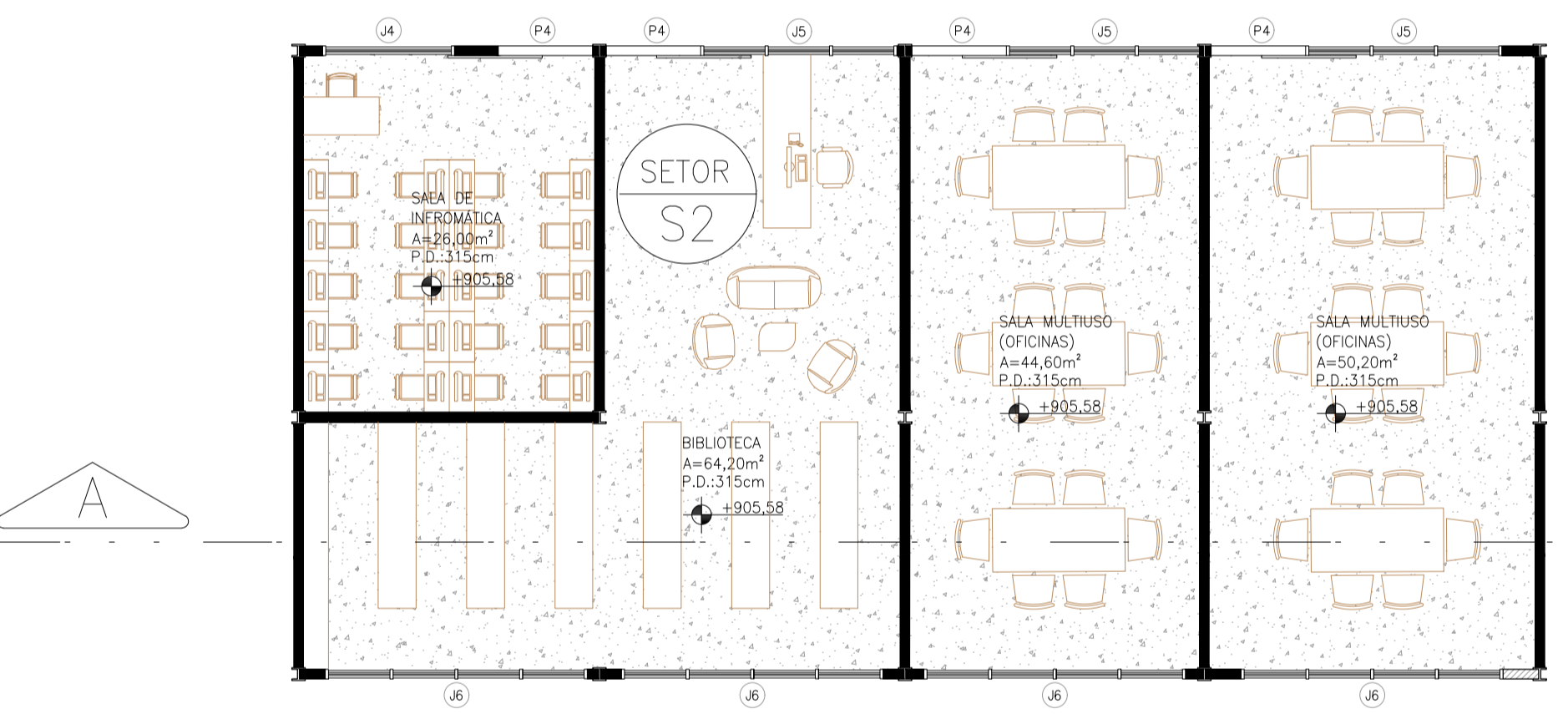
QUADRO DE SETORES	
SETOR	TIPO
SETOR S1	ADMINISTRATIVO
SETOR S2	PROFISSIONALIZANTE
SETOR S3	SERVIÇOS
SETOR S4	HABITACIONAL

QUADRO DE ESQUADRIAS	
F VEDAÇÕES	TIPO
GRA	PAREDE EXTERNA EM CONCRETO E TIJULO REQUEIMADO APARENTE
DWA	DRYWALL COM TRATAMENTO ACÚSTICO (LÂ DE VIDRO), VEDAÇÃO COM GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRÍLICA NA COR BRANCA
DWH	DRYWALL COM VEDAÇÃO DE GESSO ACARTONADO A PROVA DE ÁGUA (PAREDE HIDRÁULICA)
GRA	DIVISÓRIA DE GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

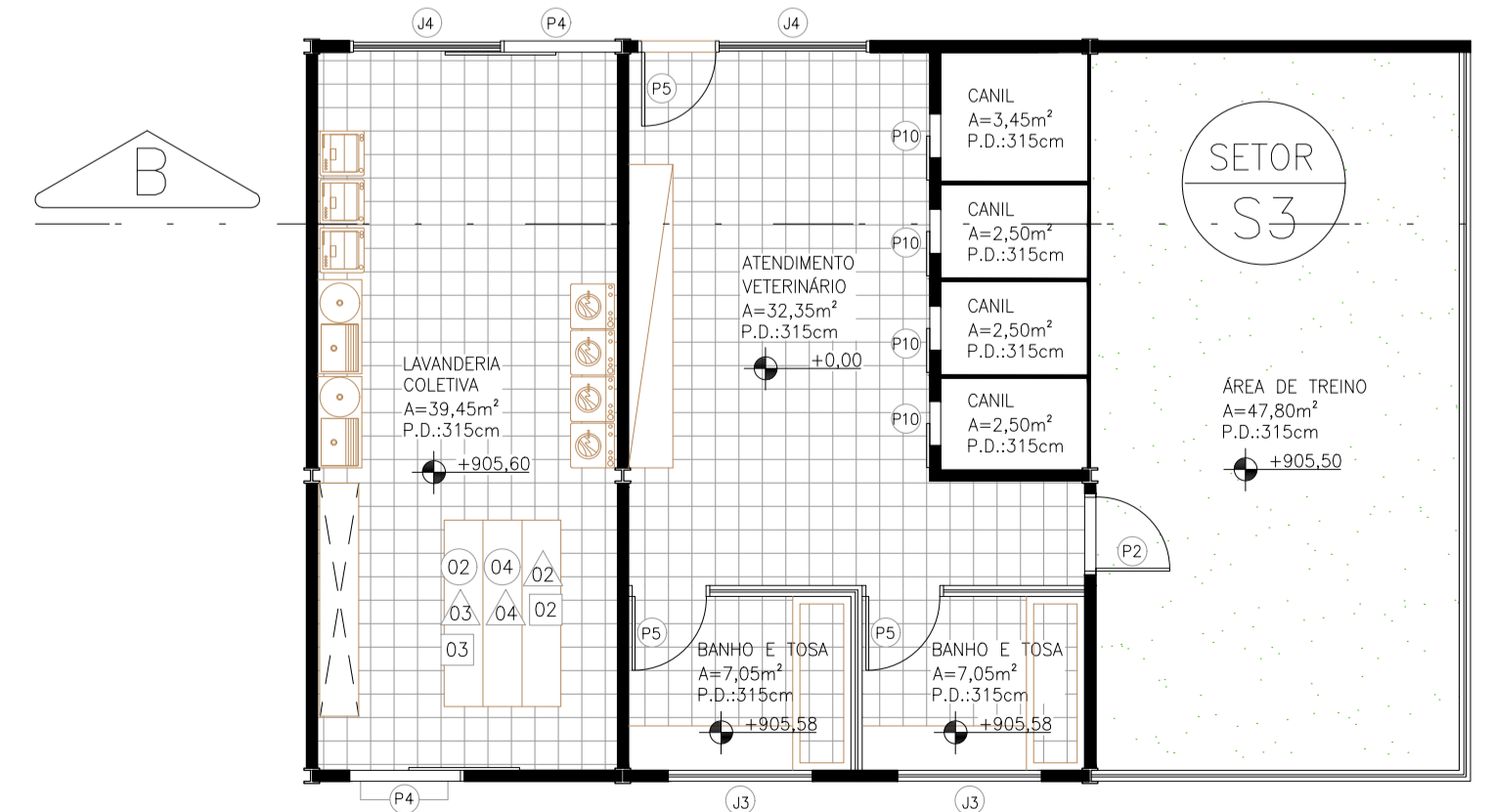
DATA: 21/06/2021
 CATAPSR
 PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA-MG
 ALUNO: GABRIEL FERREIRA
 ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA
 CONTEÚDO: PLANTA BAIXA DOS SETORES (VER QUADRO DE SETORES)
 ESCALAS: INDICADAS
 PRANCHA: 05/12



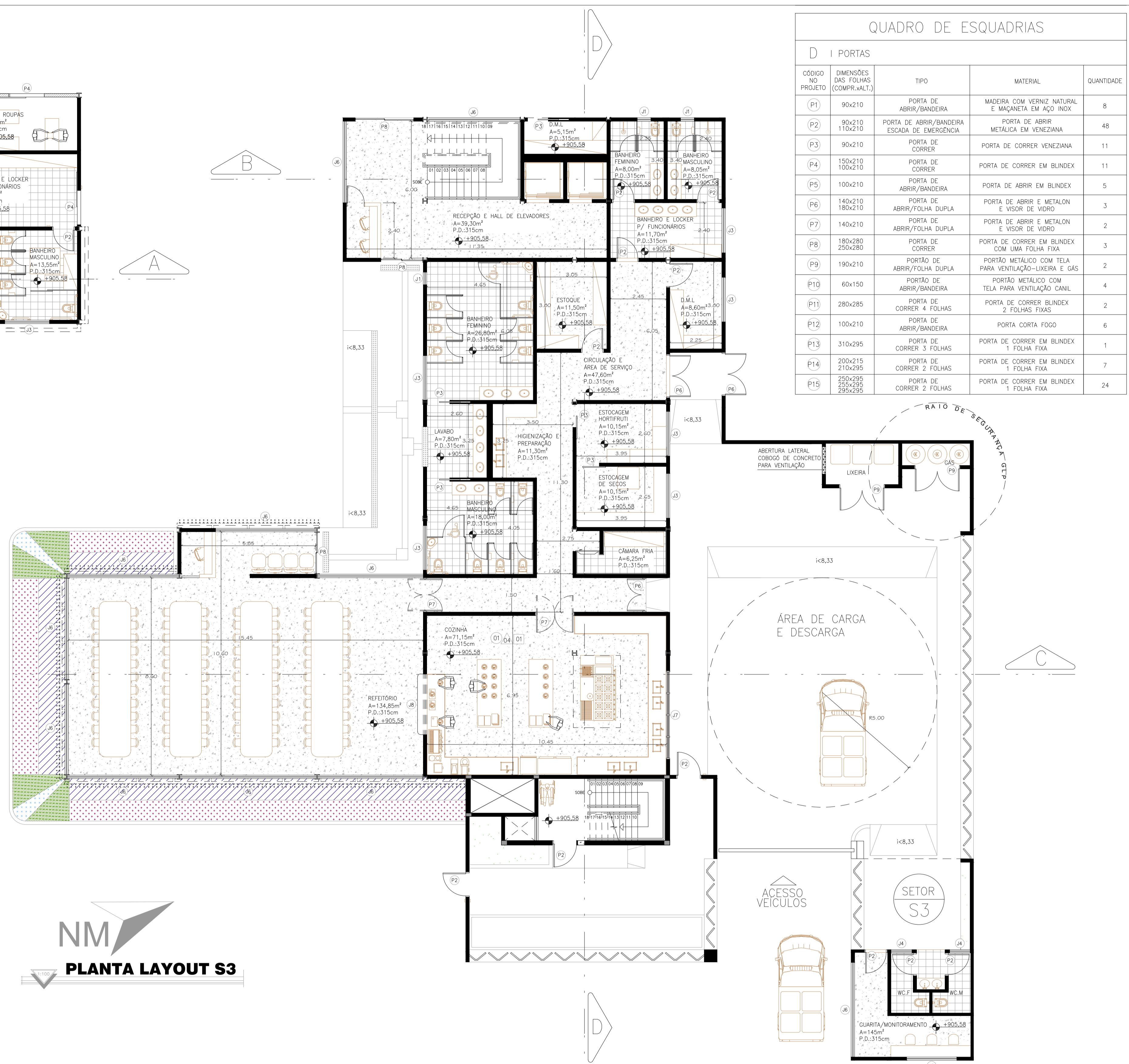
PLANTA LAYOUT S1



PLANTA LAYOUT S2



PLANTA LAYOUT S3



QUADRO DE ESQUADRIAS				
D PORTAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.xALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	90x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	MADEIRA COM VERNIZ NATURAL E MAÇANETA EM AÇO INOX	8
P2	90x210 110x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA ESCADA DE EMERGÊNCIA	PORTA DE ABRIR METÁLICA EM VENEZIANA	48
P3	90x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER VENEZIANA	11
P4	150x210 100x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX	11
P5	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA DE ABRIR EM BLINDEX	5
P6	140x210 180x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	3
P7	140x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	2
P8	180x280 250x280	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX COM UMA FOLHA FIXA	3
P9	190x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA METÁLICA COM TELA PARA VENTILAÇÃO-LIXEIRA E GAS	2
P10	60x150	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA METÁLICA COM TELA PARA VENTILAÇÃO CANIL	4
P11	280x285	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS	PORTA DE CORRER BLINDEX 2 FOLHAS FIXAS	2
P12	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA CORTA FOGO	6
P13	310x295	PORTA DE CORRER 3 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	1
P14	200x215 210x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	7
P15	250x295 250x295 295x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	24

QUADRO DE ESQUADRIAS				
E JANELAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.xALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
J1	60x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	13
J2	100x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	2
J3	180x70/180	2 FOLHAS BASCULANTE	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	29
J4	-	-	MEDIDAS DIVERSAS, REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	20
J5	-	-	MEDIDAS DIVERSAS, REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	3
J6	600x290/315	4 FOLHAS FIXAS	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	16
J7	400x200/100	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	1
J8	200x150/100	QUILHOTINA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	1

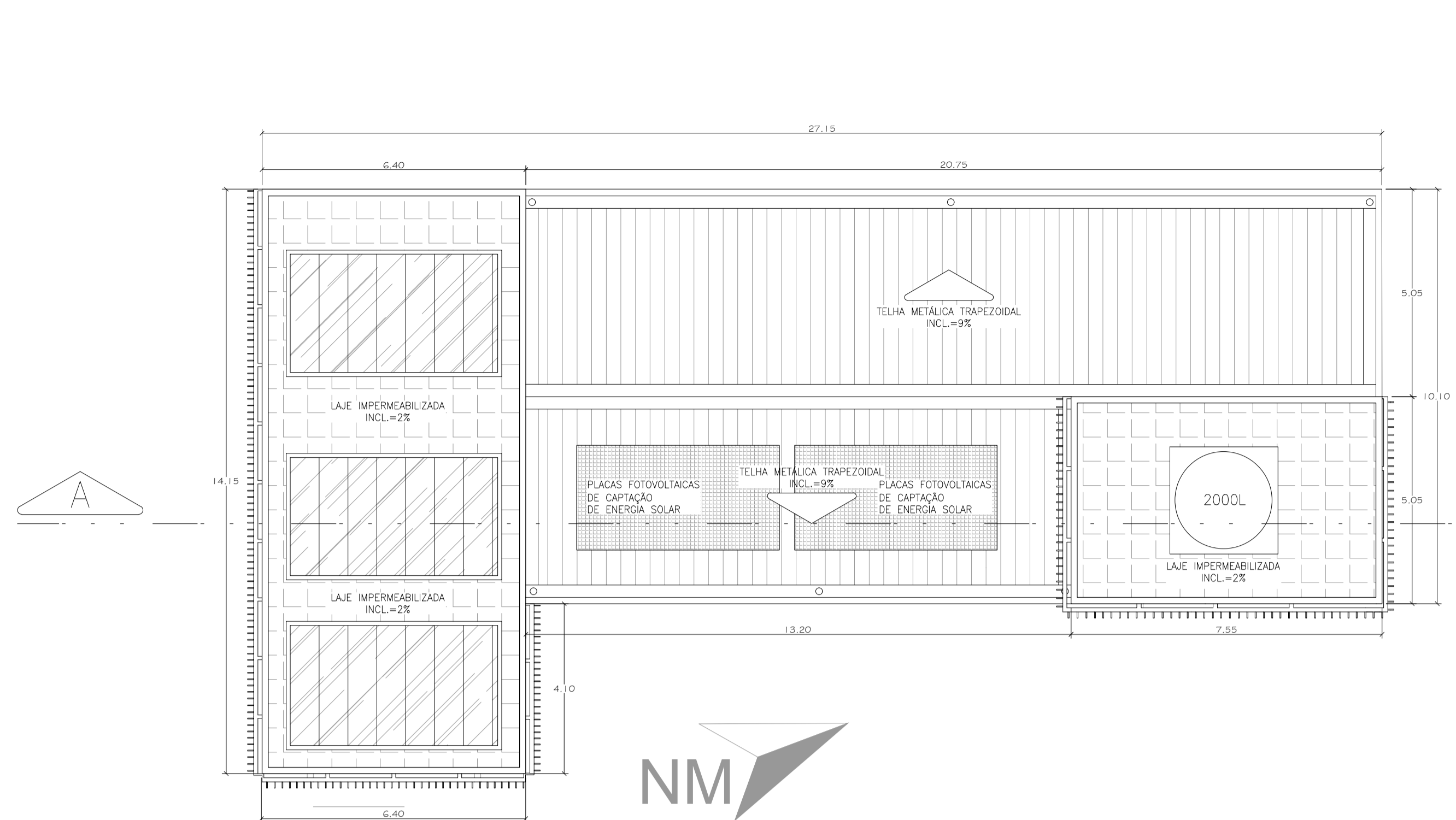
QUADRO DE SETORES	
SETOR	TIPO
SETOR S1	ADMINISTRATIVO
SETOR S2	PROFISSIONALIZANTE
SETOR S3	SERVIÇOS
SETOR S4	HABITACIONAL

QUADRO DE ESQUADRIAS	
F VEDAÇÕES	TIPO
[Symbol]	PAREDE EXTERNA EM CONCRETO E TIJOLO REQUEIMADO APARENTE
[Symbol]	DRYWALL COM TRATAMENTO ACÚSTICO (LÂ DE VIDRO), VEDAÇÃO COM GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRÍLICA NA COR BRANCA
[Symbol]	DRYWALL COM VEDAÇÃO DE GESSO ACARTONADO A PROVA DE ÁGUA (PAREDE HIDRÁULICA)
[Symbol]	DIVISÓRIA DE GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

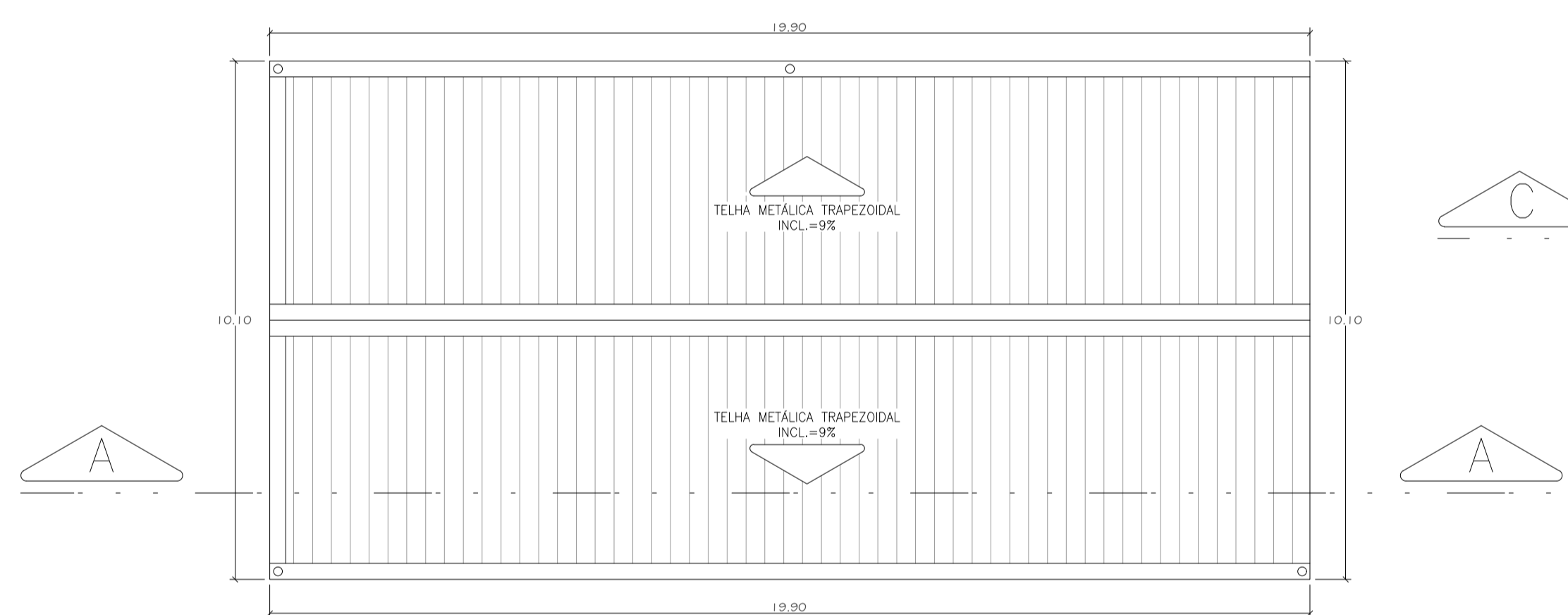
DATA
21/06/2021
CATAPSR

PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA-MG
ALUNO: GABRIEL FERREIRA
ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA
CONTEÚDO: PLANTA DE LAYOUT (VER QUADRO DE SETORES)
ESCALAS: INDICADAS

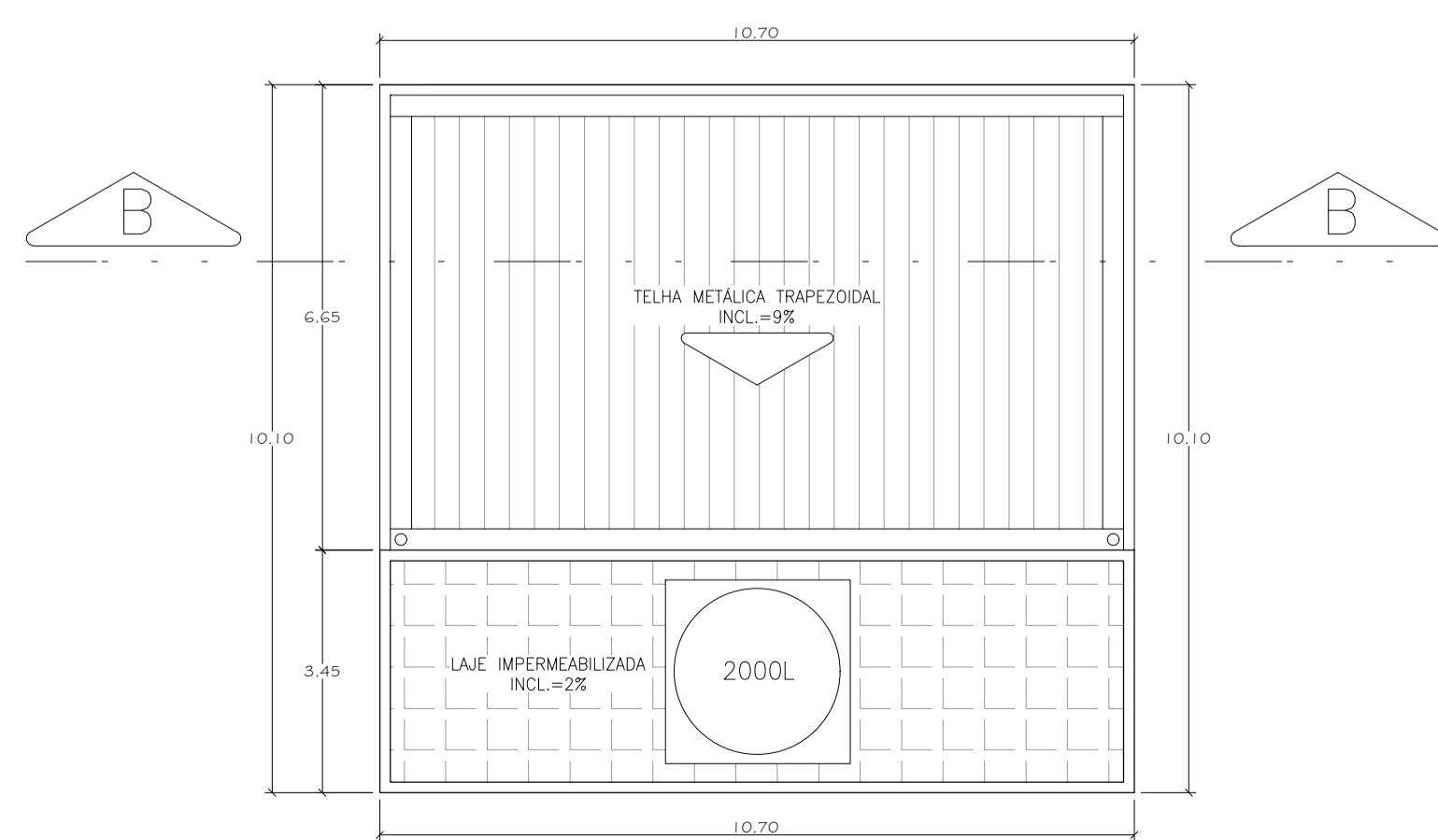
PRANCHA
06/12



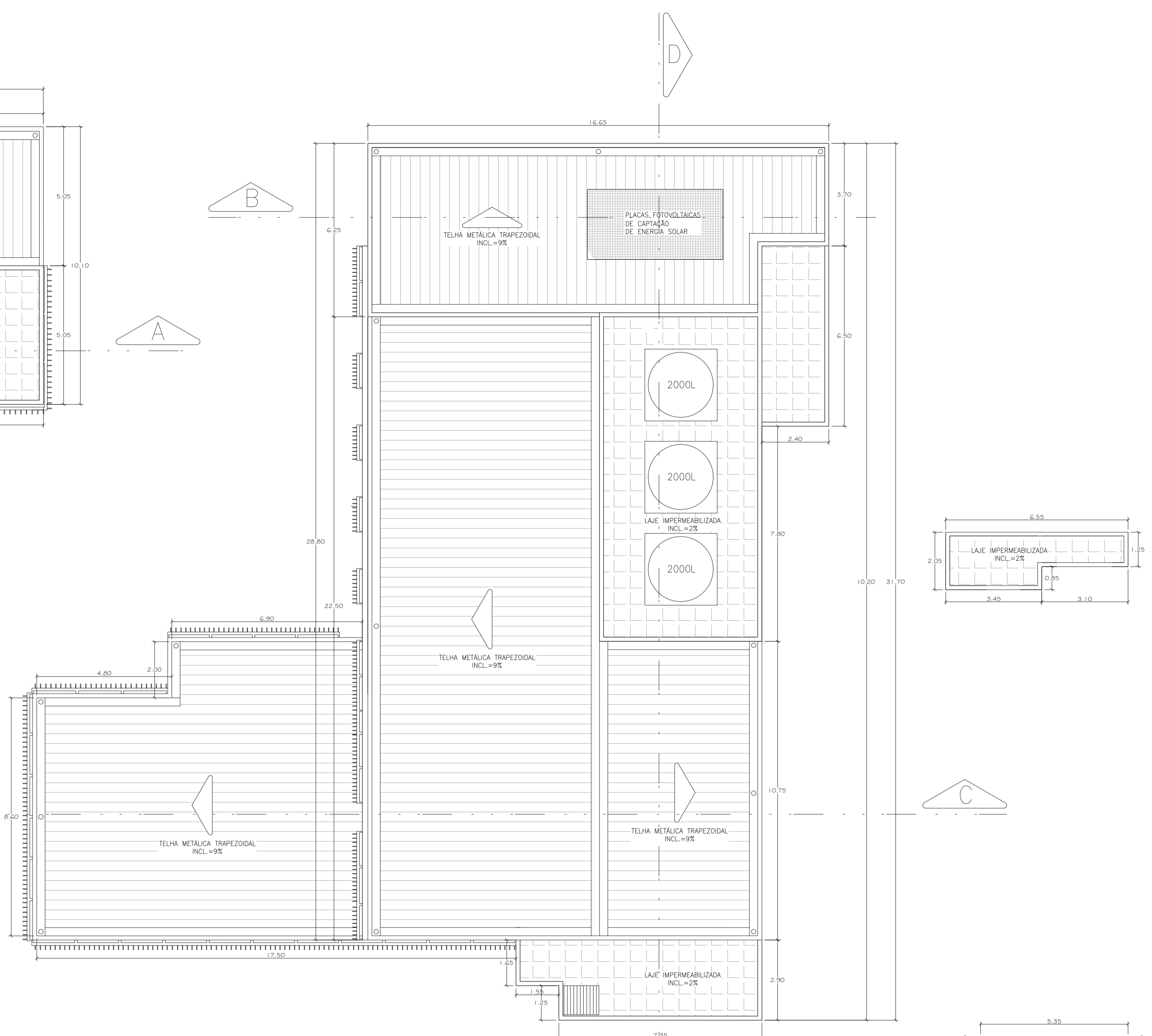
COBERTURA



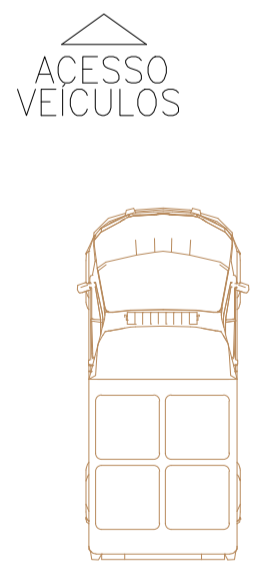
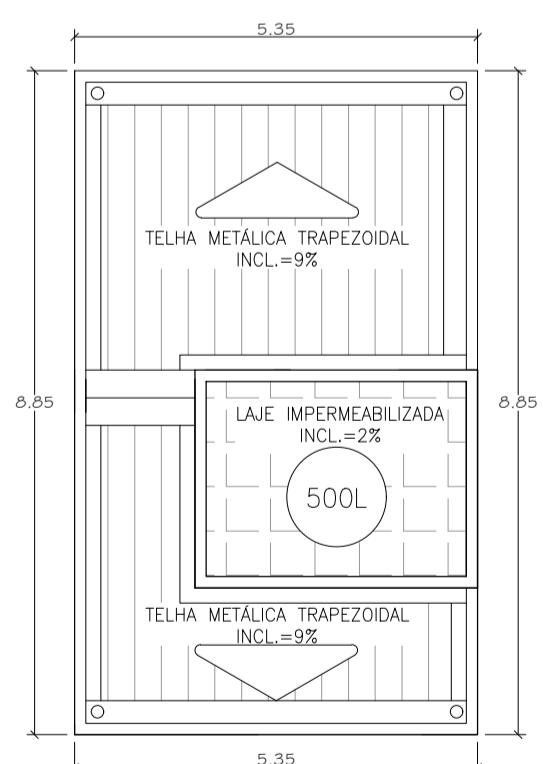
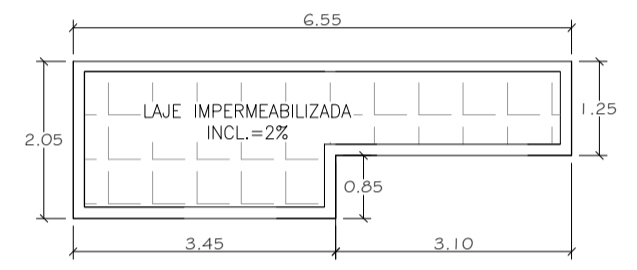
COBERTURA



PLANTA LAYOUT S3

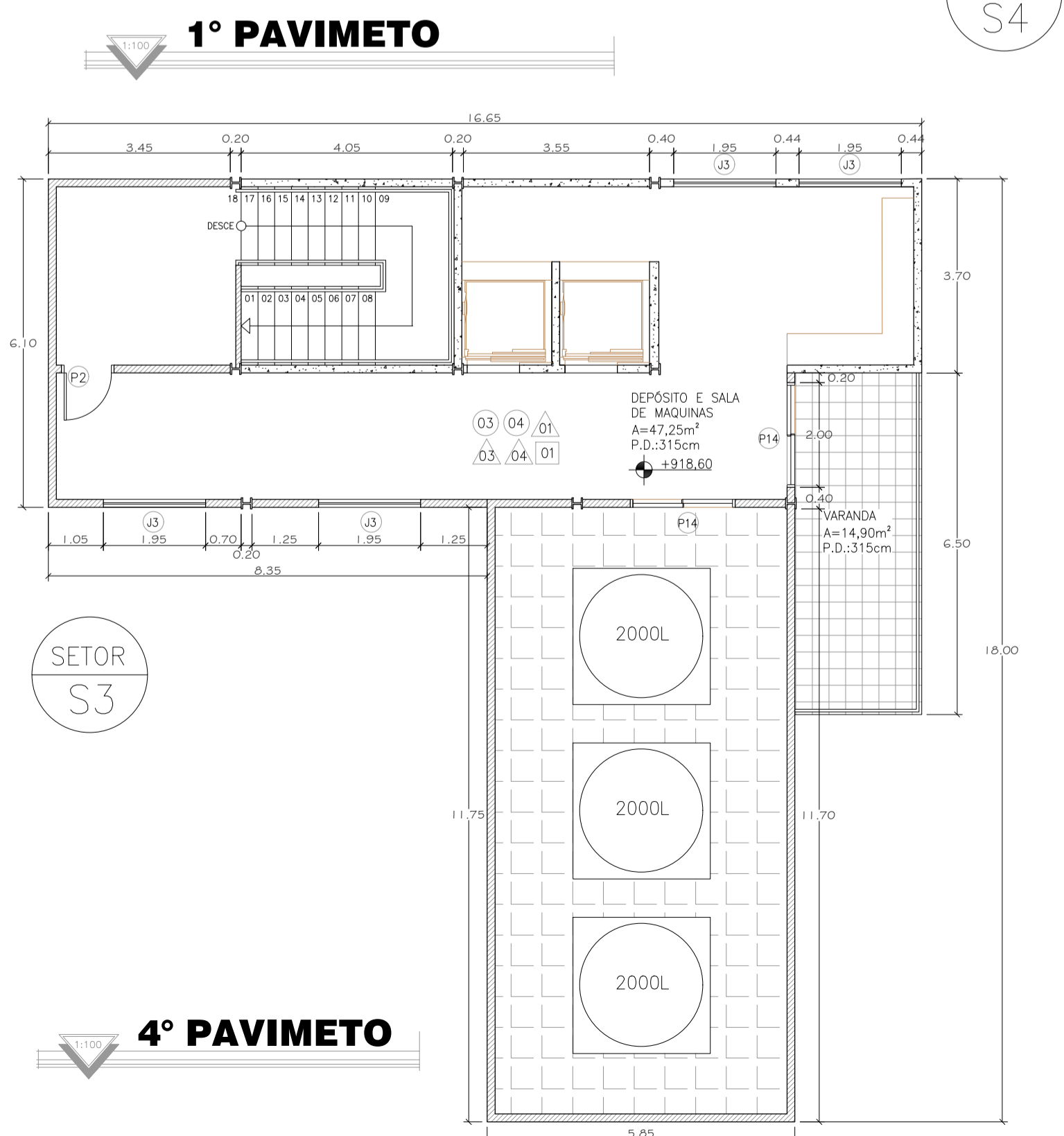
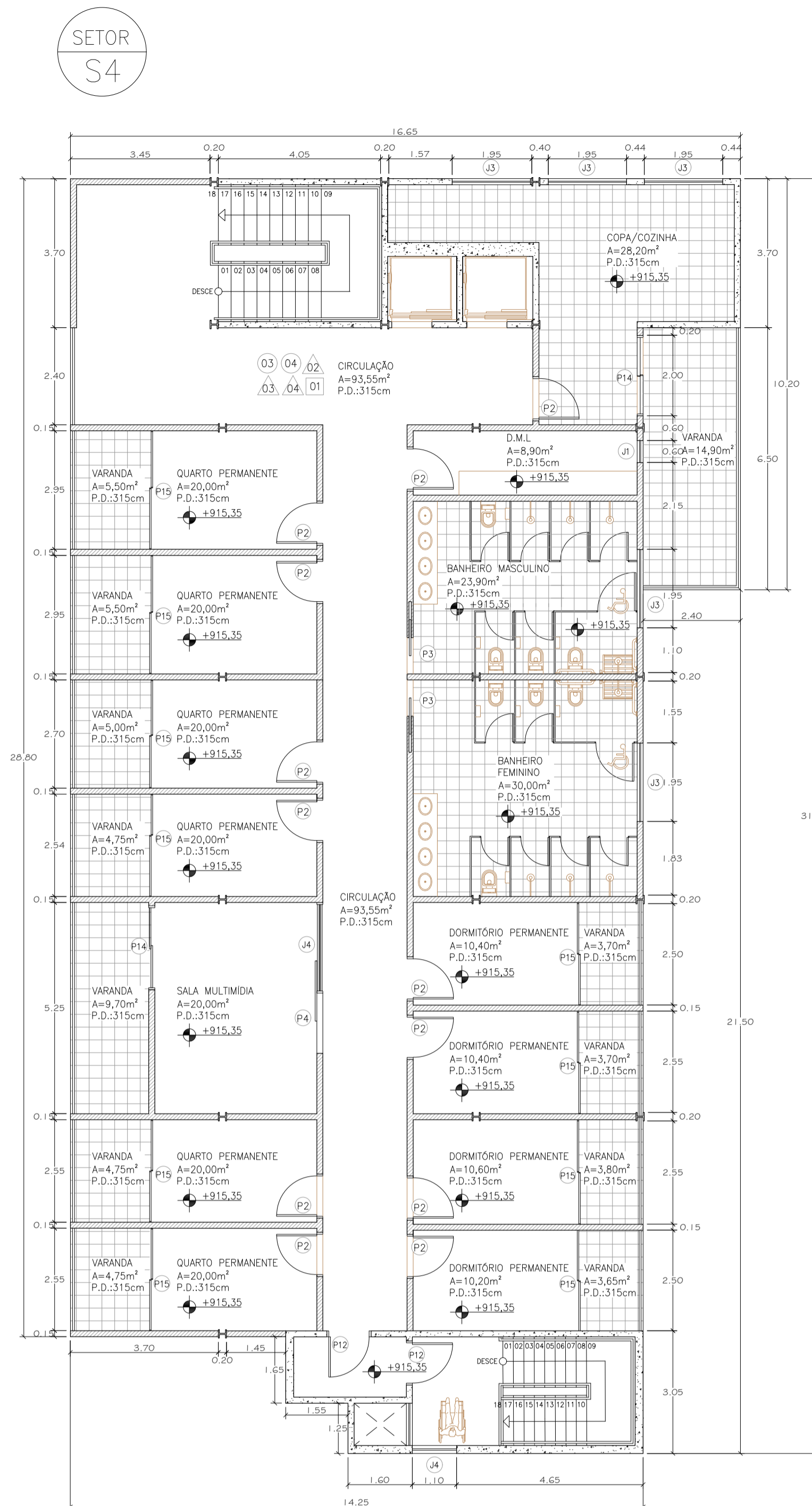
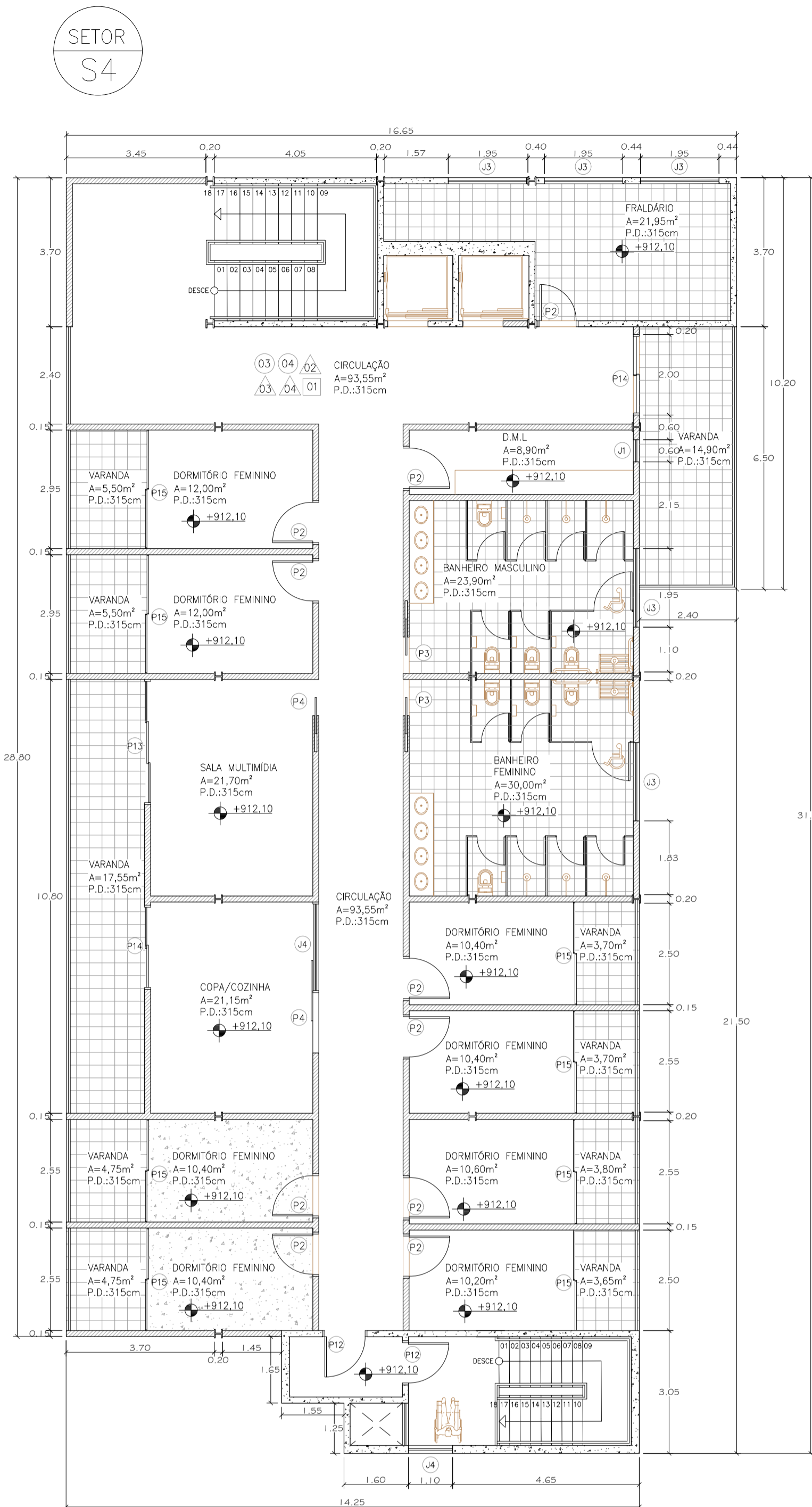
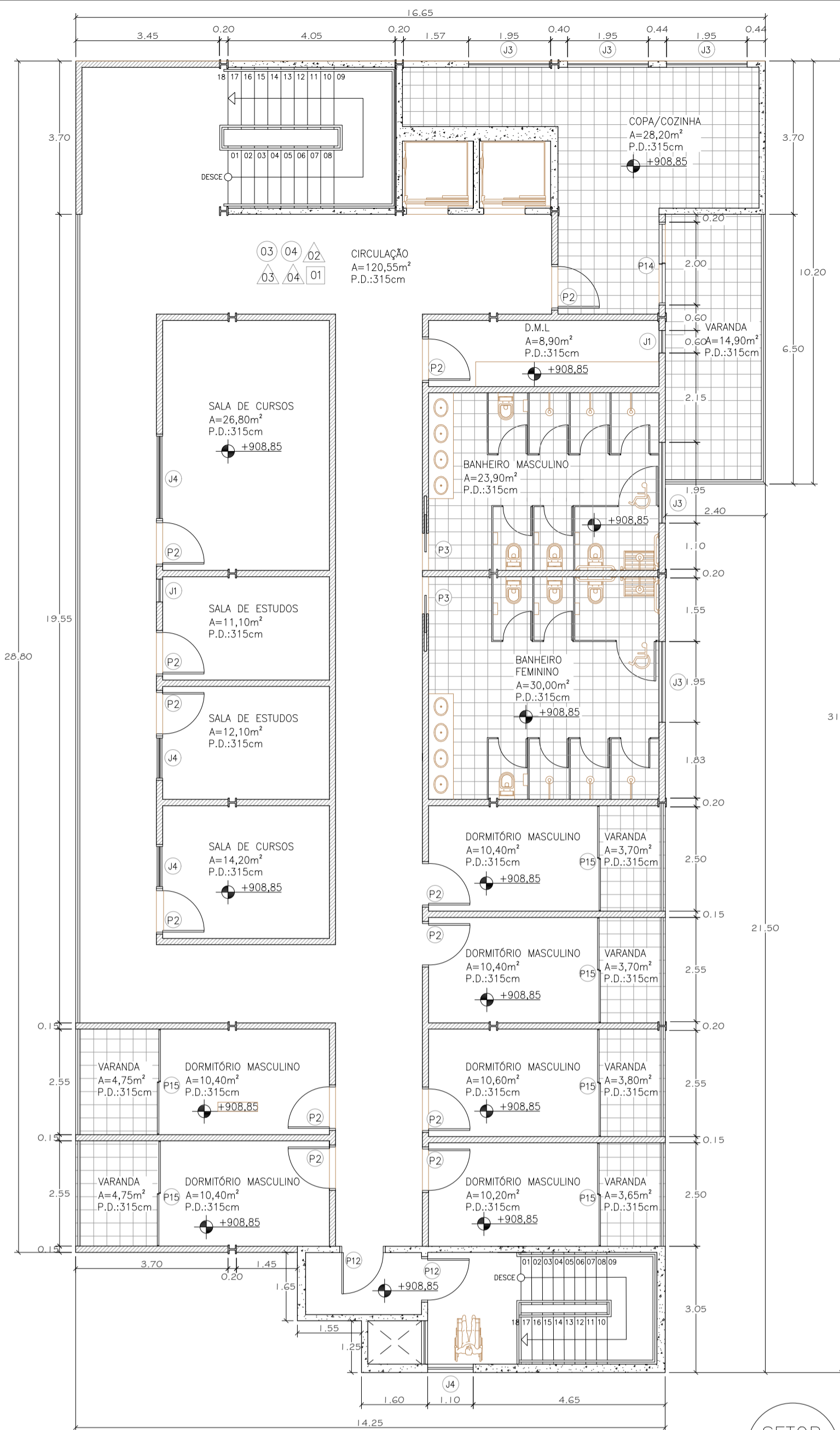


COBERTURA



QUADRO DE ÁREAS		
H I INDICES URBANÍSTICOS		
	PERMITIDO	ADOTADO NO PROJETO
TAXA DE OCUPAÇÃO		4825M ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	70%=3377,50M ²	24,71%=1192,44M ²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-	1,74
ÁREA PERMEÁVEL	≤0,9 (mínimo 10% do lote)	≤0,75 (24,39M ²)
AFASTAMENTO FRONTAL	5m	16,20m e 14m
AFASTAMENTO LATERAL E DE FUNDO	3m	5,95m e 7,90m
ÁREA PAVIMENTO TERREO	1416,25M ²	1416,25M ²
ÁREA 1ª, 2ª E 3ª PAVIMENTO	445,01M ²	420,05X3=1260,15M ²
ÁREA 4ª PAVIMENTO	84,45M ²	84,45M ²
ÁREA TOTAL CONSTRUIDA		2760,85M ²

DATA 21/06/2021 CATAPSR	PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA–MG	PRANCHA 07/12
	ALUNO: GABRIEL FERREIRA ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA CONTEÚDO: COBERTURA ESCALAS: INDICADAS	



QUADRO DE ÁREAS

H ÍNDICES URBANÍSTICOS	
PERMITIDO	ADOTADO NO PROJETO
TAXA DE OCUPAÇÃO	4825M²
TAXA DE OCUPAÇÃO	70%=3377,50M² / 24,71%=1192,44M²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	1,74
ÁREA PERMEÁVEL	≤0,9 (mínimo 10% do lote) / ≤0,75 (24,39M²)
AFASTAMENTO FRONTAL	5m / 16,20m e 14m
AFASTAMENTO LATERAL E DE FUNDO	3m / 5,95m e 7,90m
ÁREA PAVIMENTO TERREO	1416,25M² / 1416,25M²
ÁREA 1º, 2º E 3º PAVIMENTO	445,01M² / 420,05x3=1260,15M²
ÁREA 4º PAVIMENTO	84,45M² / 84,45M²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2760,85M²

QUADRO DE SETORES

G VEDAÇÕES	
SETOR S1	ADMINISTRATIVO
SETOR S2	PROFISSIONALIZANTE
SETOR S3	SERVIÇOS
SETOR S4	HABITACIONAL

QUADRO DE ESQUADRIAS

F VEDAÇÕES	
[Hatched Pattern]	FADE EXTERNA EM CONCRETO E TIJOLO REQUEIMADO APARENTE
[Dotted Pattern]	DRYWALL COM TRATAMENTO ACÚSTICO (L.A. DE VIDRO), VEDAÇÃO COM GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRILICA NA COR BRANCA
[Horizontal Lines]	DWH1 DRYWALL COM VEDAÇÃO DE GESSO ACARTONADO A PROVA DE ÁGUA (PAREDE HIDRAULICA)
[Vertical Lines]	GRA DIVISÓRIA DE GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

QUADRO DE ACABAMTOS

A PISO	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PISO RESINADO A BASE DE URETANO DA LINHA ENDURIT A.N, AUTONIVELANTE E IMPERMEÁVEL, PARA APLICAÇÃO EM ÚNICA CAMADA, COM ACABAMENTO LISO NA COR CINZA CLARO
02	PORCELANATO 60X60cm COM ACABAMENTO FOSCO, NA COR CIMENTO QUEIMADO
03	GRANILITE POLIDO NA COR CINZA CLARO
04	SOLEIRA EM GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

B | PREDES

B PREDES	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	CONCRETO APARENTE
02	GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRILICA NA COR BRANCA
03	PINTURA ACRILICA INTERNA NA COR BRANCA E BRISE DE METALON MÓDULOS COM 415X130cm EXTERNO E NA COR PRETO FOSCO
04	VEDAÇÃO EXTERNA COM TIJOLOS REQUEIMADOS

C | TETO

C TETO	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PAINEL MODULAR ACOUSTIC QUADRO (MEDIDAS DE ACORDO COM OS DORMITÓRIOS), DE FIBRA MINERAL, 87DE REFLEXÃO LUMINOSA, ANTI MOFO E MANCHAS, COR BRANCA
02	GESSO ACARTONADO MONOLÍTICO E PINTURA BRANCA
03	GESSO ACARTONADO MODULADO COM PELICULA VINILICA

QUADRO DE ESQUADRIAS

D PORTAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.XALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	90x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	MADERA COM VERNIZ NATURAL E MAÇANETA EM AÇO INOX	8
P2	90x210 / 110x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA ESCADA DE EMERGÊNCIA	PORTA DE ABRIR METÁLICA EM VENEZIANA	48
P3	90x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER VENEZIANA	11
P4	150x210 / 100x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX	11
P5	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA DE ABRIR EM BLINDEX	5
P6	140x210 / 180x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	3
P7	140x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	2
P8	180x280 / 250x280	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX COM UMA FOLHA FIXA	3
P9	190x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA METÁLICA COM TELA PARA VENTILAÇÃO-LIXEIRA E GAS	2
P10	60x150	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA METÁLICA COM TELA PARA VENTILAÇÃO CANIL	4
P11	280x285	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS	PORTA DE CORRER BLINDEX 2 FOLHAS FIXAS	2
P12	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA CORTA FOGO	6
P13	310x295	PORTA DE CORRER 3 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	1
P14	200x215 / 210x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	7
P15	250x295 / 255x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	24

QUADRO DE ESQUADRIAS

E JANELAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.XALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
J1	60x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	13
J2	100x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	2
J3	180x70/180	2 FOLHAS BASCULANTE	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	29
J4	-	-	MEDIDAS DIVERSAS REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	20
J5	-	-	MEDIDAS DIVERSAS REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	3
J6	600x290/315	4 FOLHAS FIXAS	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	16
J7	400x200/100	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	1
J8	200x150/100	GUILHOTINA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	1

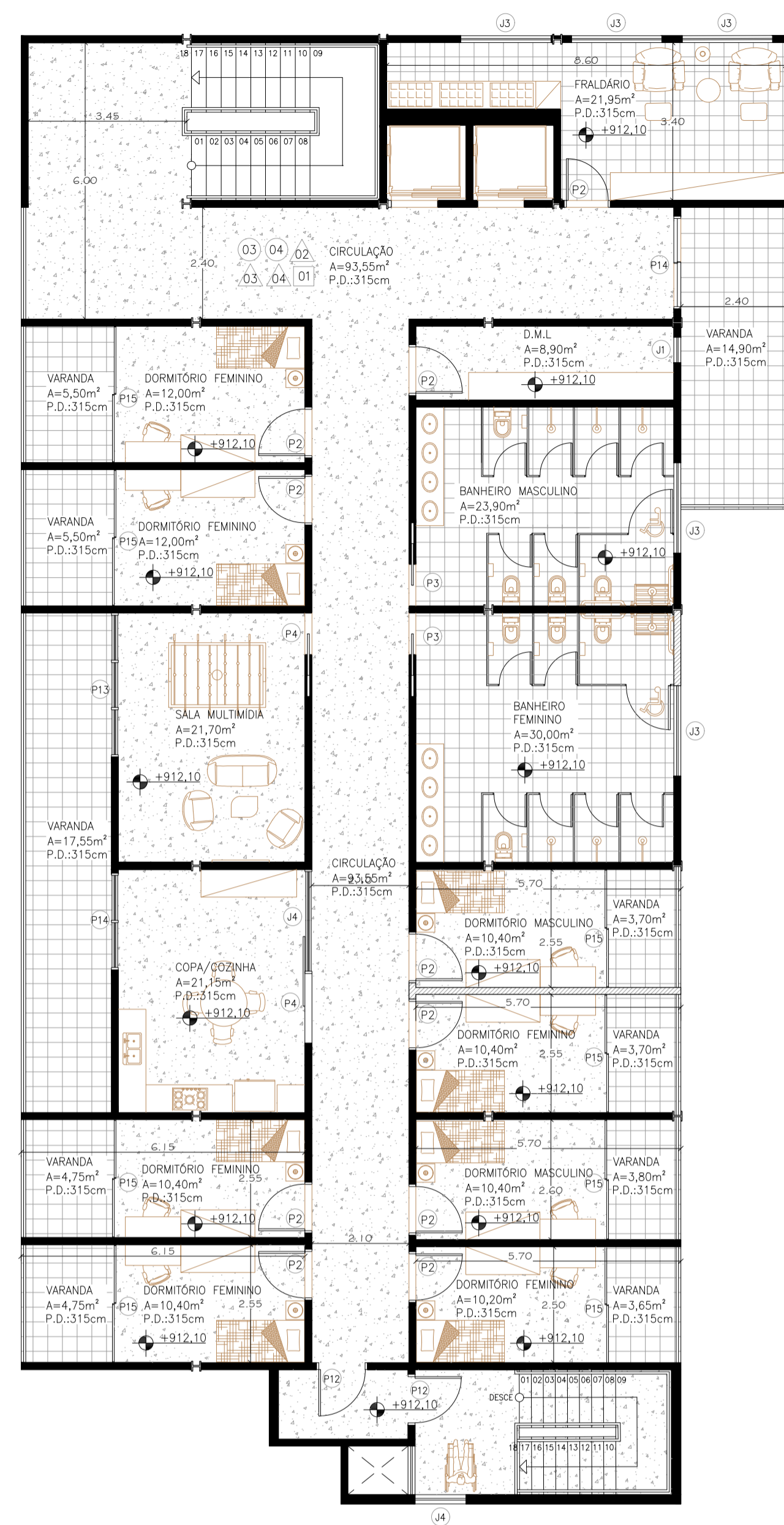
DATA
21/06/2021
CATAPSR

PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA–MG
ALUNO: GABRIEL FERREIRA
ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA
CONTEÚDO: PLANTA BAIXA DOS PAVIMENTOS
ESCALAS: INDICADAS

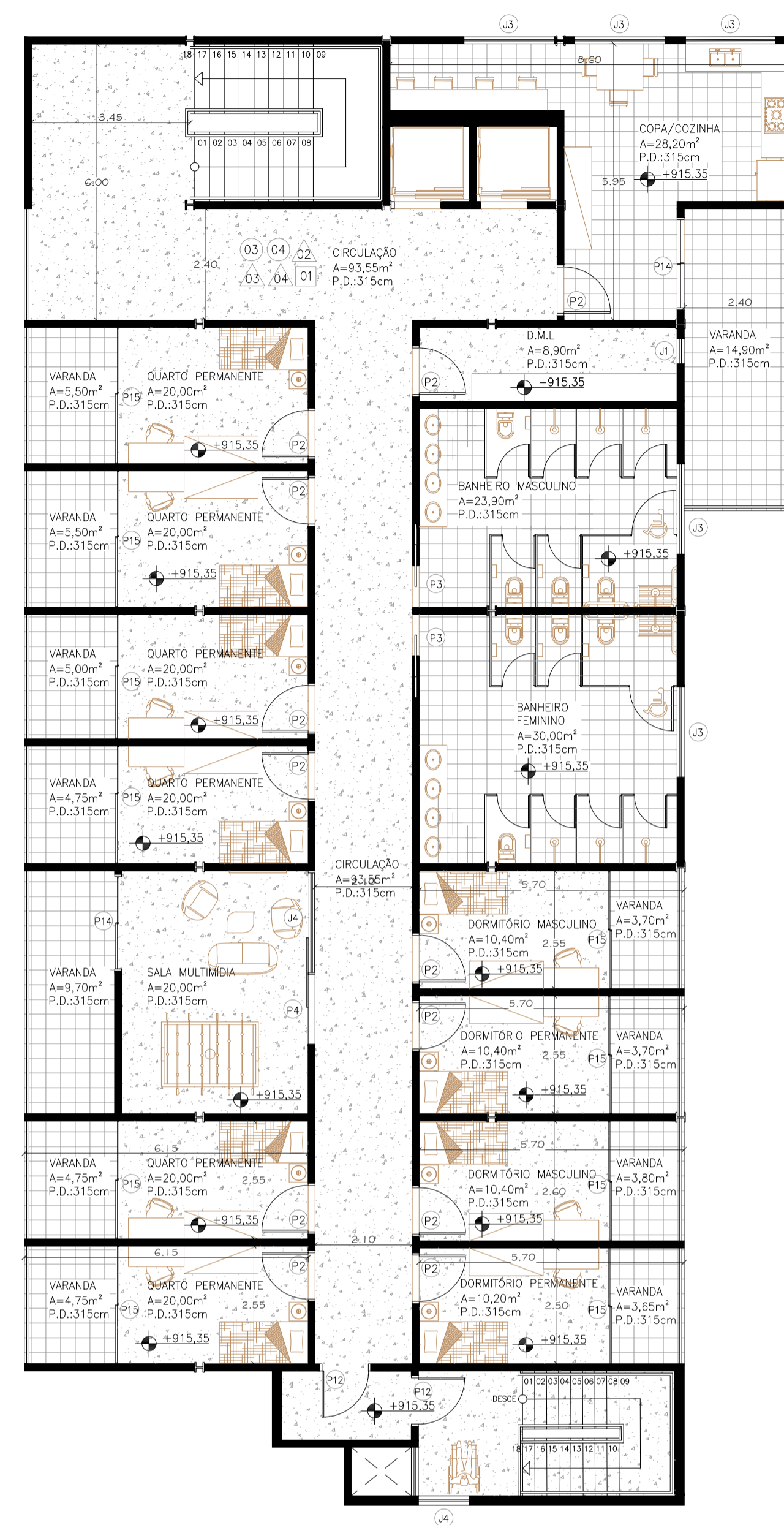
PRANCHA
08/12



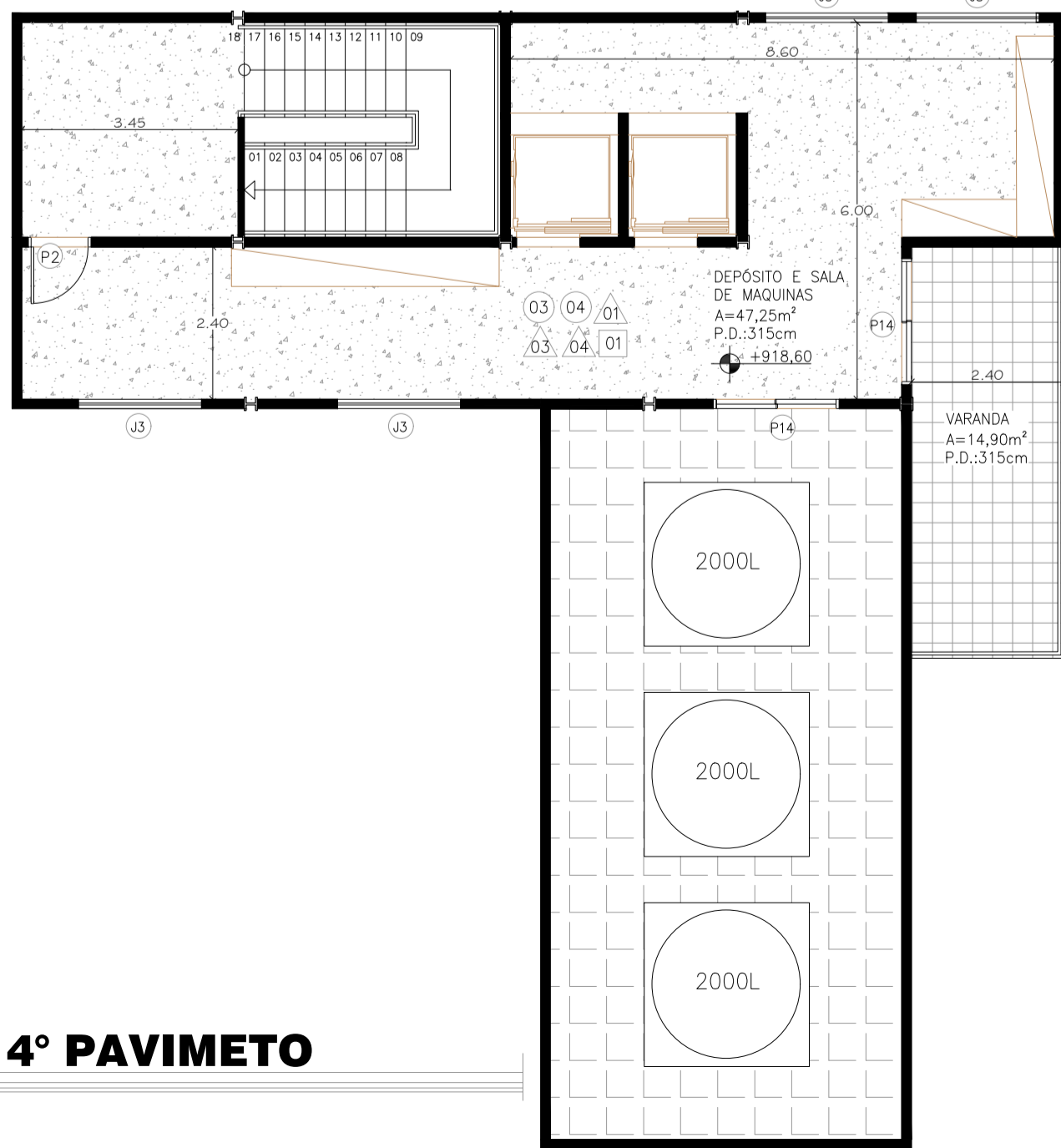
1º PAVIMENTO LAYOUT



2º PAVIMENTO LAYOUT



3º PAVIMENTO LAYOUT



4º PAVIMENTO

QUADRO DE ÁREAS		
H I ÍNDICES URBANÍSTICOS		
	PERMITIDO	ADOTADO NO PROJETO
TAXA DE OCUPAÇÃO		4825M ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	70%=3377,50M ²	24,71%=1192,44M ²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-	1,74
ÁREA PERMEÁVEL	≤0,9 (mínimo 10% do lote)	≤0,75 (24,39M ²)
AFASTAMENTO FRONTAL	5m	16,20m e 14m
AFASTAMENTO LATERAL E DE FUNDO	3m	5,95m e 7,90m
ÁREA PAVIMENTO TERREO	1416,25M ²	1416,25M ²
ÁREA 1º, 2º E 3º PAVIMENTO	445,01M ²	420,05x3=1260,15M ²
ÁREA 4º PAVIMENTO	84,45M ²	84,45M ²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA		2760,85M ²

QUADRO DE SETORES	
G I VEDAÇÕES	
SETOR S1	ADMINISTRATIVO
SETOR S2	PROFISSIONALIZANTE
SETOR S3	SERVIÇOS
SETOR S4	HABITACIONAL

QUADRO DE ESQUADRIAS	
F I VEDAÇÕES	
[Symbol]	PARDE EXTERNA EM CONCRETO E TIJOLO REQUEIMADO APARENTE
[Symbol]	DRYWALL COM TRATAMENTO ACÚSTICO (L.A. DE VIDRO), VEDAÇÃO COM GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRILICA NA COR BRANCA
[Symbol]	DRYWALL COM VEDAÇÃO DE GESSO ACARTONADO A PROVA DE ÁGUA (PARDE HIDRAULICA)
[Symbol]	DIVISÓRIA DE GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

QUADRO DE ACABAMNTOS	
A I PISO	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PISO RESINADO A BASE DE URETOANO DA LINHA ENDURIT A.N. AUTONIVELANTE E IMPERMEÁVEL PARA APLICAÇÃO EM ÚNICA CAMADA, COM ACABAMENTO LISO NA COR CINZA CLARO
02	PORCELANATO 60x60cm COM ACABAMENTO FOSCO, NA COR CIMENTO QUEIMADO
03	GRANLITE POLIDO NA COR CINZA CLARO
04	SOLEIRA EM GRANITO PRETO SÃO GABRIEL

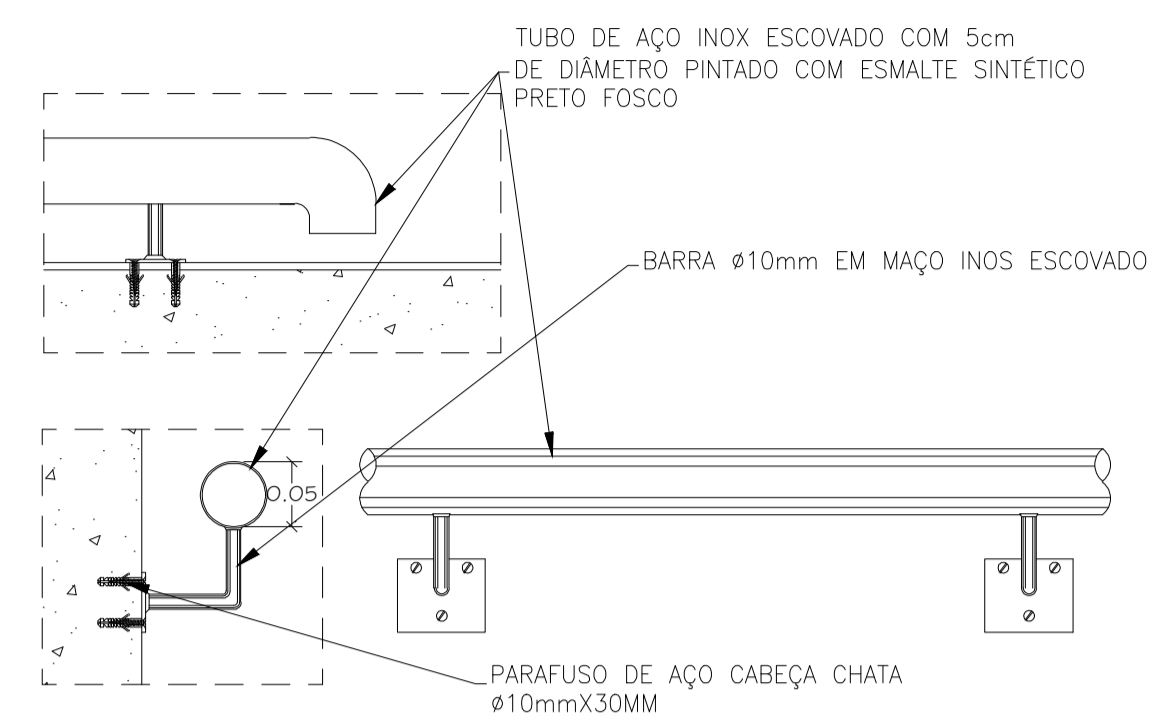
B I PREDAS	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	CONCRETO APARENTE
02	GESSO ACARTONADO E PINTURA ACRILICA NA COR BRANCA
03	PINTURA ACRILICA INTERNA NA COR BRANCA E BRISE DE METALON MÓDULOS COM 415X130cm EXTERNO E NA COR PRETO FOSCO
04	VEDAÇÃO EXTERNA COM TIJOLOS REQUEIMADOS

C I TETO	
CÓDIGO NO PROJETO	DESCRIÇÃO
01	PANEL MODULAR ACÚSTICO QUADRADO (MEDIDAS DE ACORDO COM OS DORMITÓRIOS), DE FIBRA MINERAL, 87% DE REFLEXÃO LUMINOSA, ANTI MOFO E MANCHAS, COR BRANCA
02	GESSO ACARTONADO MONOLÍTICO E PINTURA BRANCA
03	GESSO ACARTONADO MODULADO COM PELÍCULA VINILICA

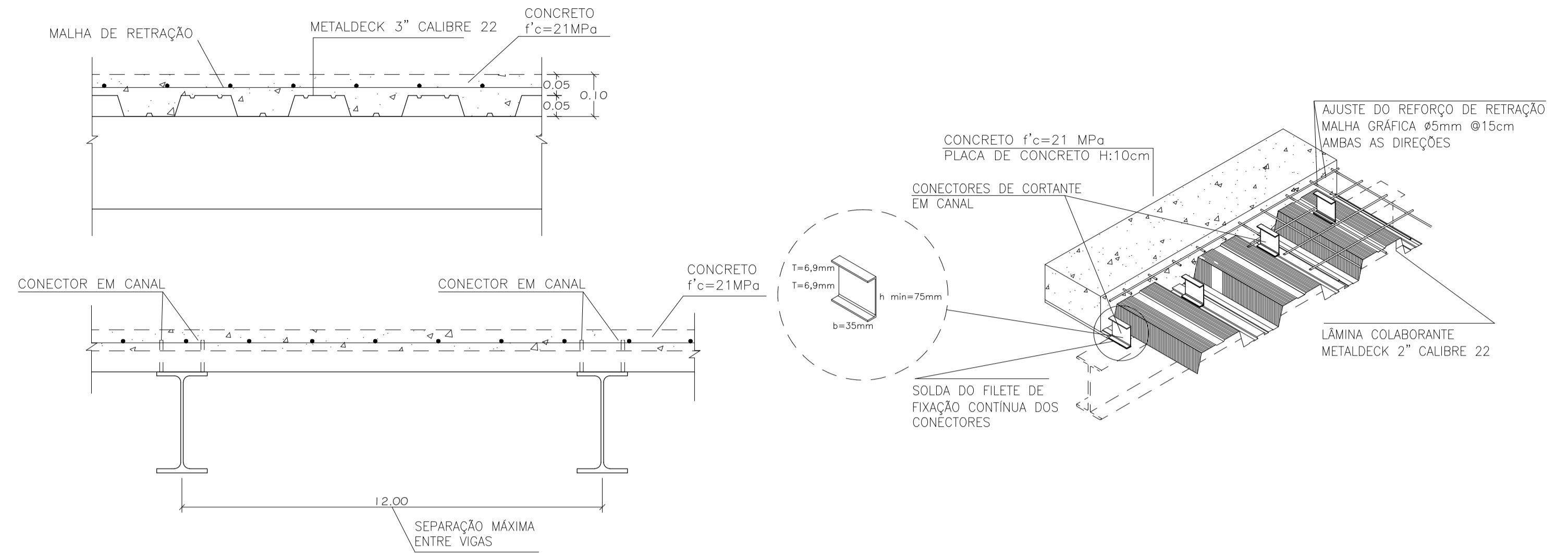
QUADRO DE ESQUADRIAS				
D I PORTAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.XALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	90x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	MADEIRA COM VERNIZ NATURAL E MAÇANETA EM AÇO INOX	8
P2	90x210 110x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA ESCADA DE EMERGÊNCIA	PORTA DE ABRIR METÁLICA EM VENEZIANA	48
P3	90x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER VENEZIANA	11
P4	150x210 100x210	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX	11
P5	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA DE ABRIR EM BLINDEX	5
P6	140x210 180x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	3
P7	140x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	2
P8	180x280 250x280	PORTA DE CORRER	PORTA DE CORRER EM BLINDEX COM UMA FOLHA FIXA	3
P9	190x210	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA METÁLICA COM TELA PARA VENTILAÇÃO-LIXEIRA E GAS	2
P10	60x150	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA METÁLICA COM TELA PARA VENTILAÇÃO CANIL	4
P11	280x285	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS	PORTA DE CORRER BLINDEX 2 FOLHAS FIXAS	2
P12	100x210	PORTA DE ABRIR/BANDEIRA	PORTA CORTA FOGO	6
P13	310x295	PORTA DE CORRER 3 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	1
P14	200x215 210x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	7
P15	250x295 295x295	PORTA DE CORRER 2 FOLHAS	PORTA DE CORRER EM BLINDEX 1 FOLHA FIXA	24

QUADRO DE ESQUADRIAS				
E I JANELAS				
CÓDIGO NO PROJETO	DIMENSÕES DAS FOLHAS (COMPR.XALT.)	TIPO	MATERIAL	QUANTIDADE
J1	60x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	13
J2	100x150/100	2 FOLHAS MAXIM-AR E 1 FOLHA FIXA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	2
J3	180x70/180	2 FOLHAS BASCULANTE	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	29
J4	-	-	MEDIDAS DIVERSAS, REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	20
J5	-	-	MEDIDAS DIVERSAS, REFERENTE AS ABERTURAS, DE CORRER 1,2,3 OU FOLHAS FIXAS 1,2,3 E 4	3
J6	600x290/315	4 FOLHAS FIXAS	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	16
J7	400x200/100	PORTA DE ABRIR/FOLHA DUPLA	PORTA DE ABRIR E METALON E VISOR DE VIDRO	1
J8	200x150/100	GUILHOTINA	VIDRO E METALON COM PINTURA NA COR PRETA	1

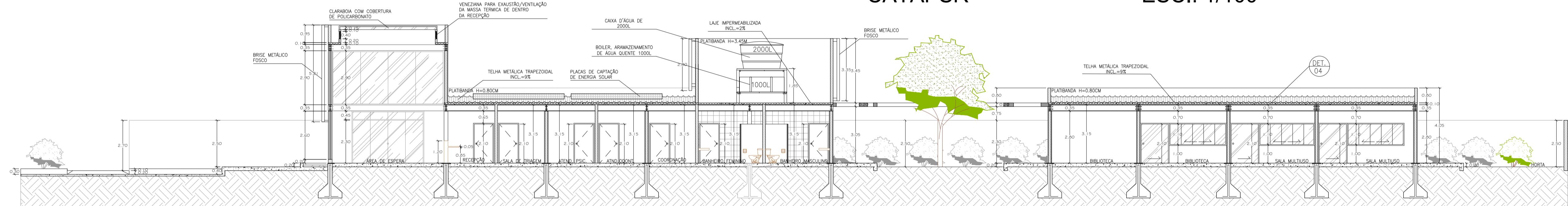
<p>DATA 21/06/2021</p> <p>CATAPSR</p>	<p>PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA–MG</p> <p>ALUNO: GABRIEL FERREIRA HENRIQUE MELO DE OLIVEIRA</p> <p>CONTEÚDO: PLANTA DE LAYOUT DOS PAVIMENTOS</p> <p>ESCALAS: INDICADAS</p>	<p>PRANCHA 09/12</p>
---	--	--------------------------



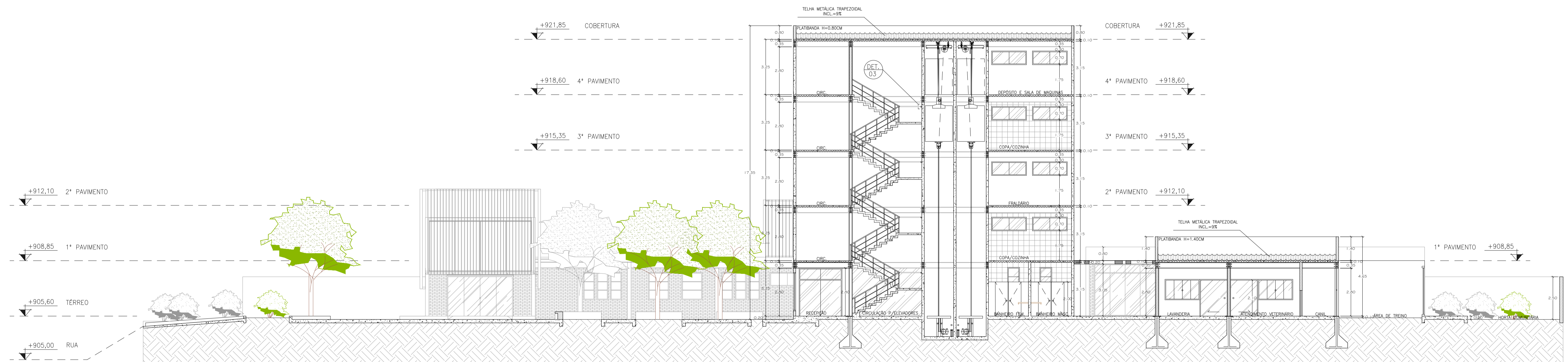
DETALHE 3 - CORRIMÃO
CATAPSR ESC.: 1/75



DETALHE 4 - LAJE STEEL DECK
CATAPSR ESC.: 1/100

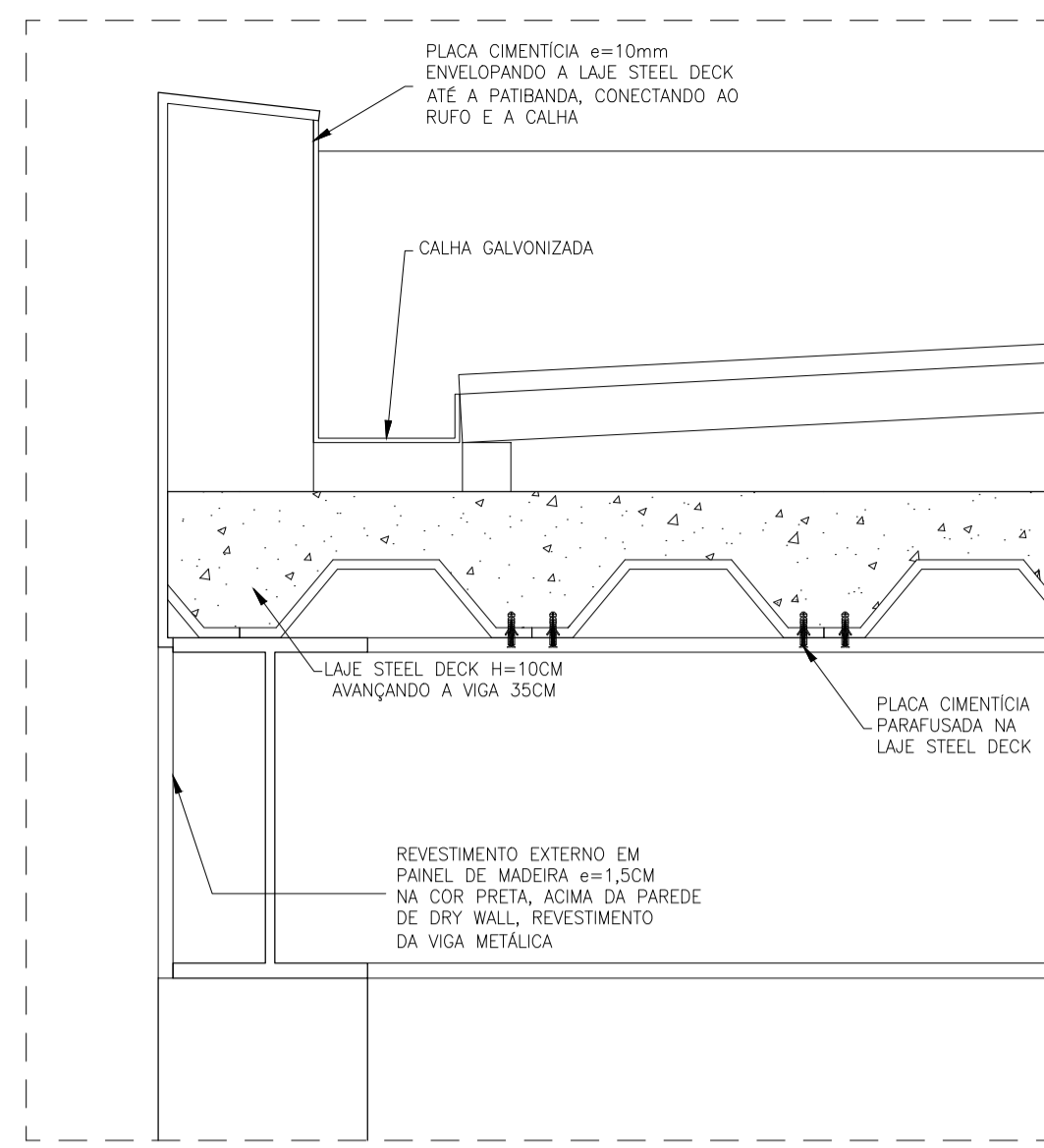


CORTE AA



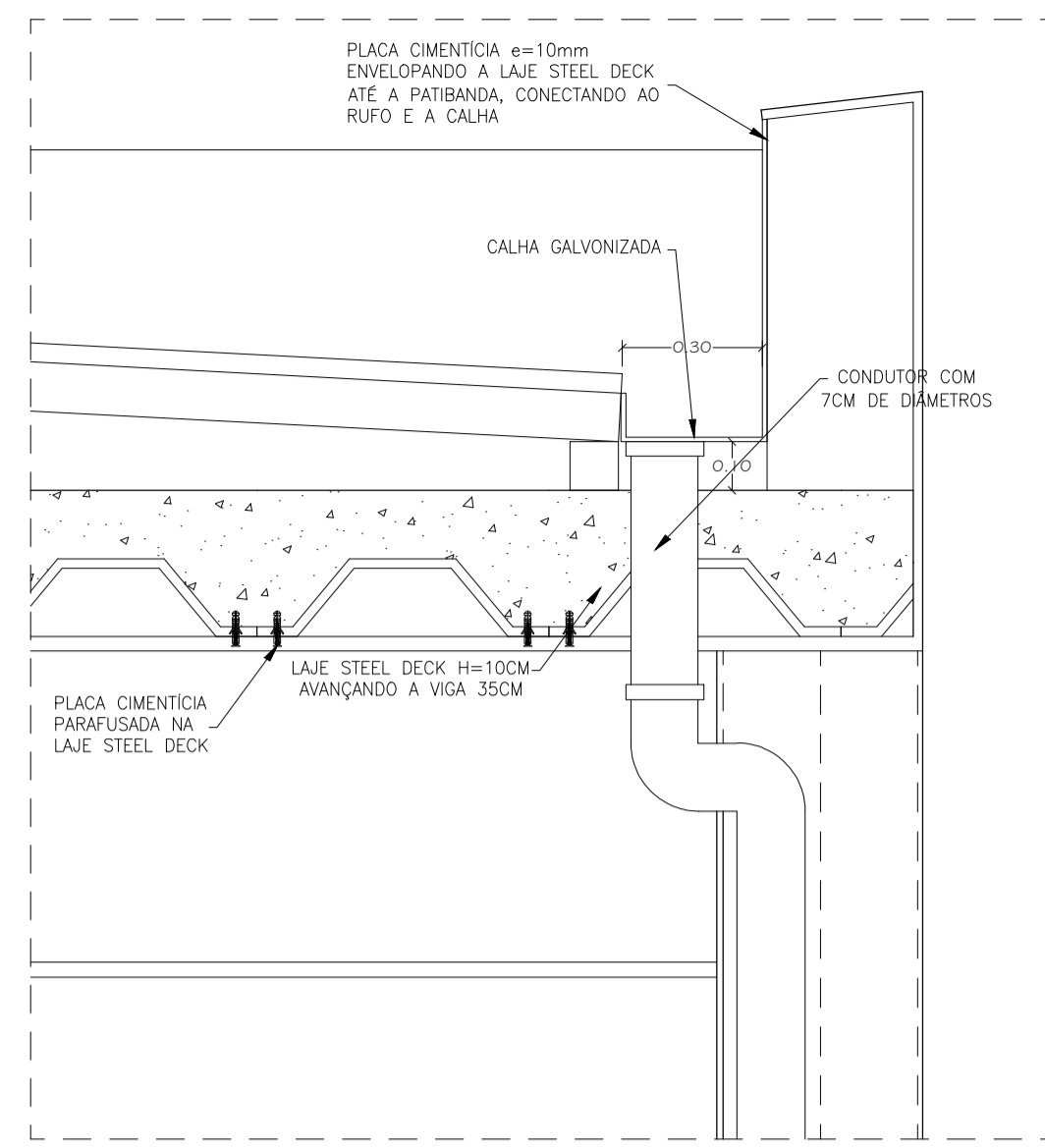
CORTE BB

DATA 21/06/2021 CATAPSR	PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA-MG	PRANCHA 10/12
	ALUNO: GABRIEL FERREIRA ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA	
	CONTEÚDO: CORTES AA-BB E DETALHES 3 E 4	
	ESCALAS: INDICADAS	



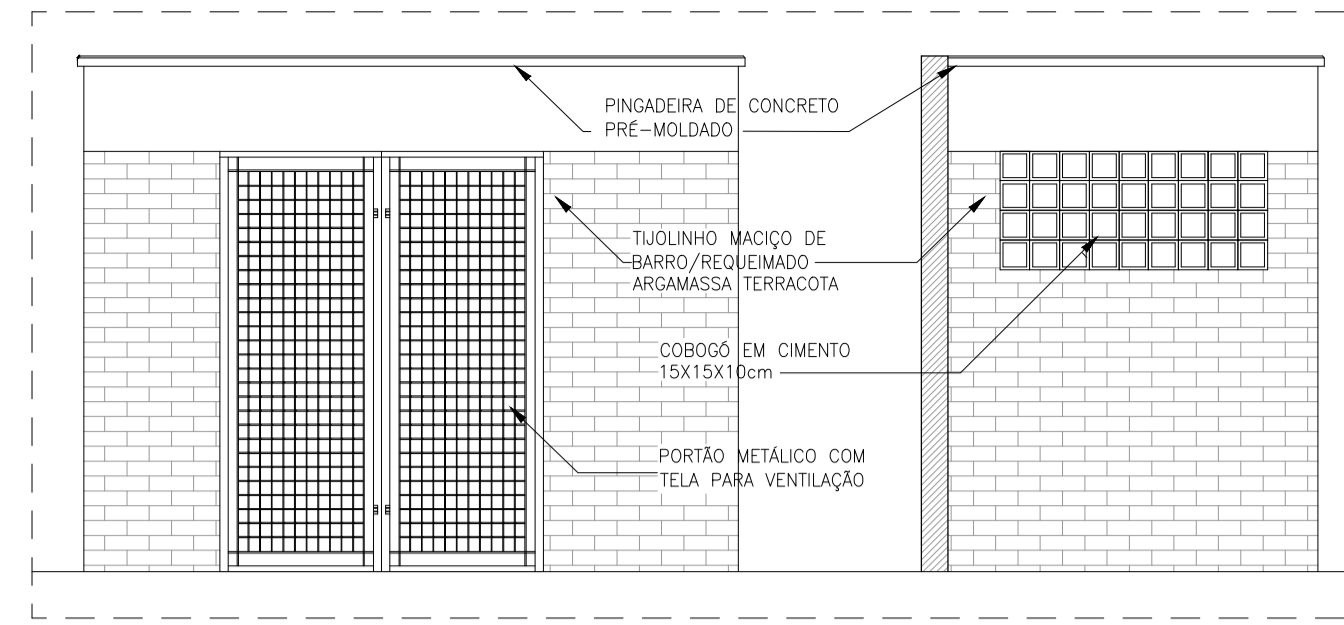
DETALHE 1 - PLATIBANDA
CATASR

ESC.: 1/100



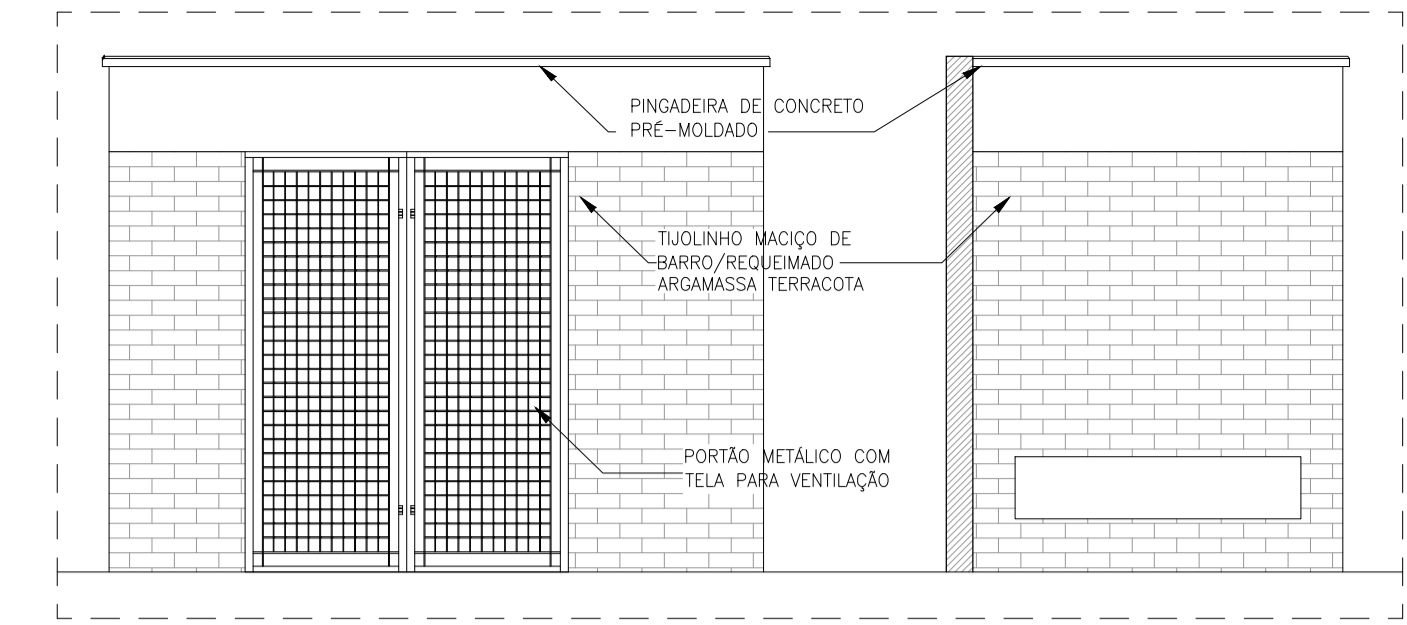
DETALHE 2 - CALHA
CATAPSR

ESC.: 1/100



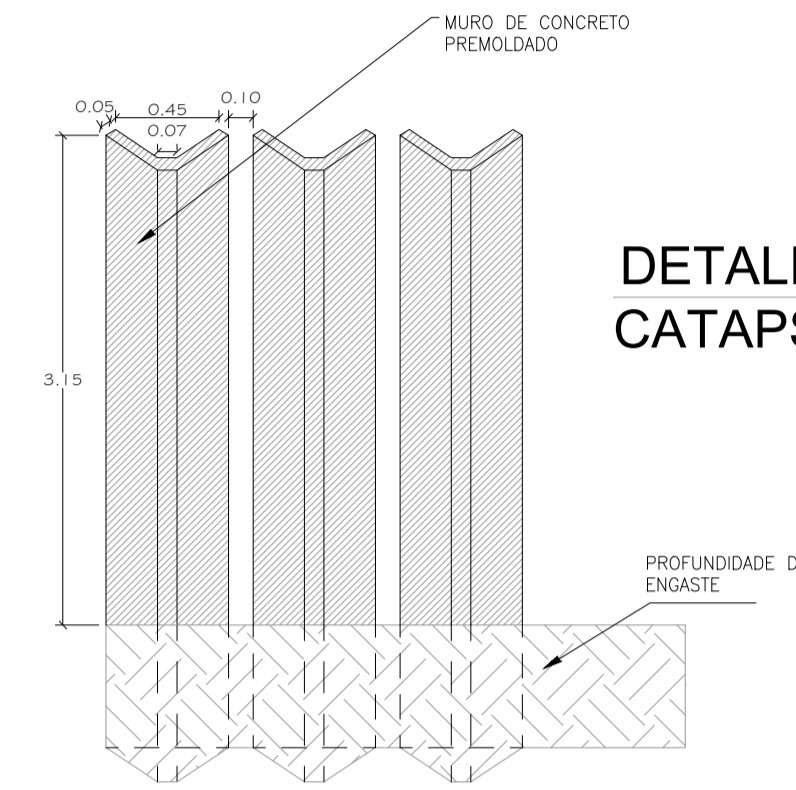
DETALHE 5 - DEPÓSITO DE LIXO
CATAPSR

ESC.: 1/100



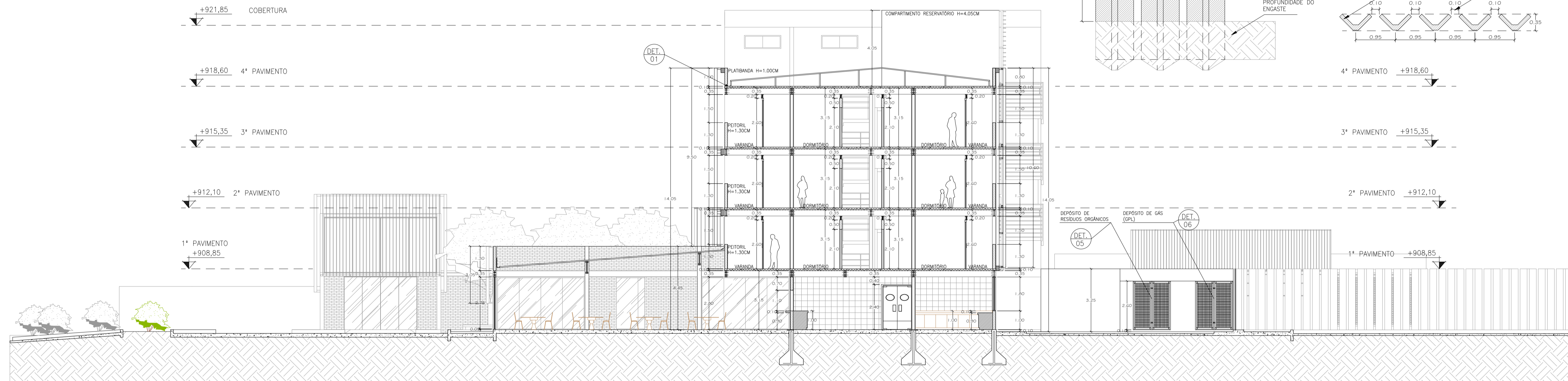
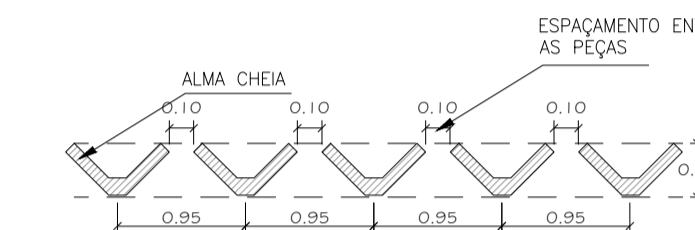
DETALHE 6 - CASA DE GÁS
CATAPSR

ESC.: 1/100

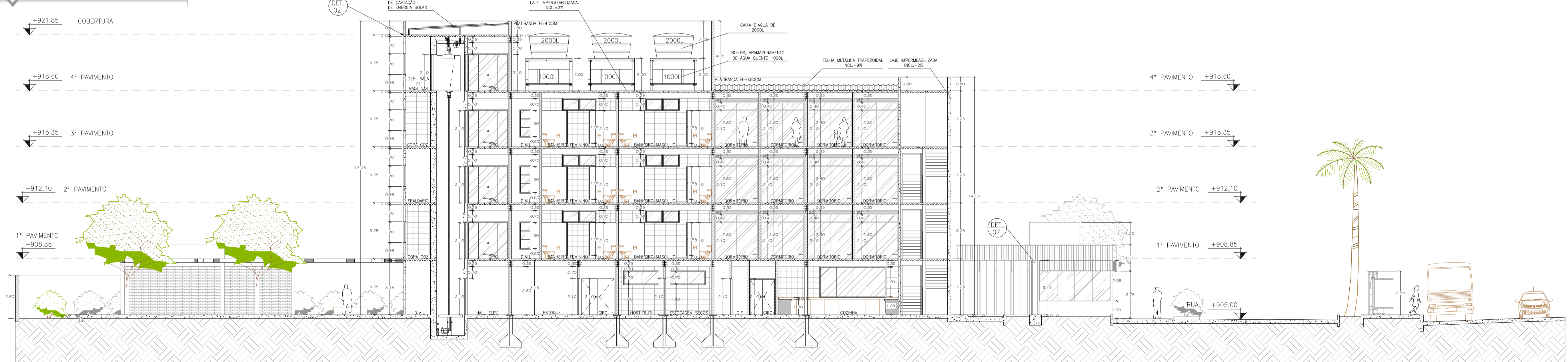


DETALHE 7 - MURO
CATAPSR

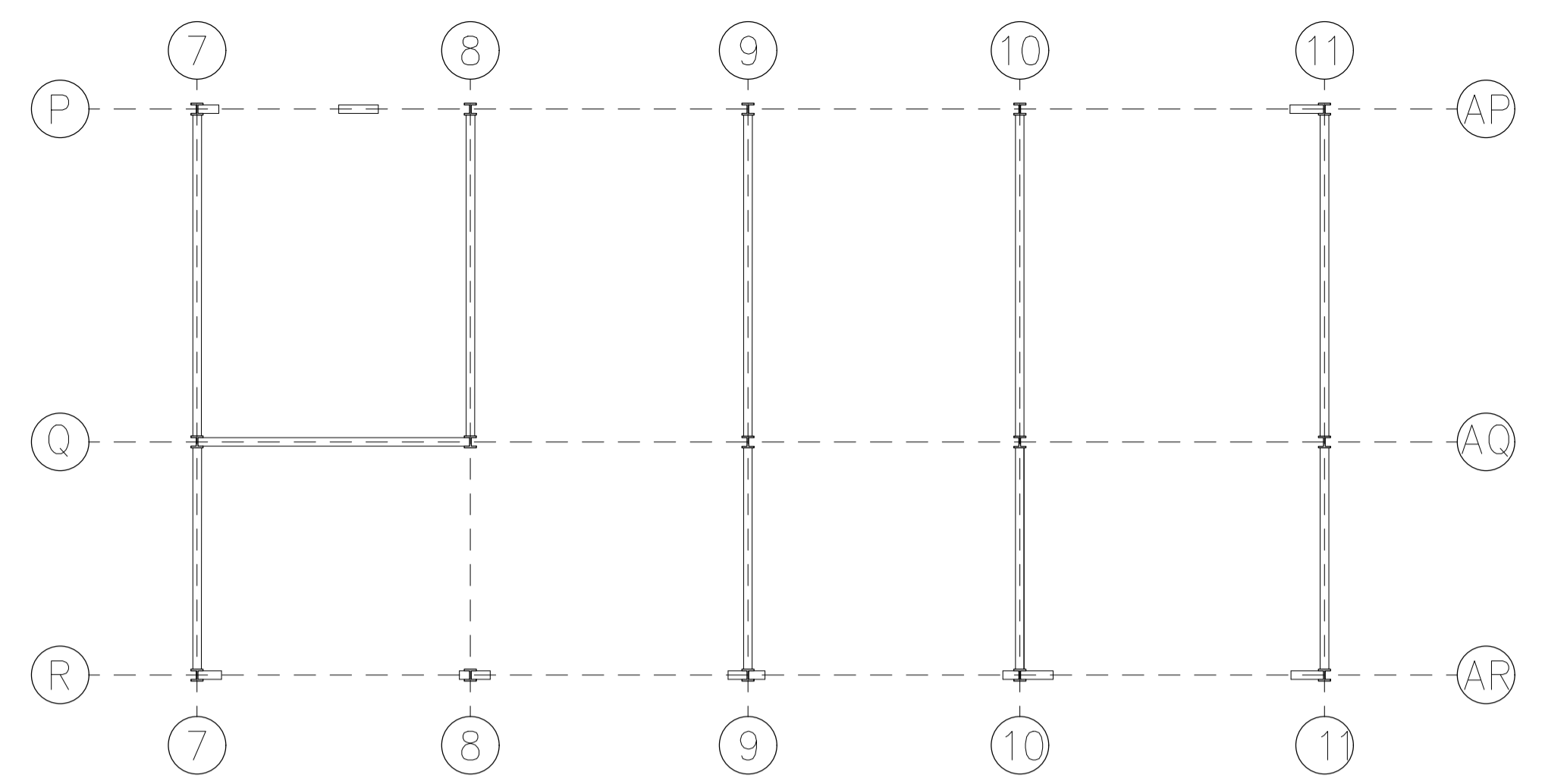
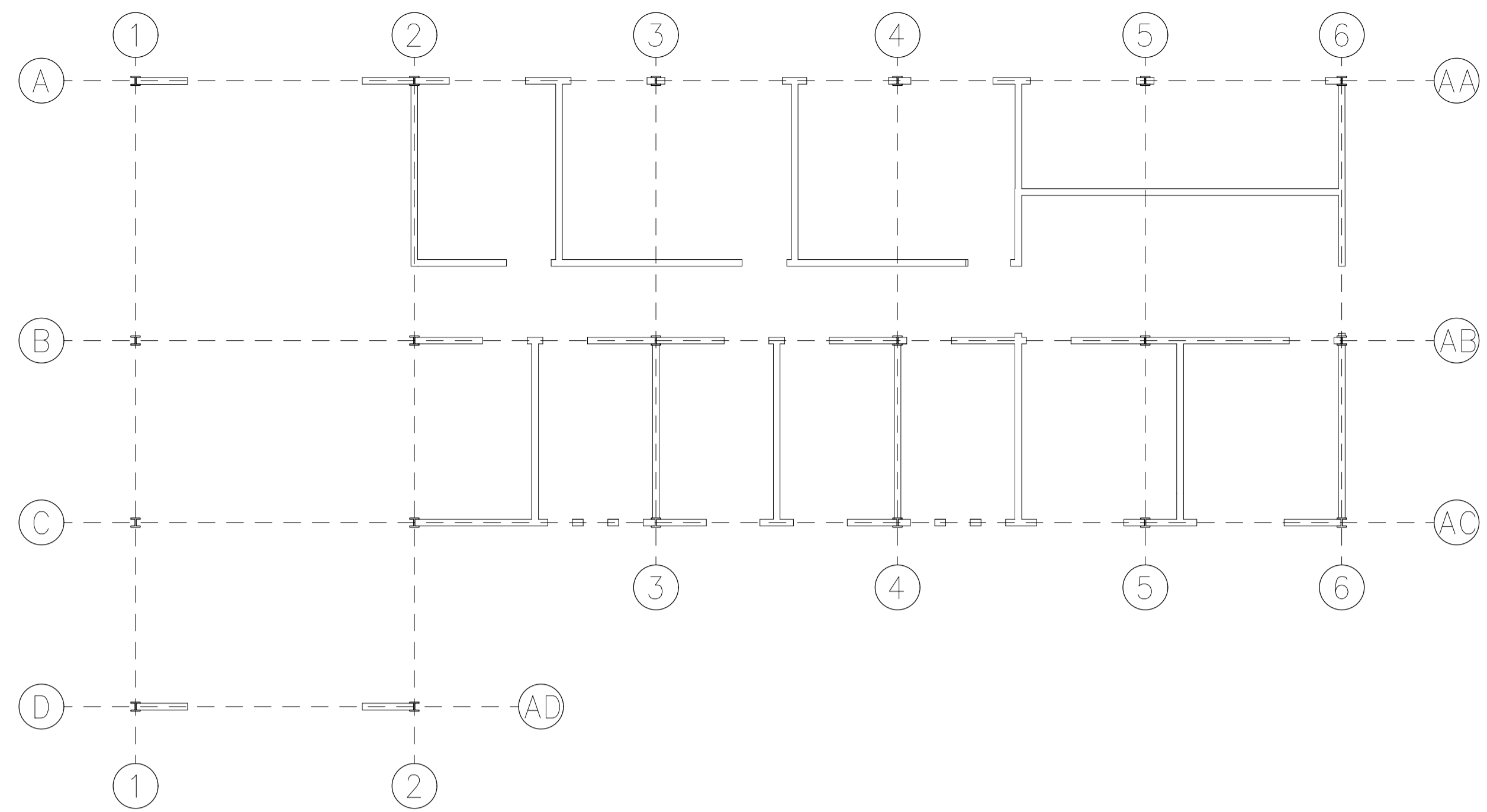
ESC.: 1/100



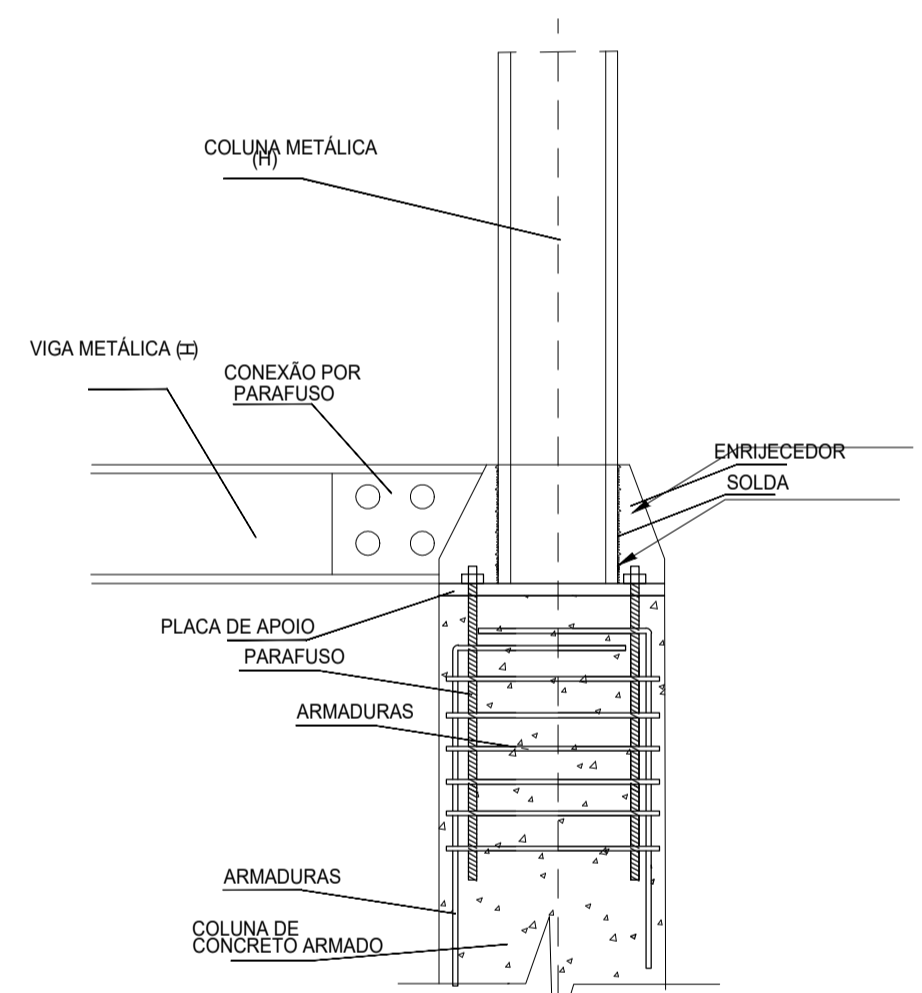
CORTE CC



CORTE TRANSVERSAL DD

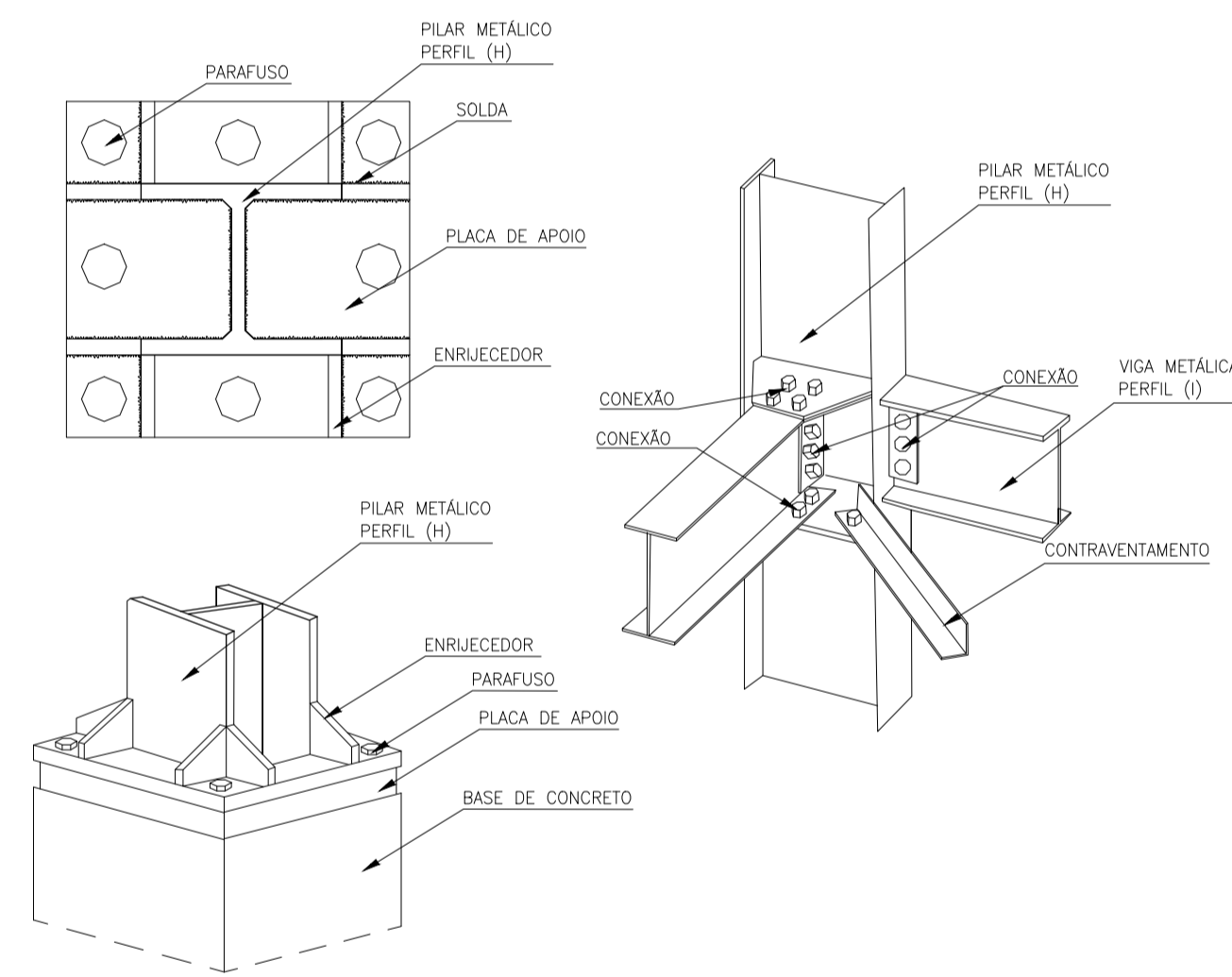


**LOCAÇÃO DOS PILARES
ESTRUTURA METÁLICA**

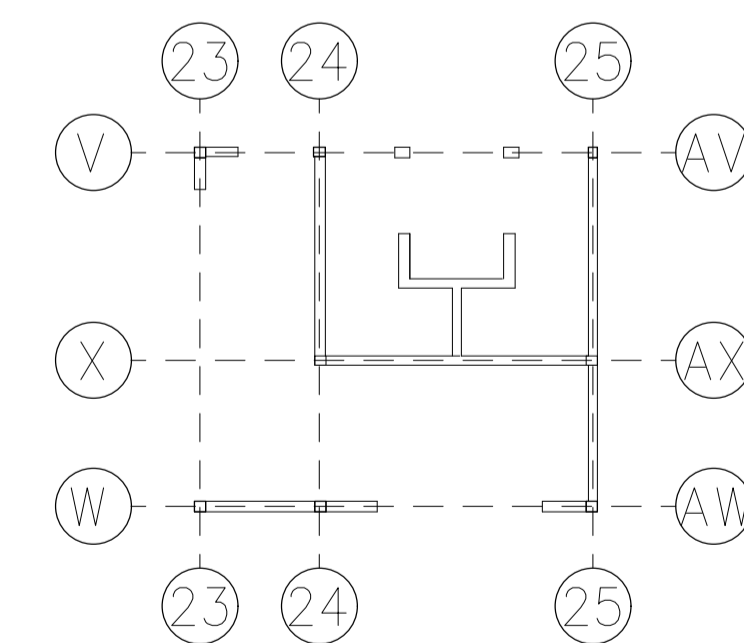
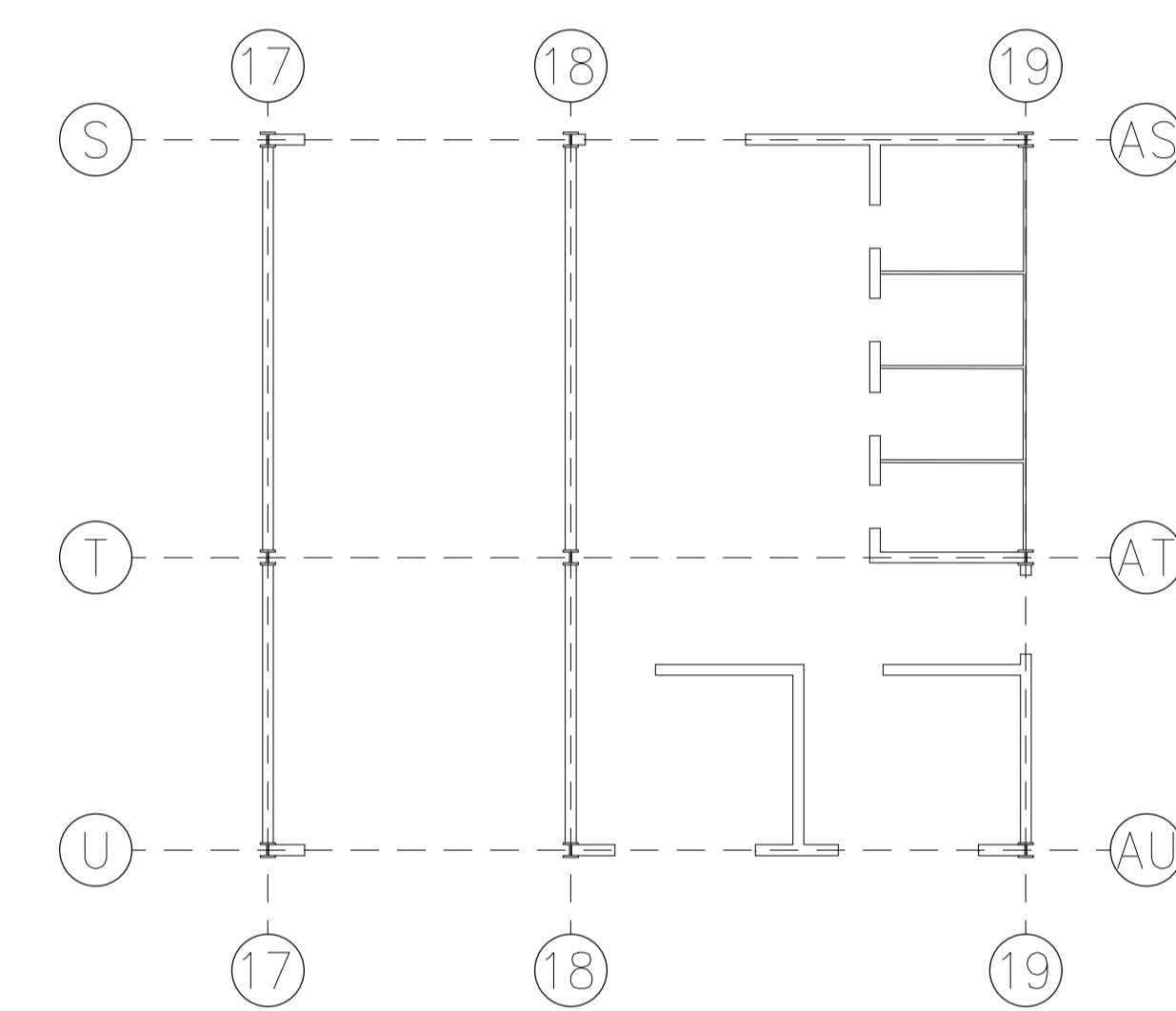
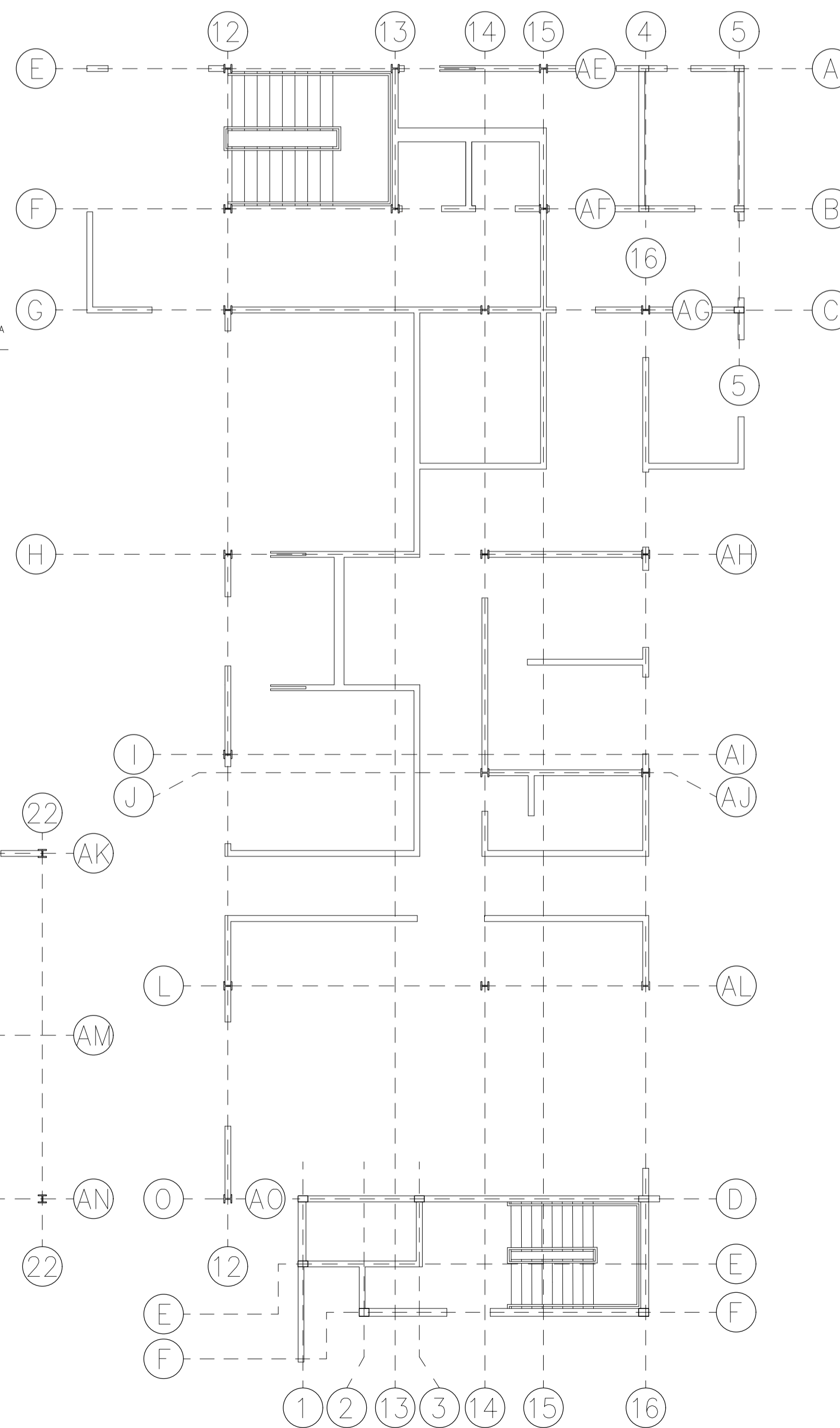
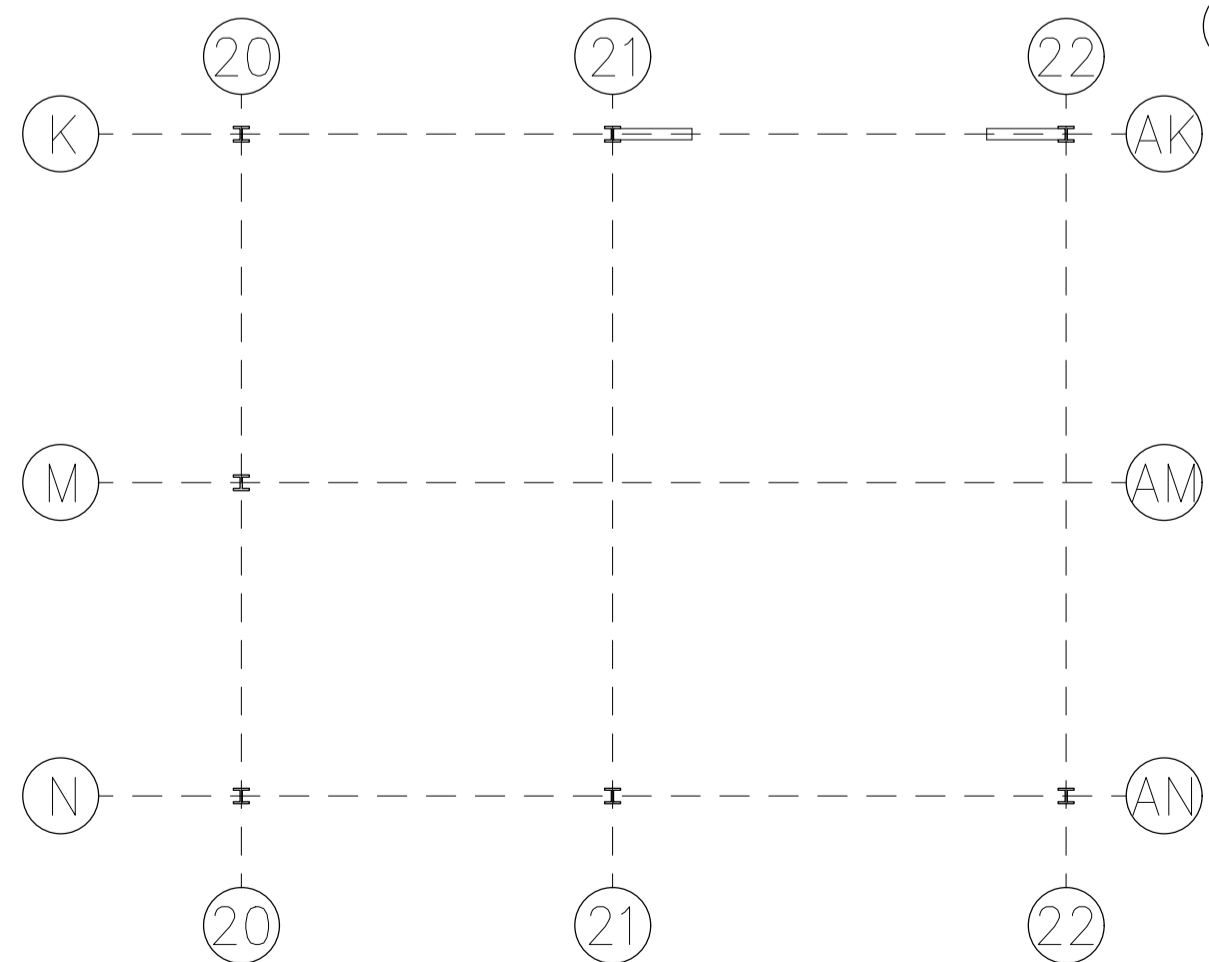


**DETALHE 8 - ESTRUTURA
CATAPSR**

ESC.: 1/100



**LOCAÇÃO DOS PILARES
CONCRETO ARMADO**



**LOCAÇÃO DOS PILARES GUARITA
CONCRETO ARMADO**

DATA 21/06/2021 CATAPSR	PROJETO TCC2 – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO E APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VARGINHA-MG	PRANCHA 12/12
	ALUNO: GABRIEL FERREIRA ORIENTADOR: PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA	
	CONTEÚDO: LOCAÇÃO DOS PILARES E DETALHE 8 ESTRUTURA	
	ESCALAS: INDICADAS	